MINAS GERAES

ORGÃO OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

ANNO I	ASSIGNATURA Semestre..... 6\$000	OURO PRETO Sabbado, 16 de Julho de 1892	ASSIGNATURA Anno..... 12\$000	N. 83
--------	-------------------------------------	--	----------------------------------	-------

PARTE OFFICIAL

TELEGRAMMAS

O exm. sr. Presidente do Estado tem recebido ainda os seguintes :

RIO, 15

Agradeço a comunicação e felicito o grande Estado de Minas, por ter á frente da sua administração v. exc., cujo passado de honestidade e dedicação intelligente á causa publica é uma garantia da prosperidade e engrandecimento da nossa patria. — *Serzedello*, ministro da agricultura.

RIO, 14

Saudando em v. exc. a soberania do povo mineiro, vos felicitamos, desejando-vos o no nosso Estado todas as prosperidades. — *Francisco Veiga*. — *Fulgencio*. — *Machado*. — *Campos*. — *Aristides*. — *Lobato*. — *Pacifico*. — *Pinheiro*. — *Badaró*. — *Ramos*. — *Palleta*. — *Rocha*. — *Viotti*. — *Avellar*. — *Pires*. — *Stochler*. — *Gabriel*. — *Leonel*. — *Olyntho*. — *Lamoumier*. — *Americo*. — *Porto*. — *Nicacio*.

DIAMANTINA, 15

Tenho honra e prazer felicitando a v. exc. pela posse do cargo de Presidente do Estado de Minas, sinceros protestos de estima e consideração. — *João, bispo d Diamantina*.

MARIANNA, 15

Parabens a vossa exc. e ao Estado de Minas ; agradeço muito, escreverei pelo correio. — *Bispo de Camacó*.

JUIZ DE FÓRA, 15

Ao presidente do Minas felicita com parabens e ao Estado. — *João Penido*.

RIO, 15

Como homem patriota, especialmente como mineiro, felicito-o por sua brilhante eleição congratulo-me com o querido torrão natal pela auspiciosa epocha que vai abrir. — *Honorio Hermeto*.

JOÃO GOMES, 15.

Os abaixo assignados, juiz de direito, juiz substituto, promotor publico, delegado de policia, presidente da camara municipal de Palmyra, em nome do municipio, felicitam o Estado de Minas por vossa elevação ao cargo de primeiro magistrado do Estado. Vosso passado impoluto, vossa virtude civica e patriotismo acrysolado são garantias de que Minas, na phase mais brilhante de sua vida, faz sua verdadeira autonomia. Parabens. — *Felippe Vasconcellos*, juiz de direito. — *Pedro Moraes*, juiz substituto. — *Augusto Mendes*, promotor publico. — *Jacinto Dias*, delegado de policia. — *Vigario José Augusto*, presidente da camara.

DIAMANTINA, 14.

Como membro do directorio politico e por intermedio do conego Manoel Alves, já vos felicitei hoje. Como particular, venho dar-vos os parabens pela vossa posse do alto cargo de Presidente deste Estado, congratulo-me com elle por esse facto que augura-lhe nova epocha de prosperidades, e como commandante superior da guarda nacional pôr as vossas ordens o auxilio que esta instituição vos possa prestar no desempenho do mandato. — *Manoel Cesar Pereira da Silva*.

SERRO, 14.

Representantes do municipio na camara, vimos saudar v. exc. pela posse do alto e merecido cargo que acaba de assumir como primeiro magistrado da grandiosa Minas e garantir a v. exc. o nosso sincero apoio ao vosso governo que, sabemos, será fecundissimo á prosperidade e á ordem tão necessaria áquella. — *R. Augusto*, presidente. — *Padre Pinheiro*, vice-presidente. — *José Mortimer*, 1.º secretario.

DIAMANTINA, 14.

A congregação da escola normal da Diamantina, por unanime deliberação, reuniu-se extraordinariamente no glorioso dia de hoje, com o fim exclusivo de congratular-se com o povo mineiro pela vossa posse de Presidente do Estado, tudo esperando da benefica administração, pelo conhecimento que temos das luzes, patriotismo e inquebrantabilidade de caracter de v. exc. Serão poderosos elementos para o engrandecimento da futura mocidade do norte de Minas. — O vice-director, *Joaquim José Pedro Lessa*. — O secretario, *José da Cunha Valle Laport*. — *Catão Jardim Junior*. — *Arthur Queiroga*. — *José Brant Junior*. — *Americo Diamantino*. — *Costa França*. — *Arthur Napoleão*. — *Alves Pereira*. — *Juscelino da Fonseca*. — *Ribeiro Junior*. — *João Nepomuceno Ribeiro Orsini*. — *Sebastião Americo de Almeida Rolim*.

CONCEIÇÃO, 15

Parabens a Minas pela escolha, e a v. exc. pela honra merecida. — *José Sena*.

ITABIRA, 15

Congratulo-me jubiloso com o Estado por ver v. exc. em sua alta administração, e com v. exc. por ter sido o primeiro presidente eleito pelo povo mineiro — *Francisco José Alves de Albuquerque*, juiz de direito.

RIO, 14

Felicito-vos e ao Estado — *Tobias*.

JOÃO GOMES, 15

Felicito-vos e ao Estado de Minas, que muito confia no vosso criterio, illustração e tino administrativo. — *Pedro Moraes*.

DIAMANTINA, 15

Acompanhando o directorio, congratulo-me com o Estado pela vossa subida ao poder. Felicito-vos pela brilhantissima votação de mineiros patriotas e aguardo da vossa illustração, uma administração sabia e patriota. — *Dr. João Antonio Lopes Figueiredo*.

BARBACENA, 15

Em meu nome e no do furo da comarca de Barbacena, dirijo respeitosa saudação a v. exc., congratulando-me com o Estado por vello elevado, pelo voto livre dos mineiros, ao cargo de seu administrador. — *Veiga*, juiz de direito.

JOÃO GOMES, 15

Felicito-vos e a Minas, pela vossa posse do cargo de Presidente. Minas será verdadeiramente feliz. — *F. Vasconcellos*.

RIO, 15.

Respeitosamente cumprimento e felicito-vos — *Lina Drumond*.

DIAMANTINA, 15.

Ao ver v. exc. collocado no primeiro e mais elevado logar do Estado de Minas, eu me regosijo, felicitando a v. exc. e ao povo mineiro que tudo de vós espera.

Aqui serei prompto em cumprir ordens. — *Manoel Procopio Ribeiro Leite*, delegado de policia.

ITABIRA, 15

Receba minhas cordiaes felicitações, que faço extensivas a todo o Estado. — *Emerciciano Santiago*.

BARBACENA, 15

Felicito o Estado de Minas na pessoa de v. exc. — *Theotheo Freitas*.

CONCEIÇÃO, 14

Felicitamos a v. exc. — *João Malaquias, padre Eloy, Francisco Malaquias, João Cypriano, Antonio Malaquias*.

DIAMANTINA, 14

Saudosa recordação do Caraça, director jubiloso, felicito-o de coração, parabens sinceros e felicitaveis para o Estado, justiça á eleição. — *Joaquim Lessa*.

QUELUZ, 14

Congratulo-me com o Estado de Minas pela escolha de seu presidente, mil parabens a v. exc. — *Nemesio*.

DIAMANTINA, 14

Camara municipal de Diamantina felicita-vos pela posse do cargo de Presidente, de quem muito espera. — O presidente em exercicio — *padre José Alves Ferreira*.

CONCEIÇÃO, 15

Preito á justiça, homenagem ao merito! Parabens pela vossa ascensão ao poder. — *Ernesto Moreira*.

S. LUZIA, 15.

Felicito o Estado de Minas por vos achardes na sua administração. Vosso passado garante imparcialidade e justiça. De vossos actos tudo esperamos, como de vossa illustração e conhecido patriotismo. Saudações do povo Luziense, do amigo velho — *Dr. Modestino Franco*.

BARBACENA, 15

Sinceras felicitações. — *José Maximo Magalhães*.

JUIZ DE FÓRA, 14

Felicito ao Estado de Minas pela vossa ascensão ao poder pelo prestigiado voto unanime do povo mineiro.

Estou convicto que fareis uma administração justiciera, honesta e liberal, sendo suprema garantia o vosso passado brilhante, quando servidor honrado do extinto regimen. *Minas Livre* apoiará vosso governo, dedicação e desinteresse. — *Viva a Republica*. — *Minas Livre*.

A s. exc. o sr. dr. Theophilo Ribeiro, secretario do Interior, foram transmitidos os seguintes :

CONCEIÇÃO, 15

O municipio da Conceição, recebeu jubiloso a participação da posse do conselheiro Penna — *Sena*, presidente da camara.

QUELUZ, 14

Sciēte vosso telegramma. Em nome desta corporação pedimos apresentar a s.º exc. o conselheiro Affonso Penna nossas congratulações, bem como as do municipio que representamos. — *Dr. Campolina*, presidente da camara.

QUELUZ, 14

Fico inteirado seu telegramma. Felicito o novo Presidente, congratulando com Minas por tão acertada escolha. — O delegado de policia, *Sereno Ferreira da Silva*.

ITABIRA, 15

Meus parabens ao Estado pela posse do conselheiro A. Penna. Agradeço-vos a comunicação. — *José Antonio da Silveira Drumond*, presidente da camara.

CONCEIÇÃO, 15

Agradecendo a vossa honrosa comunicação, congratulo-me com s. exc. conselheiro Affonso Penna, dando parabens á patria mineira por tão feliz escolha. — *Agostinho Nunes*, delegado de policia.

MARIANNA, 15.

Em nome da camara e municipio, felicito ao Estado Mineiro pela posse de seu Presidente, o grande cidadão dr. Affonso Penna, e a seu governo prometto todo apoio. — O vice-presidente da camara, *Antonio Augusto Pereira*.

SERRO, 15

Felicito o brioso povo mineiro pela inauguração auspiciosa da administração do conselheiro Penna, eleito numa eleição a mais livre que tem havido no Estado de Minas. — *Coelho*, juiz de direito.

SETE LAGOAS, 15

Recebi hoje vosso telegramma. Certo da posse do conselheiro Affonso Penna como presidente do Estado, por facto tão auspicioso ao interesse de Minas, peço-vos apresentar a s. exc. as sinceras congratulações desta comarca. — *Chassim*, juiz de direito.

ELEIÇÕES

Resultado mais da comarca de Theophilo Ottoni (109.)

Para presidente do Estado :

Cons. Affonso A. Moreira Penna . . . 45.021

Para senadores :

Er. José Pedro Drummond . . . 16.168

Pr. Theodomiro Alves Pereira . . . 15.732

Monsenhor Sergio Pinheiro Torres . . . 15.656

Maj. Ananias Manoel Teixeira . . . 13.969

Sebastião R. Sette e Camara . . . 13.157

Dr. João Nogueira Penido . . . 8.989

E outros menos votados.

Para deputados :

Dr. Wenceslau Braz P. Gomes . . . 19.685

Dr. João Bráulio Moinhos de Vilhena Junior . . . 17.727

Commandador Joaquim A. Gomes da Silva . . . 16.473

Dr. Joaquim Gonçalves Ferreira . . . 7.888

Antonio Salvo . . . 7.486

Dr. Antonio A. Ribeiro de Almeida . . . 7.440

Dr. José C. da Silva Campolina . . . 7.378

Dr. Joaquim Antonio Dutra . . . 6.956

Padre Camillo de Lellis F. Voloso . . . 6.861

Dr. Antero de Magalhães . . . 5.335

E outros menos votados.

CONGRESSO MINEIRO

SENADO

53.ª SESSÃO ORDINARIA, AOS 6 DE JULHO DE 1892

PRESIDENCIA DO SR. DIAS FORTES

SUMARIO: — Expediente. — Pareceres. — Ordem do dia. — Serviço sanitario do Estado. — Gymnasio de Barbacena. — Arrecadação de rendas. — Redações finais.

Em nome do Sr. Dias Fortes, Carlos Alves, Rebelo Horta, Antonio Martins, Costa Reis, Gomes Valladão, Camillo de Brito, Ferreira Alves, Mello Franco, Kubitschek, Silviano Brandão, Xavier da Veiga e Rocha Lagôa, faltando com causa participada os srs. Frederico Augusto, Antonio Carlos, Oliveira Penna, Alvaro Matta e Manoel Eustachio, e sem ella os mais srs.

Abre-se sessão. E' lida e approvada a acta da antecedente. O sr. 1.º SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officia

Um do secretario do Interior, de 21 de junho ultimo, enviando, em additamento ao de 4 do mesmo mez, copias das informações ministradas acerca da deposição do juiz substituto da comarca da Formiga, bacharel Nelson Tobias de Mello. — Ao sr. senador Mello Franco.

Outro do sr. 1.º secretario da camara, de 5 do corrente, devolvendo o projecto de força publica com as emendas do senado, visto terem sido rejeitadas por aquella corporação as de ns. 1, 3, 5, 6, 7, 8 e 9. — Para a ordem dos trabalhos.

O sr. MELLO FRANCO communica que o sr. senador Costa Sena, por motivos de força maior, deixa de comparecer à sessão. — O senado fica inteirado.

Pareceres

O sr. MELLO FRANCO, por parte da commissão de justiça e legislação, offerece o seguinte:

A commissão de legislação e justiça apresenta o projecto n. 21, vindo da camara dos srs. deputados, alterando as ferias do foro, redigido para a segunda discussão com as seguintes emendas:

O art. 1.º, n. 1, substitua-se pelo seguinte: Os trabalhos forenses nos juizes de primeira instancia suspendem-se durante as ferias que comprehendem:

§ 1.º As do Natal, que comecam no dia 21 de dezembro e terminam no ultimo de janeiro;

§ 2.º As da semana santa, que vão de quarta feira de trevas ate se completarem quinze dias;

§ 3.º As do Espirito Santo, desde o domingo do Espirito Santo ate o dia Trindade.

O mesmo artigo n. II, substitua-se pelo seguinte:

No tralunam da Relação suspendem-se os trabalhos judiciaes desde 1.º a 31 de agosto, salvo as excepções estabelecidas pela anterior legislação que continua em vigor em relação aos actos que podem ser tratados durante as ferias, e não se interrompem pela superveniencia dellas.

Sala das commissões, 6 de julho de 1892. — V. M. M. Franco, — J. X. da Veiga.

— A imprimir.

REDAÇÃO

O sr. C. DE BRITO offerece a seguinte:

A commissão de redação, a que foi presente o projecto n. 11, da camara, sobre custas judicias, offerece como redação final a mesma com que o referido projecto foi approvado em 3.ª discussão, com a seguinte emenda:

Art. 3.º — Supprimam-se as palavras — em quanto a importancia das custas exceder ás de maior valor.

Sala das commissões, 6 de julho de 1892. — Camillo de Brito, — J. P. Xavier da Veiga.

O sr. C. de Brito pondera que a commissão encontrou absurdo entre as disposições do projecto e a emenda offerecida do art. 3.º, que foi approvada: pelo que requer que o projecto seja suspenso a uma 4.ª discussão.

O senado, sendo consultado si o projecto deve soffrer 4.ª discussão, resolve affirmativamente.

ORDEM DO DIA

SERVICO SANITARIO

Entra em 3.ª discussão o projecto n. 27, que organisa o serviço sanitario do Estado. São lidas e entram conjunctamente em discussão as seguintes emendas:

N. 1

Art. 12. Seja assim redigido o § 1.º: § unico. Para o serviço do expediente de cada delegacia municipal de hygiene e vaccinação sera distribuida uma quota annual de 300\$000 a 700\$000, a juizo do governo e conforme as exigencias do serviço em cada municipio.

Essa quota sera, por parcellas, entregue semestralmente ao delegado de hygiene e vaccinator.

N. 2

Art. 21. Seja assim substituido o periodo que comeca pelas palavras — As pessoas que... e termina pelas palavras — Republica dos Estados Unidos do Brazil, pelo seguinte: — As pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas faculdades de medicina do Rio de Janeiro ou Bahia, e quanto a profissão

pharmaceutica, ás que se mostrarem habilitadas por algumas das referidas faculdades ou pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto.

Sala das sessões, 6 de julho de 1892. — Silviano Brandão.

N. 3

Emenda ao projecto n. 27:

Art. 88. Seja redigido do modo seguinte: — Desde que entre em vigor a presente lei, as despezas com o serviço sanitario, inclusive as do Instituto Vaccinico, serão feitas, até que para ellas haja no orçamento verba sufficiente, pelas verbas saude publica, soccorros publicos e Instituto Vaccinico.

Sala das sessões, 6 de julho de 1892. — Silviano Brandão.

Encerrada a discussão, é approvado o projecto com as emendas, e vai á commissão de redação.

GYMNASIO DE BARBACENA

E' approvado em 2.ª discussão o projecto n. 24, da camara, autorizando despeza com o augmento do edificio em que funciona o Gymnasio de Barbacena.

ARRECAÇÃO DE RENDAS

E' approvado em 3.ª discussão o projecto n. 36, que autorisa o governo a modificar ou rescindir o contracto celebrado com o governo da União para arrecadação das rendas do Estado.

REDAÇÃO FINAL

O sr. C. DE BRITO, obtendo urgencia, offerece a seguinte:

A commissão de redação offerece, redigidas, as emendas ao projecto da camara dos srs. deputados, sobre instrucção publica, approvadas em 3.ª discussão.

Sala das commissões, 6 de julho de 1892. — Camillo de Brito, — J. P. Xavier da Veiga.

N. 1

Art. 1.º Depois de — direcção — diga-se — administração.

N. 2

Supprimam-se a secção I e a respectiva materia.

N. 3

A secção II passa a secção I.

N. 4

Art. 2º Seja substituido pelo seguinte:

Art.º. O conselho superior, cuja sede é na capital do Estado, funcionará sob a presidencia do respectivo secretario do Estado, e compo-se, além de seu presidente, dos seguintes membros dos quaes são natos os 1 primeiro, 3 do nomeação do governo e elegiveis os demais:

Reitor do externato do gymnasio mineiro da capital;

Director da Escola de pharuzia;

Director da Escola normal;

Inspector municipal do municipio da capital;

Dois membros do magisterio primario publico da capital e dois do particular, sendo estes facultativamente.

Dois membros do magisterio secundario publico da capital, e dois do particular, sendo estes tambem facultativamente.

N. 5

Art. 3º Seja assim redigido:

Art.º. Servirá de secretario um dos membros do conselho á escolha de seu presidente.

N. 6

Art. 6º Depois da palavra — deitos — acrescenta-se — por seus pares — e suprimam-se o resto do artigo.

N. 7

Art. 7º Seja assim redigido: Esta eleição se fara' em janeiro de cada anno.

N. 8

Art. 8º Acrescenta-se ao fim — havendo pelo menos uma em cada mez.

N. 9

Art. 13. Seja assim redigido:

Os substitutos dos membros do magisterio publico e particular serão deitos na mesma occasião em que os officiaes.

Paraphrase unico. O governo nomeará os substitutos dos 3 membros de que trata o art. 2.º.

N. 10

Art. 20 N. IV. — Substitua-se a palavra — instituição — pela — zano.

N. 11

Art. 20. N. VII. Supprimam-se.

N. 12

Art. 20. § 2º Acrescenta-se ao final: e o uniforme dos alumnos, substituido a palavra — superiores — pela — publicas.

N. 13

Art. 20. § 2º Substitua-se a palavra — condemnar — por casta — julgar da conveniencia ou inconveniencia das.

N. 14

Art. 21. — Substitua-se a palavra — escolares — por — ambulantes.

N. 15

A secção III passa a II e na epigrapha — ou a vez de — Hino fantes — diga-se — ambulantes.

N. 16

Art. 21. Seja assim redigido:

Placas creadas nos lugares de inspeitoras ambulantes, agentes do governo encarregados da fiscalização das escolas e mais estabelecimentos de instrucção do Estado, de conformidade com as exigencias do serviço publico.

N. 17

Art. 25 Substitua-se a palavra — escolares — pela — ambulantes, — acrescentando-se depois desta palavra as seguintes — creadas na presente lei.

Em vez de — professores — diga-se — leitas.

N. 18

Art. 27. Supprimam-se.

N. 19

Art. 24. — Onde so diz — tres contos — diga-se — seis contos.

N. 20

Art. 20. Substitua-se as palavras — ser-lhos-a' — pelas — podera' ser-lhos, e a palavra — seiscientos — pela seizescentos.

N. 21

Artigo 20 — Supprimam-se.

N. 22

Art. 31 e 32 — Supprimam-se.

N. 23

A secção IV — passa a secção III.

N. 24

Art. 31 — Acrescenta-se ao fim — e seu supplemento.

N. 25

Art. 35 — Supprimam-se.

N. 26

Art. 36 — Substitua-se pelo seguinte:

As attribuições do conselho municipal serão consignadas no regulamento desta lei, incluindo-se nella o reconhecimento da população escolar e a execução de medidas do ensino obrigatorio.

N. 27

Art. 39 — Acrescenta-se depois da palavra — inspeitoras — ambulantes — o suprimam-se o resto do artigo.

N. 28

Art. 41 — Seja substituido pelo seguinte:

O regulamento marcará as attribuições especiais do inspeitor municipal.

N. 29

A secção V passa a secção IV.

N. 30

Art. 41 — Supprimam-se.

N. 31

Art. 43 — Depois da palavra — que — acrescenta-se: será o inspeitor districtal, supprimindo-se o resto do artigo.

N. 32

Depois do artigo 14 — acrescenta-se o seguinte:

Art. Junto ás escolas de cada povoado haverá um delego do inspeitor municipal ou districtal, conforme a escola estiver situada no districto da sede do municipio, ou nos outros districtos do municipio.

N. 33

Secção V — passa a IV

N. 34

Art. 19 — Seja assim redigido:

O reitor e vice-reitor do gymnasio mineiro, o director da Escola de pharuzia e os directores das escolas normaes e de outros estabelecimentos publicos de ensino serão nomeados pelo presidente do Estado.

N. 35

Art. 51, 51, 52 e 53 — Supprimam-se.

N. 36

Acrescenta-se o seguinte:

Artigo — O regulamento marcará as attribuições dos directores dos estabelecimentos de ensino do Estado.

N. 37

Art. 55 — Acrescenta-se o seguinte:

N. 3.º As mulheres maiores nas condições das ns. 1 e 2.

N. 38

Art. 56 — Acrescenta-se o seguinte:

§ A's mulheres de que trata o n. 3 do artigo 55, serão conferidos titulos — contendo identica declaração.

N. 39

Passa a constituir o titulo V capitulo unico:

Art. artigos 63 a 78 — Sejam substituidos pelo seguinte:

Substitua-se a epigrapha do titulo 2.º pelo seguinte:

Das infracções e penas disciplinarias

Art. Os professores que infringirem as disposições da presente lei, não cumprindo as obrigações que ella impo, ou commettendo infracções que ella deñda, serão punidos com as seguintes penas, conformes a culpa: admoestação, reprehensão, multa, suspensão de exercicio, perda do vencimento e demissão.

§ unico. Incurrerão em cada uma dessas penas e serão effectivamente punidos, quando commettorem as infracções mencionadas nos seguintes artigos.

Art. Faltar ás aulas sem causa justificada, pena: perda total dos vencimentos correspondentes ao numero das faltas. Si as faltas forem commettidas com causa justificada — perda da metade dos vencimentos.

§ unico. Ajustificação das faltas será feita mediante attestado medico ou outra prova equivalente.

Si as faltas justificadas que lesarem o professor de qualquer penalidade, as que forem dadas por motivos de nojo, gala, serviços obrigatorios como o do jury etc.

Art. Infrinir mal as alumnos, exercer disciplina sem critério pena: admoestação.

§ unico. Esta pena consistirá em advertencia verbal ou por escrito da autoridade competente.

Art. Reincidir nas infracções a que esteja imposta a pena de admoestação, pena: reprehensão, a qual consistirá em nota escrita pelo secretario do Estado e remetida ao professor reincidente.

Art. Deixar de entregar sem motivo justificado mappa e boletins nos prazos fixados pelo regulamento; não cumprir o programma e plano de ensino, penas: reprehensão e nas reincidencias multa de 10\$ a 20\$ imposta pelo secretario do Estado.

Art. Concorrer directamente para a approvação indevida de alumnos, ou candidatos ao magisterio, dar maus exemplos ou inculcar maus principios; falsificar a matricula, extorção ou extorsão escolar; abandonar o emprego por mais de 30 dias, fomentando immoralidade entre os alumnos, pena: suspensão do emprego de um a seis mezes.

Art. Incidir nas infracções desta artigo enumeradas, pena: demissão.

§ unico. Esta pena sera' indiligida pelo presidente do Estado sob proposta do respectivo secretario.

Art. As penas de multa, suspensão e demissão não podem ser impostas em virtude do processo perante o conselho superior de instrucção publica e por maioria de votos, com as formalidades que foram determinadas em regulamento, concedendo-se aos accusados amplos meios de defesa.

Art. Da decisão condemnatoria proferida pelo referido conselho, haverá recurso para presidentes do Estado no prazo e com as formalidades tambem determinadas em regulamento.

Art. As infracções commettidas pelos leites, professores e mais funcionarios do gymnasio mineiro e Escola de pharuzia, deñdas nas respectivas leis e regulamentos, serão processadas e punidas de conformidade com os seus respectivas leis e regulamentos.

N. 40

Art. 61 — Em vez de — passiva — diga-se: passivo.

N. 41

Art. 62 — Substitua-se as palavras — a que pertencer o districto escolar — pelas — mais vizinho.

N. 42

A materia contida no capitulo unico de titulo II, arts. 63 a 78 inclusiva, passa a constituir o titulo V, capitulo unico.

N. 43

Art. 61. — Onde se diz 3 kilometros, diga-se — um e meio; — onde se diz — um — diga-se: meio.

N. 44

Art. 70. — Onde se diz 7 a 13 annos completos — diga-se — escolar.

N. 45

Art. 81. — Onde se diz 3 kilometros, diga-se — um e meio; — onde se diz — um — diga-se: meio.

N. 46

Art. 81 — Supprimam-se as palavras — rural ou superior, e o resto do artigo desde a palavra — salvo — até providas.

N. 47

Art. unico do mesmo art. 81. Substitua-se a palavra — rural — pela — districtal.

N. 48

Acrescenta-se o seguinte:

Art. Para se tornar effectiva a obrigatoriedade do aprendizado far-se-á um todo o Estado o recenseamento da população escolar.

N. 49

Supprimam-se as palavras — secção II e respectiva epigrapha.

N. 50

Art. 85. — Supprimam-se as palavras — a partir da epocha etc. até 12 de outubro.

N. 51

Art. 85. Supprimam-se os §§ 1.º e 2.º

N. 52

Art. 86 — Supprimam-se.

N. 53

Supprimam-se as palavras — secção III e respectiva epigrapha.

N. 54

Art. 87 — Supprimam-se.

N. 55

Art. 89. Supprimam-se.

N. 56

Art. 91 — Depois de inspeitor escolar, acrescenta-se — ambulante.

N. 57

Supprimam-se as palavras — secção IV, e respectiva epigrapha.

N. 58

Art. 95 § unico — Supprimam-se.

N. 59

Art. 96 e §§. Supprimam-se.

N. 60

Art. 91 — Depois de inspeitor escolar, acrescenta-se — ambulante.

N. 61

Art. 101 — Depois de inspeitor escolar, acrescenta-se — ambulante.

N. 62

Supprimam-se as palavras — secção IV, e respectiva epigrapha.

N. 63

Art. 95 § unico — Supprimam-se.

N. 64

Art. 96 e §§. Supprimam-se.

N. 65

Art. 101 — Depois de inspeitor escolar, acrescenta-se — ambulante.

N. 66

Art. 101 — n. 2. — Supprimam-se a palavra — pobre.

N. 67

Art. 105 e 106. — Supprimam-se.

N. 68

Art. 106, 109 e 110. — Supprimam-se.

N. 69

Art. 111. — Supprimam-se as palavras — rurales e superiores.

N. 70

Art. 112. — Supprimam-se.

N. 71

Art. 113. — Supprimam-se.

N.

N. 81

Art. 131. Seja assim redigido: As escolas districtaes e urbanas funcionarão em duas seções: das 8 e 1/2 ás 11 da manhã e de 1 hora ás 3 e 1/2 da tarde.

N. 82

Art. 132. Supprimam-se. Art. 137. Em vez de setembro, diga-se: novembro e em vez de novembro janeiro.

N. 87

Art. 138. Acrescentem-se in fine: e durante os dias que forem necessarios.

N. 88

Art. 139. Supprimam-se as palavras — do cadela.

N. 89

Art. 139. Supprimam-se o paragraho unico.

N. 90

Art. 110. Acrescentem-se in fine: esforçando-se sempre os professores por desenvolver o seu moral e por formar o caracter dos alumnos.

N. 91

Supprimam-se as palavras — Capitulo IV e as respectivas epigraphas inclusive Seção I.

N. 92

Art. 111. Letra — A — substitua-se a palavra — ruraes — pela — districtaes — e acrescentem-se as seguintes: Geographia do Estado de Minas. Elementos do geographia do Brazil. Noções de historia do Estado de Minas. Rudimentos de historia do Brazil.

N. 93

Art. 111 — Letra — B — Supprimam-se todas as materias ahí contidas.

N. 94

Art. 111 — Letra — C — Supprimam-se as palavras — rural — e passem para o singular as palavras antecedentes; in vez de geometria elemental diga-se: noções de geometria. Supprimam-se todas as palavras dadas — especialmente, até o final do periodo e desde a palavra — especialmente — até o final do periodo.

N. 95

Art. 111 — Letra — D — Supprimam-se toda a materia.

N. 96

Art. 113. Supprimam-se as palavras — exercicios calligraphicos e.

N. 97

Art. 115, 116 e 117. Supprimam-se.

N. 98

As materias contidas na Seção II, arts. 148 a 151, sejam substituidas pelas disposições contidas nos titulos 6.º e 7.º, ficando supprimida a referida seção.

N. 99

Art. 152 a 150. Supprimam-se.

N. 100

Art. 152 a 163. Supprimam-se.

N. 101

As Seções II e III e as respectivas epigraphas sejam substituidas pelo seguinte:

CAPITULO III

Do magisterio primario.

Nomeação, deveres, vantagens e vencimentos dos professores.

N. 102

Art. 161. Seja assim redigido: Os professores serão effectivos, provisórios e substitutos.

N. 103

Art. 163. Em vez de — são definitivos — diga-se — são effectivos — em vez de — nos arts. 152 a 162 — diga-se: nesta lei.

N. 104

Art. 166 e 167 — Supprimam-se.

N. 105

Art. 168 a 176 — Supprimam-se.

N. 106

Art. 177 — Em vez de — definitivos — diga-se: effectivos.

N. 107

Art. 177 n. 2 — Onde diz — ordenado — diga-se: a metade dos vencimentos.

N. 108

Art. 177 — n. 3 — Supprimam-se.

N. 109

Art. 177 — Acrescentem-se:

§ unico — Os professores não gozarão da segunda vantagem quando a suspensão de ensino for motivada por culpa sua.

N. 110

Art. 178 e 179 Supprimam-se.

N. 111

Cap. 6.º arts. 180 a 181. Supprimam-se.

N. 112

A materia contida nos arts. 181 a 188 seja substituida pelo titulo de cap. 7.º. Passe a ser titulo 6.º.

N. 113

Art. 181, 185, 186, 187 e 188 — Sejam substituidos pelo seguinte:

TITULO VI

REVISTA DO ENINO — COMPENDIOS E UTENSILIOS ESCOLARES

CAPITULO UNICO

Art. Fica creada uma Revista do Ensino, destinada a promover o desenvolvimento da instrucção e educação no Estado, a reproduzir todos os actos officiaes a ellas concernentes e a vulgarisar o conhecimento dos processos pedagogicos mais modernos e aperfeiçoados.

Paragraho 1.º. A impressão e administração economica do mesmo ficará a cargo da Imprensa do Estado, que terá a respectiva manutenção especial, devendo a publicação ser encetada em 1.º de janeiro de 1893.

§ 2.º A Revista do Ensino será editada mensal ou quinzenal, no formato e com o numero de paginas que for determinado pelo governo em regulamento, sendo a respectiva assignatura obrigatoria para todos os professores e mais funcionarios remunerados da instrucção publica, não excedendo para ellas de 6000 annuos, nem de 10000 para quaisquer outras pessoas. A todas as autoridades inspectoras de ensino no Estado, collectivas ou singulares, a remessa da revista será gratuita.

§ 3.º Serão collaboradores da revista os professores publicos do Estado, ficando sua redacção e revista effectiva a cargo de um professor do gymnasio, da escola normal ou da de pharmacia da capital, que para esse fim se annualmente eleito pelos professores desses estabelecimentos. O relator-revisor receberá, como gratificação por seu trabalho, 1:000\$000 annuos, pagos em prestações mensaes, á vista de certificado do director da Imprensa do Estado de ter sido a revista regularmente publicada em o mez a que se referir o certificado.

N. 111

Art. artigo 169 — Supprimam-se os dois ultimos periodos — e acrescentem-se o seguinte:

A redacção da revista incumba, examinando previamente os autographos desses escriptos, supprimit-lhes as demasias lentas ou inconvenientes, e extirpal-os de qualquer expressão descorada ou inconveniente.

N. 112

Acrescentem-se os seguintes:

Art. O governo estabelecerá e annunciará premios a autores de trabalhos didacticos que, em concursos, forem adoptados para compendio das escolas primarias e que se tornarem propriedade do Estado. O julgamento do concurso caberá ao conselho de instrucção publica, observados os preceitos e formalidades que forem estabelecidos em regulamento especial, afim de assegurar a mais escriptura justa e despartida.

Paragraho 1.º. Esses premios poderão variar de 1:000\$000 a 1:000\$000 para cada compendio, conformes a importancia da materia, não excedendo de 2:000\$000 o total dallas. Os compendios devem versar sobre todas as materias leccionadas nas escolas urbanas e normaes.

Paragraho 2.º. Quando, sobre o mesmo objecto, forem offerecidos mais de quatro trabalhos de autores diferentes, os que forem classificados logo apes os preferidos poderão obter, si o merecerem, um segundo premio, nunca superior á quarta parte do valor do primeiro. Nesta hypothese, será elevada até 2:000\$000 a despesa maxima da que trata o paragraho precedente.

Art. Adoptados definitivamente os compendios a que se refere o artigo anterior, o governo mandará imprimil-os, dentro ou fora do paiz, em ediçãoes stereotypadas, nunca inferior a 50 mil exemplares cada uma, reservadas as edições para subsequentes tiragens.

Paragraho 1.º. Com destino a cada uma escola publica primaria do Estado serão remetidos semestralmente tantos compendios das diversas materias nelleas leccionadas quantos forem julgados precisos á vista dos mappaes da frequencia. O respectivo professor, responsavel por esse deposito, com assistencia do inspector ou do conselho de inspecção local, fará distribuição gratuita dos compendios no começo do anno lectivo aos alumnos reconhecidamente pobres e que como taes figuram na matricula. Aos que não forem pobres e a quem outras pessoas os compendios serão vendidos pelas preçes que o governo previamente fixar.

Paragraho 2.º. A distribuição mencionada no paragraho acima constará da nota especial, que servirá opportunamente de desgraga á responsabilidade do professor pelo legal destino dos livros.

Paragraho 3.º. De accordo com a mesma nota, serão tiradas tres relações dos nomes pobres (com referencia dos nomes de seus pais, tutores ou protetores) a quem forem dados os compendios, para serem: duas affixadas na porta de entrada da escola e na da escola matriz ou capella da localidade, sendo a terceira enviada sob registro á secretaria do Interior.

Art. Aos professores publicos primarios será, tambem semestralmente, feita a remessa precisa de papel, penna, lapis e tinta para a distribuição gratuita desses utensilios pelos alumnos pobres de suas escolas, e na nota e relações de que tratam os §§ 2.º e 3.º do artigo anterior se fará igualmente referencia dessa distribuição, cabendo á inspecção local atender ás reclamações justas que apparejam acerca de quaisquer omissões, irregularidades ou abusos que se deem nesse serviço.

Art. Para occorrer ás despesas com a aquisição dos compendios e utensilios referidos nos artigos precedentes, consignar-se-á annualmente no orçamento do Estado verba nunca inferior a 50:000\$000, cujas sobras, quando se verifiquem, irão reforçar o fundo escolar creado por esta lei.

N. 116

TITULO VII

PREDIOS E MOBILIA PARA ESCOLAS PRIMARIAS

CAPITULO UNICO

Art. Durante dez annos, a contar de 1893, fica o governo autorizado a fazer, em cada exercicio financeiro, operações de credito até a somma de 330:000\$000 annuos, destinada á construcção de predios para as escolas primarias do Estado e aquisição de mobilia para as mesmas, tudo pelo modo adiante determinado.

§ 1.º Nos exercicios financeiros de 1893, 1894, 1895 e 1896, serão construidos os predios escolares nas cidades e villas, trinta em cada anno, e nos exercicios de 1897, 1898, 1899, 1900, 1901 e 1902 os dos actuaes districtos, nas respectivas sedes, sendo em cada anno edificados tantos predios quanto corresponderem á cada parte dos districtos, e nunca menos de cento e cinco por anno.

§ 2.º A designação das cidades, villas e districtos onde tenham de se realizar estas construcções, preterirá accordo com a respectiva camara municipal, que deverá contribuir com a metade da despesa a fazer-se com esse serviço e aquisição da mobilia necessaria a cada escola, tudo de conformidade com as plantas, designação de local, organamentos e instrucções da secretaria das obras publicas do Estado, podendo as municipalidades, quando queirem, ser encarregadas da execução das obras, uma vez que se obriguem a effectual-las nas condições determinadas e no prazo estipulado, que não deverá exceder de um anno.

§ 3.º Tanto para as escolas urbanas como para as districtaes, os predios serão divididos em quatro classes quanto á importancia maxima de seu custo. A — Para as escolas urbanas serão construidos em cada um dos quatro annos mencionados no § 1.º os seguintes predios: — dos de 1.ª classe: custo maximo de 50:000\$ cada um; e de 2.ª classe: custo maximo de 31:000\$ cada um; dos de 3.ª classe: custo maximo de 20:000\$ cada um, e tres de 4.ª classe: custo maximo de 10:000\$ cada um.

B — Para as escolas districtaes, em cada um dos annos constantes do mesmo § 1.º, serão construidos, pelo menos, cento e cinco predios, sendo: — dez de 1.ª classe: custo maximo de 10:000\$ cada um; quinze de 2.ª classe: custo maximo de 10:000\$ cada um; trinta de 3.ª classe: custo maximo de 6:000\$ cada um; e cinquenta de 4.ª classe: custo maximo de 4:000\$ cada um.

§ 4.º Os preçes referidos no paragraho precedente comprehendem o total da responsabilidade do Estado e das municipalidades, cabendo a estas uma metade e áquella outra metade, como prescrida o § 2.º, não sendo ordenada nenhuma construcção pelo governo sem previo compromisso formal e garantia da municipalidade respectiva, no sentido de se dividirem igualmente os onus da obra.

§ 5.º No mez de outubro de cada anno, o governo mandará annunciar pela folha official o numero e classes dos predios escolares para cuja construcção contribuirá nos termos desta lei, e á vista das propostas que tiver das camaras municipais, no sentido de concorrerem igualmente para essas edificações, ou lhes commetterá, quando ellas assim queiram, a execução das obras, ou mandará pôr estas em hasta publica, de modo a ser o serviço encetado no começo do anno seguinte e antes do fim d'elle concluido.

§ 6.º Quando as propostas das camaras, para cada classe de predios a construírem, excederem ao numero designado, terão preferencia as que forem mais cedo apresentadas ou as que offeroceram mais vantagens ao governo, ficando as prejudicadas com preferencia para o anno seguinte.

§ 7.º As casas de escola das cidades e villas deverão ter de tres a seis salas para aulas, conforme a classe a que pertencerem, além do vestibulo, sala de espera, e gabinete reservado para cada sexo, e commodo para o archivo e bibliotheca. As casas de escolas dos districtos terão as mesmas accommodações, mas além de duas a tres salas para aulas, sendo pelo menos uma para cada sexo. Em qualquer das escolas, nas salas destinadas ás aulas de meninas, poderão ser admittidos meninos até 12 annos de idade, si estiver legalmente permitida na localidade a co-educação dos sexos.

§ 8.º No plano das casas para escolas primarias, qualquer que seja a classe d'ellas, e de harmonia com a importancia e dimensões do predio, se incluirá a creação de dois pequenos e modestos jardins (para fructos e estudos botanicos, de horticultura e arboricultura) e a de dois patios para exercicios calligraphicos ou gymnasticos e evoluções militares, sendo um jardim e um patio, divididos por gradis de ferro ou madeira, destinadas aos alumnos e os outros aos alumnos da escola.

§ 9.º No mesmo plano, que attenderá rigorosamente ás exigencias de boas condições de hygiene, luz e ventilação, se proverá sobre o abastecimento da agua nas escolas para todas as applicações necessarias, havendo sempre que for possível canalisação, torneiras para uso interno e lavatorio, e tanques de matação.

Art. Harmonicamente com o disposto no artigo precedente, e na ordem e forma nelle estabelecidas, o governo, dentro do prazo no mesmo artigo concedido, proverá sobre o fornecimento de mobilia docente e apropriada ás escolas publicas primarias de todos os municipios do Estado, desde que para esse fim as camaras municipais respectivas concorram com a metade da despesa precisa, cujo maximo é fixado na decima parte do valor de cada predio escolar.

Paragraho unico. O fornecimento da mobilia, cuja escolha e aquisição o governo incumbirá a pessoa competente, realisar-se-á, para cada casa de escola, apenas terminada a respectiva construcção, attendendo-se por mobilia, além dos bancos, carteiras, mesas, armarios, cadeiras de professores, etc. — as louças e pedras para demonstrações mathematicas, mappaes parietaes, globos geographicos, livros didacticos, quadros commemorativos de acontecimentos memoraveis, photographias, gravuras ou olographias que recordem personagens illustres e benemeritos, ou representem factos e scenas cujo conhecimento possa despertar no espirito e no coração da infancia idéas nobres ou sentimentos generosos; e ainda os simples ornatos das salas de aulas, jardins, patios, etc., que possam contribuir para tornar a escola alegre, aprazivel e atrahente para os alumnos.

N. 117

O capitulo 8.º art. 130 — Do fundo escolar — passe a ser titulo 8.º capitulo unico com as seguintes alterações:

N. 118

Art. 19) — Depois da letra — D — acrescentem-se:

e) Das sobras que em cada exercicio deitarem as diferentes verbas da despesa da secretaria do Interior;

f) De metade do producto da venda de terras publicas e devolutas.

g) Das quotas em favor da instrucção publica arrecadadas em virtude de clausulas de contractos feitos com o governo do Estado.

E supprimam-se os §§ 1.º, 5.º e 6.º com os respectivos numeros.

N. 119

Arts. 191 a 233 — Supprimam-se.

N. 120

O capitulo X passe a IV.

N. 121

Art. 201 — Em vez de — actuaes — diga-se: — novos — e em vez de — sera — diga-se: — tiver sido.

N. 122

Art. mesmo art. § unico — Supprimam-se.

N. 123

Art. 202, 203 e 211 — Supprimam-se.

N. 124

Art. 205 — Supprimam-se.

N. 125

Art. 206 — Antes de — professores — diga-se — novos — e depois da palavra exigidas — substitua-se o resto do art. pelo seguinte: no art. ... para as escolas districtaes.

N. 126

Art. 207 e 208 — Supprimam-se.

N. 127

Acrescentem-se os seguintes:

Art. O Estado manterá as escolas de adultos que tiverem a frequencia legal exigida por esta lei e que se acham actualmente providas.

Art. Das actuaes escolas nocturnas só serão mantidas aquellas que tiverem frequencia effectiva de 30 alumnos, ficando supprimidas á proporção que vagarem.

N. 128

Substitua-se as tabelas pelas seguintes:

ESCOLAS PRIMARIAS

TABELLAS

N. 1

Table with 2 columns: Professores normalistas das escolas; Urbanas; Districtaes; Povoados. Values: 1:800\$000, 1:100\$000, 1:100\$000.

N. 2

Table with 2 columns: Professores não normalistas em escolas; Urbanas; Districtaes; Povoados. Values: 1:200\$000, 1:000\$000, 80\$000.

N. 3

Professores actuaes não habilitados na forma desta lei, os mesmos vencimentos constantes das tabelas acima.

N. 129

A parte do projecto que trata das escolas normaes, seja encetada sob o n.º IV, com a epigrapha — Do ensino profissional — Seção I — Das escolas normaes — logo dep.º da materia do ensino secundario.

N. 133

Art. 210 — Supprimam-se as ultimas palavras depois de — D. Amazonia — até o final do artigo.

N. 134

Art. 211 — Supprimam-se as palavras — de hygiene escolar; e acrescentem-se depois — de agricultura — de sociochica; supprimam-se tambem as palavras — musica etc., até madeira — e acrescentem-se in fine: e legislação do ensino.

N. 135

Art. 211 — Acrescentem-se o seguinte.

Paragraho unico. O ensino destas materias será distribuido por 4 annos de curso, pelo modo por qui for determinado em regulamento.

N. 136

Art. 212, 213, 214, 215 e 216. Supprimam-se.

N. 137

Art. O ensino das materias do artigo precedente será ministrado nas seguintes cadeiras:

- 1 De portuguez e litteratura nacional; 1 De francez; 1 De arithmetica, algebra e geometria; 1 De geographia geral e do Brazil, e cosmographia; 1 De historia geral e do Brazil, especialmente deste Estado, e noções de economia politica e social; 1 De noções de sciencias physicas e naturaes, hygiene, agricultura e sociochica; 1 De pedagogia, instrucção moral e civica e legislação do ensino primario; 1 De desenho e calligraphia.

Paragraho unico. Além dessas cadeiras haverá, para cada sexo, anexa ao Instituto normal, uma escola de ensino primario, regida respectivamente por um professor e uma professora.

N. 138

Art. 219 — Em vez de — 50 minutos — diga-se: uma hora.

N. 139

Art. 220. — Seja assim redigido:

A professora da escola pratica de arte feminina será auxiliada por uma professora-inspectora, que ensinará trabalhos de agulha, corte de roupa branca e exercicios calligraphicos, sendo adjunta da professora da aula pratica as alumnas mestras de ultimo anno lectivo com exercicio successivo entre todas ellas.

Mas quando a frequencia da aula pratica exceder de 30 alumnos, haverá uma adjunta effectiva, cuja nomeação será feita sob proposta do director da escola, auxiliando-a a alumnas-mestras, como acima se dispõe.

N. 137

Art. 221 — Em vez de — a adjunta — diga-se: a professora inspectora.

N. 138

Art. 221 n. 2 — Em vez de — ruraes — diga-se: primarias urbanas.

N. 139

Depois do art. 222 — Acrescentem-se o seguinte:

Art. Os alumnos das escolas normaes, no acto da matricula, assignarão compromisso de se dedicarem á carreira a que se destinam, ao menos durante cinco annos.

Durante esse prazo é volado ao governo provido em emprego de naturaes diversas.

N. 140

Art. 229 — Em vez de — novembro — diga-se — fevereiro; — em vez de — 15 de agosto — diga-se — 11 de novembro.

N. 141

Art. 230 — Em vez de — 5 — diga-se — 1.

N. 142

Art. 231 — Em vez de 50 minutos — diga-se — 60 minutos — e em vez de — cinco — diga-se — quatro.

N. 143

Art. 232 — Em vez de — duas vezes por mez — diga-se — pelo menos uma vez por semana.

N. 144

Art. 235 — Depois de — fallas — acrescentem-se — justificadas ou mais de 20 não justificadas.

N. 145

Art. 235. Depois de — domingos — acrescentem-se: — os dias sanctificados.

N. 146

Art. 242. Supprimam-se.

N. 147

Art. 243. Antes das palavras — que estiverem vagas — acrescentem-se: cadeiras; e depois de director — e perante um commissario especial.

Os dias e horas dos concursos serão, com antecedencia de 8 dias pelo menos, publicados por editaes, e pela Imprensa, onde a houver.

N. 148

Art. 244. Depois de — materia — acrescentem-se: — ou materias.

N. 149

Art. 247 — Supprimam-se as palavras — da capital por intermedio da secretaria do Estado.

N. 150

Art. artigos 248, 249 e 250 — Passem a ser §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 247.

N. 151

Art. 251 e 252 — Sejam assim redigidos:

Art. No impedimento ou falta de professores das escolas normaes, serão elles substituidos pelo professor a quem couber essa substituição, de conformidade com a designação geral dos substitutos de todas as cadeiras feita pela congregação da escola no primeiro dia do anno lectivo, e sob proposta do professor effectivo da cadeira.

Paragraho unico. A nomeação dos substitutos realisar-se-á sempre que o impedimento exceder de seis dias.

N. 152

Art. 253 — Passem para o plural as duas ultimas palavras.

N. 153

N. 153

Art. 258 — Passa a constituir-se § unico do art. 257.

N. 154

Art. 259 — n. 1 — Em vez de 3 annos diga-se — dois annos — e depois de — da instrução — acrescenta-se: para estabelecer o horario das aulas que deve vigorar durante o anno.

N. 157

Art. 259 — n. 5 — Supprimam-se.

N. 158

Art. 261 — Em vez de dolo, diga-se: nomeado. Acrescenta-se in fine: e a quem incumba a guarda do respectivo archivo.

N. 159

Art. 263 — Redigam-se assim: o secretario será substituido por um professor designado pela congregação.

Supprimam-se o § unico.

N. 160

Art. 263 — Supprimam-se.

N. 161

Art. 265 — Supprimam-se.

N. 162

Art. 265 e seus §§. — Supprimam-se.

N. 163

Art. 268. — Depois de — materia — acrescenta-se — de livros.

N. 164

Art. 272. — Depois da palavra — aula — acrescenta-se — nos termos do regulamento.

N. 165

Art. 275. Supprimam-se.

N. 166

Art. 276 e 277 — Supprimam-se.

N. 167

Art. 283 — Supprimam-se as palavras — em que se en-

contre uma turquia.

N. 168

Acrescentam-se o seguinte:

Art. — Os alumnos e alumnas das escolas normaes não rão de um uniforme para o tempo de estudo para o lãverno, attendendo-se nas respectivas localidades as exigencias da hygiene da economia e da maior simplicidade possivel. Estes moldes são propostos ao conselho superior pelos directores das diversas escolas normaes de accordo com as condições peculiares da vida e clima das respectivas localidades.

N. 169

Art. 281. — Antepõem-se a palavra — professoras à normalistas; — as 2ª e 3ª paragrafos, supprimam-se as palavras — desde que se não actualista.

N. 170

Art. 281 — 1ª paragrafo — Supprimam-se.

N. 171

Art. 281 — 2ª paragrafo — Em vez de — todos os — diga-se — metade dos.

N. 172

Art. 282 — Seja assim redigido:

Art. — Se para o preenchimento de uma cadeira haja apresentação de dois ou mais normalistas, terá preferença para a nomeação:

1.º O que exhibir melhores notas de approvação;

2.º Em igualdade de notas, o que estiver ha mais tempo diplomado;

3.º Na hypothese de igualdade de tempo, o mais velho em idade em que tiver maior familia a seu cargo;

4.º Na equivalencia das condições acima — o que residir ha mais tempo no Estado.

N. 173

Art. 283 e 286. — Sejam supprimidas.

N. 174

A' expressão de capitulo 2º — Acrescenta-se — e deversos das pncipaes.

N. 175

Art. 285 — Supprimam-se.

N. 176

Art. 285 — Acrescenta-se o seguinte:

Sobre a applicação do processo disciplinar, em virtude de representações de autoridades ou de chefes de familia, escolas ou professores e do conselho ou de parecer do conselho superior de instrução publica.

N. 177

Art. 285 e 286 — Acrescenta-se o seguinte: da instrução.

N. 178

Art. 285 e 286. — Depois de — e deversos das pncipaes, da instrução.

N. 179

Art. 285 e 286. — Supprimam-se as palavras — e superior.

N. 180

Art. 291 — Em vez de tres quartas partes — diga-se — duas terças partes. — em vez de — quarta parte — diga-se — terça parte — e acrescenta-se a seguinte — para os effectos das substituições.

N. 181

Art. 292 — Supprimam-se.

N. 182

Acrescentam-se o seguinte:

Art. — No regulamento que for expedido para a execução da presente lei, serão determinados especificamente os deveres dos professores — publicos do Estado.

N. 183

Art. 293 e 298 — Supprimam-se.

N. 184

Art. 293 e 298. — Sejam substituidas pelo seguinte:

CAPITULO X
DOS EMPREGADOS

Art. — Para o serviço interno das escolas normaes haverá um percento de vacantes, de nomeação dos directores desses estabelecimentos, na forma que for determinada em regulamento, que tambem poderá sobre as obrigações e direitos desses empregados e penas a que forem sujeitos, comprehendendo os vencimentos da tabella annexa a presente lei, pelo modo applicavel aos professores.

N. 185

Art. 291. — Depois de propostos — e o mesmo — se conformo o typo adoptado nas escolas da Capital Federal

N. 186

Art. 292. — Em vez de — dezas — diga-se — das respectivas

N. 187

Art. 293. — Supprimam-se

N. 188

Art. 307 e 308. — Supprimam-se.

N. 189

Acrescentam-se o seguinte:

Art. — Para a organização e conservação desses gabinetes, laboratorios e bibliotecas, assim como para o fornecimento de mobilia e material tecnico indispensavel às escolas normaes, será annualmente consignada no orçamento do Estado uma verba nunca inferior a 10:000\$ cuja distribuição por aquellas escolas ficará ao esclarecimento arbitrio do governo.

N. 190

Art. 307 — Supprimam-se.

N. 191

Art. 310 — Em vez de — exigidos no art. 295 — diga-se: e em que sejam moralidade, serem vacantes e não aifferem molestia contagiosa.

N. 192

Art. 310 — Acrescenta-se in fine: e conforme a instituição do curso normal.

N. 193

Art. 311 — Supprimam-se.

N. 194

Art. 312 — Depois de — congenitos — acrescenta-se: da antiga legislação mineira sobre instrução publica e.

N. 195

Art. 313 e 316 — Supprimam-se.

N. 196

Art. 313 e 320 — Passam a constituir uma secção redigida do seguinte modo, a qual será collocada no final das disposições geraes deste capitulo:

Secção III

CURSO DE AGRIENSURA

Art. — Para o curso, annexo às escolas normaes de Uberaba, Paracatu, Campanha e Diamantina, um curso de agrimensura, comprehendendo as seguintes matricias: — trigonometria, topographia, nivelamento e levantamento de plantas.

§ 1.º São preparatorios necessarios para a matricula neste curso — portuguez, francez, mathematicas elementares, geographia e noções de astronomia e physica, sendo validas para a matricula os exames prestados nas escolas normaes e gymnasios do Estado.

§ 2.º O curso de agrimensura é de 2 annos; eza subordinado à direcção das referidas escolas normaes e o seu periodo letivo heu como os requisitos para nomeação do professor e vencimentos deste serão os mesmos estabelecidos para ellas, — determinando-se em regulamento o tempo destinado para os trabalhos practicos de campo.

§ 3.º Aos alumnos que completarem com approvação o curso será conferido o diploma de agrimensor, com o qual terão competência para medição e demarcação de terras publicas e particulares no Estado, podendo usar do distinctivo que em regulamento lhes for designado pelo governo.

N. 197

Art. 321 — Seja assim redigido:

Art. — Os alumnos das escolas normaes que se matricularem sob o regime de disposições legais anteriores e concluído, até o fim da 1891, o direito de concluir o seu curso normal pelo programma então vigente.

Os que não concluírem esse curso até o fim de 1891 serão obrigados, para gozarem das vantagens dos professores normalistas, a mostraremse, antes do exame pratico final, habilitados em todas as matricias dos 4 annos do actual curso normal.

N. 198

Acrescentam-se as seguintes:

Art. — As escolas normaes que não tiveram a frequencia, pelo menos, de 50 alumnos no respectivo curso serão suprimidas.

Art. — Quando qualquer municipalidade houver organizado estabelecimento de ensino segundo o plano das escolas normaes do Estado, poderão obter do governo, por decreto, para aquelles estabelecimentos as prerogativas de que gozam as ditas escolas normaes.

Art. — Os actuaes professores de musica e gymnastica das escolas normaes continuaram no exercicio de seus cargos com os vencimentos que actualmnte gozarem, mas quando vagarem esses lugares, por qualquer motivo, serão suprimidos.

Art. — No preenchimento de cadeiras das escolas normaes, vagas ou que vagarem, ou das que forem novamente creadas, terão preferença, para as mesmas matricias que houverem licenciado, que estiver habilitados que tenham effectivamente exercido o magisterio nesses estabelecimentos ou nos actuaes externos.

Art. — Não serão consideradas como cadeiras novas as existentes nas escolas normaes, as quaes se tenha adicionado o ensino de noções de outras matricias.

Art. — São reconhecidos no Estado os diplomas conferidos por estabelecimentos similares da Republica para o fim de gozarem os seus portadores de todos os direitos conferidos aos que concluírem o curso de esta lei e a organização daquelles não for inferior à destes, ou para serem elles admittidos a estudos e exames das matricias que faltarem para que se possam considerar iguaes as organizações.

Para essa fim exigem-se os seguintes requisitos:

I Prova de que é realmente diplomado por qualquer escola normal.

II Prova de identidade de pessoa.

III Certidão da organização do curso na occasião em que frequentou.

IV Attestado de moralidade e de que não foi o pretendente despedido a hum do serviço publico.

V Folha corrida.

VI Attestado de ter sido vacinado em tempo não excedente de 5 annos antes, e de não soffrer molestia que o incapacitasse para o exercicio do magisterio.

VII Documenta com que prove ter verdadeira vocação para magisterio ou que a tem exercido com proveito para os alumnos.

§ 1.º Estes pedidos devem ser feitos ao presidente do Estado que sobre elles ouvirá o conselho superior, com cujo parecer se conformará.

§ 2.º Aos professores assim admittidos são inherentes os deveres e obrigações constantes desta lei.

N. 199

A' tabella — Os professores de artes terão os mesmos vencimentos que gozariam pela legislação anterior.

N. 200

Art. 322 — Seja assim redigido:

Secção II

DJ ENSINO AGRICOLA E ZOOTECNICO

CAPITULO UNICO

Art. — Com os recursos que na lei de orçamento do Estado forem opportunamente determinados, serão fundados e mantidos dois institutos agronomicos: um no municipio de Habira, pela transformação proveitosa da escola agricola que ora ali existe e Estado, e outro no municipio da Leopoldina; e dois institutos zootecnicos: um na cidade de Uberaba e o outro na cidade da Campanha.

N. 201

Art. 321 — Antes de — são preparatorios — acrescenta-se O curso será de 3 annos o.

N. 202

Art. 325 — Supprimam-se.

N. 203

Art. 326 — Ponham-se no plural as tres primeiras palavras.

N. 204

Art. 326 — A distribuição das cadeiras seja feita do seguinte modo:

A Physica, mecanica, meteorologi
B Chimica geral e agricola;
C Agrimensura;
D Botanica, zoologia e geologia;
E Agronomia, machinas agricolas, e economia rural.

N. 205

Art. 327 — Passem para o plural as tres primeiras palavras.

N. 206

Art. 328 — Passem para o plural as duas primeiras palavras.

N. 207

Art. 329 — Em vez de — em ambos — diga-se — em todos — e acrescenta-se in fine — para o que serão elles dotados de terrenos, material, predio e animaes necessarios.

N. 208

Art. 330 — Supprimam-se.

N. 209

Art. 331 — Supprimam-se.

N. 210

Os arts. 332 e 333 passem a constituir um só art. redigido do seguinte modo:

Art. — Os professores desses institutos serão contractados pelo presidente do Estado, dentro de profissões nacionaes ou estrangeiras notoriamente conhecidas e o tempo maximo do contracto será de tres annos, podendo ser renovado.

N. 211

Art. 333 e 336 — Supprimam-se.

N. 212

Art. 336 — Em vez de — director de — diga-se: director de cada.

N. 213

Art. 338 — Seja assim redigido:

Art. — Os professores de cada instituto, cujos vencimentos serão opportunamente fixados pelo Congresso sob proposta do presidente do Estado, além dos deveres peculiares a seu cargo são obrigados a:

1.º Guardar um museu;
2.º Redigir os annos do instituto, os quaes serão publicados na folha official do Estado;

3.º Promover o estabelecimento de exposições regionaes permanentes de productos da industria agricola e pastoril.

N. 214

Art. 339 — Acrescenta-se in fine — e terá preferença em quaisquer provimentos de cargos ou commoções administrativas que exijam o conhecimento theorico ou pratico de agronomia ou zootecnia.

N. 215

Acrescentam-se as seguintes:

Art. — Para aquisição de terrenos e beneficiarias preliminares necessarias, com destino aos institutos de zootecnia e de agronomia da Leopoldina, o governo dá desde já autorisação a favor de operações de credito até a quantia de 500:000\$, um terço para cada um estabelecimento, devendo apresentar na proxima reunião deste Congresso planos e organogramas de todas as obras a executar-se e do custeio desses institutos e do da Habira, propondo tambem, com audiencia de profissionais conhecidos, as melhoras modificações que lhe pareçam convenientes no programma geral dos estudos e da organização constante dos artigos precedentes, no interesse de sua praticabilidade, efficacia e possível simplificação.

Paraphrase unico. Para esse fim, e com referença aos institutos agronomicos, o governo poderá: entrar em accordo com as camaras municipaes da Leopoldina e Habira, no sentido de lhes ser entregas a administração, custeio e proventos dos estabelecimentos que foram organizados nesses municipios ou com a empresa de exploração de leite da companhia Organisação Agricola de Juiz de Fora, subordinada pelo Estado, contanto que, além dos mais favores a esta concedidos e durante o mesmo prazo deccenal, o onus da subvenção annual do Estado não exceda de 30:000\$ para ambos os institutos agronomicos, cada um dos quaes deverá dar instrução profissional e manter em seus internatos gratuitamente, pelo menos, a dois alumnos pobres designados pelo governo, tirados das diversas zonas do Estado.

N. 216

A parte referente ao ensino commercial seja assim redigida:

Secção IV

ENSINO COMMERCIAL

Art. — O auxilio de 30:000\$ consignado no n. 1.º do art. 22 da lei minera n. 19 de 26 de novembro de 1891, em favor da Academia do Commercio, de Juiz de Fora, será permanente, com a clausula de serem ali mantidos gratuitamente pelo menos dois alumnos de diferentes e principaes zonas do Estado na forma do art. 135 internos, pobres, designados pelo presidente do Estado que mandará, sempre que julgar conveniente, fiscalisar a regularidade e efficacia do ensino naquello estabelecimento, condição da permanencia da subvenção.

§ 1.º Os alumnos que, a expensas do Estado, tiveram com approvação plena o curso da Academia do Commercio poderão ser approvados pelo governo para regerem cadeiras de ensino commercial theorico e pratico que serão annexas, como cursos especiais, às escolas normaes da capital, S. João d'El-Rey e Montes Claros, com os vencimentos e mais vantagens dos professores dactas e observadas as condições que forem opportunamente estatuidas em regulamento.

§ 2.º Quando apparecerem requerimentos de dois ou mais desses diplomados pela Academia do Commercio, pretendendo a mesma cadeira de que trata o paraphrase anterior, o governo preferirá: — 1.º o que exhibir melhores notas de habilitação e

procedimento; 2.º, em igualdade de notas, o que tiver diploma mais antigo; 3.º, na hypothese de serem da mesma data os diplomas, o mais velho em idade ou que tenha maior familia a seu cargo; 4.º, na equivalencia de todas essas condições, o que residir ha mais tempo no Estado.

ENSINO SECUNDARIO

N. 217

Art. 310 — Depois de — 1890 — substitua-se o resto do artigo pelo seguinte: modelado pelo typo do Gymnasio Nacional, nos termos do dan. Federal n. 281 de 8 de novembro de mesmo anno.

N. 218

Art. 311 — Substitua-se o § 1.º e 2.º pelos seguintes: § 1.º O internato funcionará nesta capital em edificio apropriado com as necessarias acommodações; o internato funcionará em Barbacena, no edificio em que ora se achava, que será augmentado à medida que o numero de alumnos e necessidade da administração o exigirem, consignada previamente a necessaria verba no orçamento.

§ 2.º Os dits estabelecimentos, conquanto sejam independentes um do outro pelo que respecta à administração, regem-se pela mesma lei, têm os mesmos programma de ensino e estão igualmente sujeitos à inspecção das autoridades competentes.

N. 219

Art. 312 — In fine — em vez de: 1:800\$030 diga-se — sons tanto da tabella.

N. 220

Art. 312 — Acrescenta-se o seguinte: § unico. O do internato, nas mesmas condições deste artigo, perceberá os vencimentos annuos constantes da mesma tabella.

N. 221

Acrescentam-se as seguintes:

Art. — Serão admittidos no internato até 12 alumnos pobres, tirados das 12 principaes e diversas zonas do Estado e que tenham-se distinguido por sua intelligencia, bom procedimento e assidua applicação ao estudo, cessando o favor do Estado para com os actualmente admittidos fora das condições deste artigo.

Paraphrase unico O internato de Barbacena poderá tambem admitir a frequencia até 20 alumnos externos, sob o mesmo regimen disciplinar e sem prejuizo do ensino, a juizo da congregação.

N. 222

Art. 313 — Em vez de — comprehendendo as — diga-se — constando das — depois de — portuguez — acrescenta-se — e litteratura nacional, supprimidas estas palavras no final do artigo e a — allemão.

N. 223

Art. 311 — Seja assim redigido: Art. Cada um dos estabelecimentos terá os seguintes onus, um de cada materia:

- 1.º De lingua e litteratura nacional;
- 2.º De lingua latina;
- 3.º De lingua grega;
- 4.º De lingua franceza;
- 5.º De lingua inglesa;
- 6.º De mathematicas elementares;
- 7.º De geometria geral, calculo e geometria descriptiva;
- 8.º De mechanica e astronomia;
- 9.º De physica e chimica;
- 10. De geographia e cosmographia;
- 11. De meteorologia, mineralogia e geologia;
- 12. De biologia;
- 13. De zoologia, moral, noções de economia politica e direito patrio;
- 14. De historia universal e do Brazil.

Haverá ainda em cada estabelecimento tres professores: um de desenho, um de musica e um de gymnastica, agrima e evoluções militares, que não farão parte da congregação.

N. 224

Art. 315 — Acrescenta-se in fine: — logo que seja creada a cadeira desta ultima.

N. 225

Art. 316 — Depois da palavra — distribuidas — substitua-se o resto do artigo pelo seguinte: — por annos e forma que em regulamento for determinado.

N. 226

Acrescentam-se o seguinte:

Art. — Si em virtude de nova organização do Gymnasio Nacional, houver augmento ou diminuição de cadeiras no plano do mesmo instituto, tambem serão harmonicamente suprimidas ou creadas iguaes cadeiras no Gymnasio Mineiro.

N. 227

Art. 318 n. 2 — Supprimam-se o vocabulo districtaes. Ao n. 4 em vez de — 10\$000 — diga-se: constante da tabella e acrescenta-se: n. 5 — Prova de que o matriculando não soffre molestia infecto-contagiosa.

N. 228

Acrescentam-se o seguinte:

Art. — Será permitida a matricula em qualquer dos annos, desde que o candidato se mostre habilitado, de conformidade com as prescrições desta lei e seu regulamento, nas matricias assignadas nos annos anteriores ao em que pretender matricular-se.

Paraphrase 1.º Os alumnos do Gymnasio nacional poderão matricular-se no Gymnasio mineiro apresentando certidão de matricula naquello estabelecimento, ou documento que prove terem sido approvados em qualquer dos annos do respectivo curso.

Paraphrase 2.º Mediante guia dada pelo respectivo reitor, poderão, em qualquer epocha do anno lectivo, ser admittidos a frequencia das aulas do mesmo anno.

Aos alumnos matriculados em um dos dits estabelecimentos, é licito passar de um para outro, apresentando a competente guia dada pelo reitor.

Este prazo é prorrogavel. Paragrapho 2.º Nenhum Alumno excepto os gratificos, poderá prestar exame ou matricular-se em qualquer anno do Gymnasio sem que se mostre quite com o Thezouro de Ma'ndo.

N. 229

Art. 319 — Em vez de — 30 — dias — e acrescenta-se o seguinte: § unico. Na segunda quinzena do mes de fevereiro haverá outra epoca de exames de suficiencia e finais para os que por motivo de molestia provada não tiverem podido comparecer ás provas do fim do anno precedente.

N. 230

Art. 320 — Em vez de — dezembro — diga-se: novembro.

N. 231

Art. 322 — Em vez de — nos termos do art. 30 do dec. de 8 de novembro — diga-se — nos termos do art. 2.º do dec. Federal de novembro de 1890.

N. 232

Art. 326, § 1.º — Acrescenta-se a fme: O pagamento será feito na secretaria de cada estabelecimento.

N. 233

Do mesmo artigo § 2.º — Em vez de regimento diga-se: — regulamento — e depois do — desta phrase — a tornante-se — e fuma do pagamento da taxa de exame.

N. 234

Art. 326 — Substitua-se o segundo periodo do § 3.º pelo seguinte:

Dois lentes do gymnasio, dois professores particulares que aceitaram a nomeação, um lente da escola de pharmacia, o reitor do respectivo estabelecimento, ou outro membro do conselho director, como presidente e mais um examinador do livro nomeação do governo.

N. 235

Art. 329 — Em vez de — o artigo — diga-se — prescripta por esta lei.

N. 236

Art. 360 — Supprimam-se as palavras — mediante proposta do reitor — e — com approvação do governo.

N. 237

Art. 361 — Seja assim redigido:

Art. Os lentes conservarão seus logares em quanto bem servirem, e não podem perdê-los senão pela forma prescripta nesta lei.

N. 238

Art. 362 — Anteponha-se a palavra — lentes a professores — substituindo o final do artigo depois de reitores — e approvação do governo.

N. 239

Art. 263 seja substituido pelo seguinte:

Art. Os lentes de disciplinas não exigidas como preparatorias para a admissoão aos cursos superiores da republica ou do Estado, até o anno de 1893, não têm direito a gratificação respectiva, salvo quando substituirem a outros, conforme as regras das substituições e durante o tempo dellas.

N. 240

Art. 361 — Acrescenta-se a fme: si em concurso obtiver a cadeira que occupa.

N. 241

Art. 365 — Seja assim redigido:

Cada um dos estabelecimentos terá o seguinte pessoal admnistrativo: — reitor, vice-reitor, secretario-bibliothecario, porteiro, confino, inspector de alumnos, conservador de gabinetes e laboratorios de sciencias phisicas e naturaes. No externato haverá dois serventes, e no internato além do mais um inspector de alumnos, de um economo, um dispenheiro, cozinheiro e ajudante, os serventes e criados necessarios até o numero de seis.

§ 1.º Os reitores, vice-reitores, secretarios, porteiros, confino, inspectores de alumnos e conservadores de gabinetes e laboratorios serão nomeados pelo presidente do Estado. Os demais empregados serão contractados pelos reitores.

§ 2.º O secretario-bibliothecario do internato será tambem o guarda livros do estabelecimento, tendo para isso mais 600\$000, (Alterada nesta parte a respectiva tabella).

N. 242

Art. 366 e 367 — Supprimam-se.

N. 243

Art. 368 — Em vez de externatos — diga-se: — estabelecimentos.

N. 244

Art. 368 — Em vez de — convidados diga-se — convocados — supprimindo a palavra — nella.

N. 245

Art. 371 — Depois da palavra — nomeação — acrescenta-se — interna feita pelo governo — supprimindo-se o resto do artigo.

N. 246

Art. 371 — Acrescentem-se os seguintes:

Paragrapho 1.º A incontinência durará enquanto não apparecer candidato que requeira o preenchimento definitivo da cadeira por concurso com as formalidades legais.

Paragrapho 2.º A disposição supra não inibe o governo de contratar nacional ou estrangeiro de reconhecido merito por seus escriptos sobre a materia da cadeira vaga.

N. 247

Art. 375 § 2.º infine — Supprimam-se a palavra — duas.

N. 248

O Capitulo V art. 376 a 385 sejam substituidos pelos seguintes:

CAPITULO V DAS SUBSTITUÇÕES

Art. Os lentes de linguas substituir-se-ão reciprocamente por designação do reitor no começo de cada anno, curada a congregação.

Os de mathematicas e astronomia tambem se substituirão do mesmo modo.

Os de phisica e chimica, mineralogia, geologia e biologia, bem sujeitos á mesma regra e bem assim os de geographia, sociologia e historia universal, do modo que as substituições se fazem em relação ás series de sciencias neste artigo indicadas.

Paragrapho unico. Os professores serão substituidos em suas faltas por quem o reitor designar até o prazo de tres mezes. Si a vaga temporaria prolongar-se além deste prazo, o governo a preencherá interinamente.

CAPITULO VI Disposições Gerais

Art. Os lentes são obrigados a executar o programma das materias que devem ser ensinadas durante o anno lectivo, mas sempre de accordo com o — do Gymnasio Nacional.

Paragrapho unico. Os lentes darão lições diariamente e bem assim os professores.

Os de gymnastica, esgrima e evoluções militares deverão dar suas lições nas horas de recreio.

Art. Até o anno de 1893, é permitida no gymnasio mineiro a matricula avulsa no periodo legal, em qualquer das disciplinas do curso exigidas como preparatorias nos cursos superiores da republica ou do Estado.

Art. Ao reitor de cada um dos estabelecimentos compete fazer o respectivo regimento interno, de accordo com a congregação; organizar annualmente os horarios e programmas de ensino, de conformidade com esta lei.

Art. O governo no regu lamento poderá determinar para os alumnos do Gymnasio uniformes simples, modestos e apropriados ás estações do anno.

Art. Logo que se organisem as secretarias do Estado, o actual edificio em que funciona a repartição de instrucção publica passará a ser occupado pelo Internato do Gymnasio.

Paragrapho unico. Tambem se annexará a esse estabelecimento a bibliotheca da capital, e ficará a cargo do respectivo secretario, devendo adoptar-se para a mesma bibliotheca o competente regulamento.

Art. Todas as disposições regulamentares e regimentos, relativas ao gymnasio nacional, constituição legislativa subalidida do gymnasio mineiro.

Art. O professor de desenho distribuirá, no horario que for adoptado, o ensino do desenho pelos sete annos do curso, dando duas horas diarias de lições de modo que todos os alumnos possam receber a alternada e successivamente, de conformidade com o programma dado em regulamento. Este programma comprehenderá o desenho linear, geometria de ornato e de arte e imitação seguida de lições de perspectiva linear e aerea e noções de anatomia.

Paragrapho unico. O mesmo dever cabe aos professores de musica e gymnastica.

Art. O governo dará as instrucções e fará os regulamentos necessarios para a execução da presente lei impondo multa até 200\$000.

Art. Haverá no externato um professor de stenographia, contractado pelo governo.

§ A frequencia nas aulas de stenographia será permitida aos alumnos matriculados ou não no curso de estudos.

Artigo. Os casos omissos na presente lei serão regulados pelos decretos n. 981 de 8 de novembro de 1890, n. 1073 de 25 de novembro de 1890 e mais legislação federal no que for applicavel.

Artigo. Visa o governo autorizando a adaptar ao gymnasio mineiro a reorganização por que passou o gymnasio nacional, distribuindo as cadeiras creadas, segundo o programma instituido e duração dos cursos.

Artigo. Logo que se publique a presente lei entrará em vigor na parte que não dependa de regulamento, no qual fica o governo autorizado a impor penas de multas até 200\$000.

Supprimam-se os demais artigos sob esta epigrapha. (N. 11)

O governo, desde que entre em execução a presente lei nomeará reitores e vice-reitores do Gymnasio Mineiro, directores das escolas normaes e da pharmacia e vice-directores na fórma por ella prescripta.

Art. Aos professores de instrucção secundaria, forá das horas das respectivas aulas, será permitido o exercicio de industrias liberas, para que se mostrarem legalmente habilitados.

Art. O actual inspector de alumnos do externato continuará a perceber os vencimentos que tinha pela legislação anterior.

N. 249

A tabella seja assim modificada:

TABELLA DE VENCIMENTOS (A)

Table with 3 columns: ORG., GRAT., TOTAL. Rows include Lentes, Professores, Secretario bibliothecario, Idem do externato, Gratificação ao reitor do internato, Idem do externato, Inspector de alumnos do internato, Inspector de alumnos do Externato, Gratificação ao conservador do gabinete de sciencias phisicas e naturaes do internato, Porteiro, Continuo, Servente, Taxa de matricula, Taxa de exame, Emolumentos de cada diploma de bacharel.

N. 249-A

A materia do titulo VI sobre Escola de Pharmacia seja collocada como seção V do titulo IV, logo depois do ensino commercial, com as seguintes modificações:

N. 250

Art. 364 — Seja substituido pelo seguinte:

Art. — E' de sua competencia conferir diplomas de pharmaceutico e titulos de bacharel em sciencias naturaes e pharmaceuticas, e bem assim examinar profissões formadas no estrangeiro, além de lhes ser permitido exercer a profissão no país.

N. 251

Art. 365 e 366 — Supprimam-se.

N. 252

Art. 367 — Seja substituido pelo seguinte:

Art. O curso profissional, que é de tres annos, comprehende as seguintes materias, que serão ensinadas com particular applicação a pharmacia e a materia medica, especialmente a brasileira: — phisica medica, chimica inorganica, mineralogia, botanica, zoologia, chimica organica e biologica, materia medica, therapeutica, chimica analytica, toxicologia e pharmacologia. Estas materias são distribuidas do modo seguinte:

Primeiro anno

1.ª Cadeira: — Phisica medica

2.ª Cadeira: — Chimica inorganica e mineralogia.

Segundo anno

1.ª Cadeira: — Botanica e zoologia.

2.ª Cadeira: — Chimica organica e noções de chimica biologica.

Tercero anno

1.ª Cadeira: — Materia medica, especialmente a brasileira e therapeutica.

2.ª Cadeira: — Chimica analytica e toxicologia.

3.ª Cadeira: — Pharmacia theorica e pratica.

N. 253

Art. 349 — Depois da palavra — frequencia — acrescenta-se: e antes da sua completa organização não será remunerado o bibliothecario.

N. 254

Art. O lente cathedratico e o substituto preparador terão sob sua guarda e inspecção o respectivo laboratorio, gabinete ou officina.

N. 255

Art. 350 — Seja substituido pelo seguinte:

Art. O director e o vice-director serão de nomeação do governo.

N. 256

Art. 352 — Seja substituido pelo seguinte:

Art. O director e o presidente da congregação, assim como das commissões em que figurar ao caracter de lente, e incumbidos:

1.º Presidir e dirigir todas as sessões da congregação.

2.º Convocar a congregação, não só nos casos expressamente determinados, como naquelles em que, ou por deliberação sua, ou a requerimento de qualquer lente, feito por escripto e com declaração do objecto da convocação, o julgar necessario, marcando o dia e a hora do reunião, de forma que seja, sempre que for possível, a interrupção dos trabalhos escolares.

3.º Transferir, em circunstancias graves, para outra occasião a reunião da congregação já convocada, atada no caso em que ella deva verificar-se em epocas certas, e suspender a sessão quando se tornar indispensavel esta medida, dando em qualquer das hypothesees, immediatamente parte ao governo dos motivos de seu procedimento.

4.º Nomear commissões, quando o objecto dellas for de simples solemnidade, ou não for de expressa competencia da congregação.

5.º Assignar com os lentes presentes as actas das sessões da congregação e a correspondencia official, assim como todos os termos e despachos lavrados, em nome ou por deliberação da mesma congregação, ou em virtude desta lei, ou por ordem do governo.

6.º Executar e fazer executar as decisões da congregação, podendo sobrestar na sua execução, at as julgar illegaes ou injustas, do que dará immediatamente parte ao presidente do Estado, ao qual compete neste caso decisão definitiva.

7.º Determinar e regular o serviço da secretaria e da bibliotheca e providenciar sobre tudo quanto for necessario para as sessões da congregação, celebração dos actos e serviço das aulas, gabinetes, laboratorios e officinas pharmaceuticas.

8.º Visitar o curso e assistir todas as vezes que lhe for possível, aos actos e exercicios escolares e velar pela boa ordem e andamento dos mesmos.

9.º Promover o aperfeiçoamento dos laboratorios, gabinetes e officina pharmaceutica, solicitando do governo ou propondo á congregação as providencias que não estiverem nas suas attribuições.

10.º Velar pela observancia desta lei e propor ao governo tudo quanto for conducente ao aperfeiçoamento do ensino e ao regimen da Escola, não só na parte administrativa que lhe é pertencente, como ainda na parte scientifica, devendo neste caso ouvir previamente a congregação.

11.º Receber a policia no recinto da Escola, procedendo pelo modo prescripto nesta lei e nos regulamentos approvados contra os que perturbarem a ordem, e empregar a maior vigilancia na manutenção dos bons costumes.

12.º Suspender até oito dias, com privação dos vencimentos todos os empregados da Escola, á excepção dos lentes.

13.º Considerar aos empregados de que trata o numero anterior, dentro de um anno, até 15 dias de dispensa do serviço, sem prejuizo aos seus vencimentos.

14.º Propor ao presidente do Estado a nomeação dos empregados, cujo provimento não dependa de concurso.

15.º Mandar fazer as despesas autorizadas por lei ou ordenados pelo presidente do Estado.

16.º Attestar na folha mensal de frequencia e cumprimento de deveres dos lentes e empregados da Escola.

17.º Encerrar diariamente o ponto dos lentes, notando a falta dos que deixarem de comparecer ás horas marcadas no horario.

18.º Diferir juramento ou affirmação, e dar posse aos lentes e mais empregados.

19.º Apresentar ao presidente do Estado, no fim do anno lectivo, um relatório circumstanciado sobre todos os trabalhos da Escola e occorrenças mais importantes.

20.º Prestar ao governo todas as informações que lhe forem exigidas.

N. 257

Acrescentem-se ao art. 392 os seguintes:

Art. — Haverá uma 4.ª serie, que se comporá das seguintes materias: — anatomia descriptiva, physiologia, historia natural medica, chimica biologica e medicina judicial, as quizes serão distribuidas do modo seguinte:

1.ª Cadeira: — anatomia descriptiva e historia natural medica; 2.ª Cadeira: — physiologia, chimica biologica e medicina judicial.

§ unico. Os alumnos de 1.º, 2.º e 3.º anno do curso pharmaceutico poderão frequentar: os de 1.º anno a aula de anatomia descriptiva, e os do 2.º e 3.º anno a de medicina judicial.

Art. — Seja assim redigido: — A facultade de pharmaceutica, legalmente diplomada, e a obtenção do titulo de — bacharel em sciencias naturaes e pharmaceuticas, devendo para esse fim ser satisfeitas as seguintes condições:

1.º Pagamento das taxas e emolumentos estipulados na tabella — B — da presente lei, para esse fim.

2.º Frequencia obrigatoria nas aulas das materias componentes da 4.ª serie.

3.º Exame de habilitação prestado sobre as materias da 4.ª serie, constante de uma prova escripta sobre um ponto sorteado dentre os formulados sobre todas as materias da serie; e de uma prova oral sobre pontos sorteados, e para esse fim formulados pela congregação, devendo ser sorteados um de cada materia; e de provas practicas, a juizo da mesa de exame.

4.º Apresentação de uma dissertação escripta, que poderá ser impressa, sobre um ponto escolhido pelo candidato dentre aquelles que, sobre as materias da serie, forem com antecipa-

ção formulados pela congregação, e defesa do thesouro sobre as materias da serie, devendo o candidato escolher tres thesuros de cada materia. Ao candidato será concedido um prazo, nunca superior a tres mezes, para apresentar a dissertação escripta e para estudar as materias das theses.

§ 1.º O candidato será arguido na dissertação escripta e nas theses por uma commissão de cinco lentes designados pela congregação, devendo ser determinado nos estatutos da escola o tempo que deve durar a arguição, que jamais poderá ser inferior a uma hora.

§ 2.º O candidato que tiver algum trabalho proprio sobre Sera, fauna, therapeutica ou materia medica brasileira, poderá imprimi-lo gratuitamente na typographia do Estado, mediante consentimento do governo, que julgará de caso, e apresentá-lo juntamente com a dissertação escripta; o merito deste trabalho será aquilutado pela commissão examinadora e inscreverá na nota que tiver de ser obtida pelo candidato.

Art. Tambem aos pharmaceuticos, legalmente diplomados, que não queiram sujeitar-se á frequencia obrigatoria nas aulas das materias da 4.ª serie, é facultada a obtenção do titulo de — bacharel em sciencias naturaes e pharmaceuticas, desde que sejam satisfeitas as seguintes condições:

1.º Pagamento das taxas e emolumentos, conforme prescrever o artigo antecedente.

2.º Exame de habilitação prestado perante a mesa examinadora da 4.ª serie, sobre as materias da referida serie. Este exame constará de duas provas escriptas, sendo cada uma sobre ponto de materia da cadeira diversa, devendo ser sorteados tanto as materias como os pontos; e de uma prova oral vaga sobre cada uma das materias da serie, e de provas practicas, a juizo da mesa examinadora.

3.º Apresentação de dissertação escripta, defesa do thesouro e facultade de apresentar algum trabalho proprio, tudo nas condições do artigo anterior, sendo a arguição feita perante commissão idêntica a de artigo antecedente e não devendo durar, menos de hora e mais; as theses serão em numero de cinco para cada materia da serie.

Art. Desde que o candidato seja approved pela commissão examinadora e julgará, será-lhe conferido o titulo de — bacharel em sciencias naturaes e pharmaceuticas —, no qual constará a nota final obtida.

N. 258

Acrescenta-se ao art. 391, o seguinte:

Art. Haverá um vice-director que substituirá o director em suas faltas e impedimentos.

N. 259

Acrescenta-se ao epigrapho — Substitutos — preparadores

N. 260

Art. 393, 394, 395, 396 e 397. — Sejam substituidos pelos seguintes:

Art. Haverá na Escola de pharmacia nove lentes cathedraticas e cinco substitutos preparadores, medicos ou pharmaceuticos, legalmente habilitados, ou quaisquer pessoas que apresentarem titulos scientificos validos, cuja nomeação ficará a juizo da congregação e do governo.

Art. Os lentes cathedraticos e substitutos ad perderão seus logares si forem condemnados nos termos dos artigos da presente lei.

Art. Nenhum lente ou substituto poderá reger effectivamente mais de uma cadeira.

N. 261

Art. 398. Dupes de lentes — acrescenta-se: — e os substitutos.

N. 262

Art. 399. — Depois de lente — acrescenta-se ou das substitutos — substituindo a palavra — exercicio — pela — gues.

N. 263

Art. 400 A. 3.º — substitua-se pelo seguinte:

Em arguição sobre os assumptos das provas oraes e escriptas ou sobre qualquer ponto da materia, feita por uma commissão composta de tres a cinco membros designados pela congregação.

N. 264

Art. 400 — § unico — Seja assim redigido:

§ unico. O director organizará uma lista com os nomes de todos os candidatos habilitados, dentre os quais o presidente do Estado fará as nomeações.

N. 265

Acrescenta-se o seguinte:

Artigo. Fixam mantidas os provimentos dos actuaes lentes cathedraticos e substitutos preparadores.

§ unico. O primeiro provimento das duas cadeiras da 4.ª serie será feito, independentemente do concurso, pelo presidente do Estado, que nomeará pessoas de reconhecida idoneidade.

N. 266

Art. 401 — Seja assim redigido:

Os substitutos preparadores serão distribuidos do modo seguinte: um para cada serie, e um especialmente para a cadeira de pharmacia.

N. 267

Art. 402, 403 e 404 — Supprimam-se.

N. 268

Art. 405 — Depois da palavra — mystic — supprimam-se resto do artigo.

N. 269

Art. 406 — Depois de — bibliothecario — acrescenta-se quando estiver organizada e em fme — em vez de — quatro — cinco.

N. 270

Art. 407 e 408 — Supprimam-se.

N. 271

Art. 409 — Seja substituido pelo seguinte:

Artigo. O anno lectivo da escola de pharmacia principia no primeiro dia util do mes de outubro e termina na segunda quinzena do mes de junho, havendo duas epocas de exames, começando uma do primeiro dia util de julho em diante e outra do primeiro dia util de outubro em diante.

N. 272

Art. 410 — Em vez de 40 — diga-se 30 — acrescenta-se a fme: na mesma cadeira.

N. 273

Art. 415 — Seja assim redigido:

Artigo. A matricula nos diversos annos da escola de pharmacia constará na inscripção do nome do candidato no competente livro da escola e no pagamento da primeira prestação da respectiva taxa.

§ 1.º Os alumnos matriculados na escola de pharmacia não serão admitidos a exames, depois que tiverem pago a segunda prestação da respectiva taxa e depois que apresentarem certi-

Art. 5.º A convocação dos membros do conselho para se reunirem em sessão será feita com a antecedência precisa, afim de que formulem o seu parecer por escripto sobre o objecto da consulta que lhe será communicado no aviso da convocação; salvo o caso de consulta sobre assumpto por sua natureza urgente.

Art. 6.º Todas as deliberações do conselho serão tomadas por votação nominal e considerar-se-ão adoptadas as conclusões que obtiverem maioria de votos.

Art. 7.º Das deliberações do conselho se lavrará uma acta, que será assignada por todos os membros presentes, com declaração das conclusões em que tiverem sido vencidos.

CAPITULO II

Da repartição de hygiene publica

Art. 8.º Fica creada uma repartição de hygiene publica, subordinada à secretaria do interior e composta de uma inspectoría de hygiene na capital do Estado e de delegacias de hygiene nos municipios.

Paraphrasso unico. O instituto vaccinico será annexo, de accordo com a lei n. 12 de 13 de novembro de 1891, à repartição de hygiene publica.

Art. 9.º A inspectoría de hygiene publica se comporá de:— um inspector de hygiene e um ajudante, ambos medicos; um analysador chimico, um secretario, um official, dous amanuees e um porteiro.

§ 1.º O inspector de hygiene, o adjunto e o analysador chimico são de livre nomeação e demissão do governo; o secretario será nomeado ou demittido pelo governo, mediante proposta do inspector de hygiene; os demais empregados serão tirados do quadro creado pelo art. 6.º da lei n. 6 de 16 de outubro de 1891 e gozarão dos mesmos direitos.

§ 2.º Em quadra epidemica, e conforme o exigir o serviço publico, poderão ser nomeados pelo governo, mediante proposta do inspector de hygiene, não só medicos auxiliares, como os desinfectores que forem julgados necessários.

Art. 10.º A inspectoría de hygiene publica incumbirá:

§ 1.º O estudo de todas as questões relativas à hygiene publica do Estado.

§ 2.º O saneamento das localidades e das habitações.

§ 3.º A adopção de meios tendentes a prevenir, combater ou attenuar as molestias endemicas, epidemicas e transmissiveis ao homem e aos animaes.

§ 4.º A organização, direcção e distribuição dos socorros de assistencia publica nos necessitados, em épocas normaes e epidemicas.

§ 5.º A indicação dos meios de melhorar as condições sanitarias das populações industriaes e agricolas.

§ 6.º A inspecção sanitaria das escolas, fabricas e officinas, hospitales, hospícios, prisões, estabelecimentos de caridade e beneficencia, quartéis, asyls e quaesquer habitações collectivas publicas e particulares.

§ 7.º A fiscalização da alimentação publica, do consumo e fabricação de bebidas nacionaes e estrangeiras, naturaes e artificiaes, bem como do commercio e exploração das aguas mineraes.

§ 8.º A fiscalização de exercicio da medicina e da pharmacia.

§ 9.º A policia sanitaria, sobretudo que directa ou indirectamente interessar à saúde dos habitantes das cidades, villas e mais povoaes do Estado.

§ 10.º A organização das estatísticas demographico-sanitarias.

§ 11.º A fiscalização sanitaria de todos os grandes trabalhos de utilidade publica, dos cemiterios e de todas as construcções e obras susceptiveis de comprometter os interesses da saúde publica do Estado.

Art. 11.º O serviço da vacinação e revaccinação será regulado pela lei n. 12, de 13 de novembro de 1891, com as alterações feitas nesta lei.

Art. 12.º Haverá em cada municipio um delegado de hygiene, que será ao mesmo tempo delegado vaccinator municipal, de nomeação do inspector de hygiene, encarregado do serviço sanitario do respectivo municipio, inclusive a vacinação, devendo a nomeação recahir de preferencia em medicos e pharmaceuticos.

§ unico. Para o serviço de expediente de cada delegacia municipal de hygiene e vacinação será distribuida uma quota annual de 300\$ a 500\$000, a juizo do governo e conforme as exigencias do serviço em cada municipio. Esta quota será, por parcelas, entregue semestralmente ao delegado de hygiene e vaccinator.

Art. 13.º Sempre que o inspector de hygiene julgar conveniente, remittirá os medicos e delegados que julgar necessários, afim de resolver questões sanitarias e obter informações sobre os ramos de serviço affectos à repartição.

CAPITULO III

Das attribuições dos empregados da Inspectoría de hygiene

Art. 14.º Ao inspector de hygiene compete:

§ 1.º Cumprir esta lei.

§ 2.º Corresponder-se com o governo, dando parte dos factos importantes que occorrerem no serviço a seu cargo, não só na capital como nos municipios, e solicitando as medidas que se tornarem necessarias.

§ 3.º Dar ordem sobre o serviço ao ajudante, expedir ordem e instrucções aos delegados de hygiene nos municipios, nomear commissões sanitarias em diversos pontos do Estado, em épocas anormaes de epidemia.

§ 4.º Despachar diariamente o expellente, rubricar as contas de despezas e as folhas de vencimentos dos empregados da repartição.

§ 5.º Fiscalisar o procedimento dos empregados da Inspectoría, advertir-os quando faltarem aos seus deveres, suspendel-os até 15 dias, communicando-o immediatamente ao governo, e, em casos graves, propôr ao governo o que julgar conveniente, a bem do serviço.

§ 6.º Suprintender em todos os serviços da repartição e encarregar-se especialmente da fiscalização do exercicio da medicina e da pharmacia e do serviço da assistencia publica, auctorizando directamente os socorros urgentes e solicitando do governo a respectiva indemnização.

§ 7.º Estudar as epidemias, epizootias e molestias reinantes, remettendo ao governo as memorias que a tal respeito deverá escrever.

§ 8.º Propôr ao governo, quando julgar opportuno, a nomeação dos membros da commissão especial que terá de organizar o codigo pharmaceutico, presidir os respectivos trabalhos e promover os melhoramentos que convier introduzir ao mesmo codigo, depois de organizado.

§ 9.º Apresentar annualmente ao governo um relatório dos trabalhos da inspectoría.

§ 10.º Conceder ou negar licença para a instalação de hospitales particulares, casas de saúde e maternidades, mandar fechar os estabelecimentos dessa natureza que forem inconvenientes à saúde publica, por sua situação, instalação ou regimen condemnaveis, ou obrigar os respectivos donos, sob pena de multa ou clausura dos ditos estabelecimentos, a effectuar, no prazo que for marcado, as reformas e melhoramentos necessarios, caso se trate de defeitos sanaveis.

§ 11.º Solicitar do governo as providencias que entender convenientes em relação aos matadouros e cemiterios.

§ 12.º Organizar planas de socorros publicos em épocas de perigo sanitario, pol-os em execução, com auctorização do governo, e suprintender nos respectivos serviços.

§ 13.º Exercer vigilancia activa sobre o serviço a cargo dos delegados de hygiene e tornar effectivos os preceitos da policia sanitaria contidos nesta lei, communicando-se, para tal fim, com todas as autoridades e requisitando da policia o auxilio de que carecer.

§ 14.º Propôr ao governo a desapropriação dos privilegios sobre preparados pharmaceuticos ou a indemnização para vulgarização dos segredos respectivos, sempre que estes forem de grande utilidade publica.

§ 15.º Promover a utilização das aguas medicinaes existentes no Estado e das que se descobrirem, fazendo-as analysar e determinar seus effectos therapeuticos.

§ 16.º Prestar as informações que lhe forem exigidas pela secretaria do interior.

§ 17.º Dirigir o serviço dos delegados nos respectivos municipios, fiscalisar o seu procedimento e demittir os que não cumprirem suas obrigações.

Art. 15.º Ao adjunto compete:

§ 1.º Corresponder-se com o inspector de hygiene, communicando as occorrencias importantes que se derem no serviço a seu cargo, propondo as medidas que julgar convenientes e prestando as informações que lhe forem exigidas.

§ 2.º Cumprir as ordens e instrucções que lhe expidir o inspector de hygiene.

§ 3.º Apresentar annualmente ao inspector de hygiene um relatório dos trabalhos da repartição a seu cargo.

§ 4.º Fiscalisar, em companhia do consultor tecnico, a observancia dos preceitos hygienicos na construcção das habitações, representando ao inspector sobre as infracções encontradas e propondo a suspensão das obras, quando forem infringidos os estatutos municipaes relativos ao assumpto.

§ 5.º Examinar, acompanhado do consultor tecnico, com o maior cuidado, as condições hygienicas das casas de saúde, das maternidades e das habitações da classe pobre, tues como cortiços, estalagens e outras, lotando-as, ordenando as medidas convenientes e propondo à Inspectoría o respectivo fechamento, quando os defeitos forem insanaveis, ou quando os melhoramentos ordenados não tiverem sido effectuados no prazo marcado, salvo o caso de motivo plenamente justificado perante o mesmo inspector.

§ 6.º Inspeccionar, em relação à hygiene, os quartéis, prisões, asyls e outros estabelecimentos publicos, obtida previa licença das autoridades superiores de que tues estabelecimentos dependerem.

§ 7.º Inspeccionar os hospitales, casas de saúde, maternidades, cemiterios e deposito de calaveres.

§ 8.º Visitar as fabricas de aguas mineraes e de vinhos artificiaes e quaesquer outras fabricas de que possa provir danno à saúde publica, propondo ao inspector a remoção das perigosas, o saneamento das insalubres e o emprego dos meios appropriados a tornar toleraveis as incommodas.

§ 9.º Visitar os mercados, matadouros e casas de quitanda, os azougues, padarias, confeitarias, botecas, armazens de viveres e de bebidas, verificando si estão em boas condições hygienicas, mandando inutilisar os generos alimenticios manifestamente deteriorados ou imprestaveis e submettendo a exame immediato ou no laboratorio os que forem suspeitos de conter qualquer substancia prejudicial a saúde.

§ 10.º Attender immediatamente à notificação dos casos de molestia transmissivel, adoptando todas as providencias consignadas no artigo 73.

§ 11.º Fiscalisar a qualidade dos vinhos e em geral dos generos alimenticios importados, requisitando amostras dos que forem suspeitos de

contar materias nocivas à saúde, afim de serem analysados no laboratorio chimico e analytico, por conta dos donos ou consignatarios. Os referidos generos ficarão retidos enquanto se proceder as analyses, e o inspector marcará o prazo, ouvindo o director do laboratorio em que estas devem ser feitas, findo o qual cessará a interdição da mercadoria; applicando-se aos generos prejudiciaes à saúde o disposto no art. 516 do regulamento annexo ao decreto n. 2647, de 10 de setembro de 1890.

§ 12.º Visitar todas as habitações publicas e, si julgar conveniente, as particulares, com previo aviso aos respectivos moradores, para fiscalisar o regimen e a instalação dos aparelhos sanitarios de cujos defeitos po'em advir sérios dannonos à saúde.

§ 13.º Ter em especial attenção os serviços de esgotos e supprimento de agua para os diversos misteres, examinando, sempre que houver suspeita de insalubridade por vicios nos mesmos serviços, o estado das latinas e dos mictorios publicos, os encanamentos de aguas servidas e os reservatorios de aguas potaveis; devendo, no caso de tratar-se de habitações particulares, dar aviso previo ao respectivo morador.

§ 14.º Inspeccionar hotels e hospedarías, estalagens, e em geral os estabelecimentos em que houver aglomeração de pessoas ou que, por qualquer motivo, possam prejudicar a saúde publica.

§ 15.º Exercer vigilancia sobre os serviços relativos à limpeza das ruas, praças, vallas, rios e praias, communicando ao inspector de hygiene as faltas observadas e propondo os meios de remedial-as.

§ 16.º Inspeccionar as desinfecções praticadas em toda e qualquer habitação por motivo de molestia transmissivel.

§ 17.º Aconselhar os meios de preservação nos casos de molestias transmissiveis, e as precauções necessarias para que estas se não propaguem, dando-lhes instrucções fornecidas pela Inspectoría de hygiene acerca dos primeiros socorros que devem ser prestados aos doentes de tues molestias.

§ 18.º Dirigir o serviço de prestação de socorros publicos em época epidemica.

§ 19.º Assignar as notas de intimação e de multa que forem dirigidas nos infractores dos preceitos sanitarios.

§ 20.º Cumprir todas as ordens de serviço que lhes forem dadas directamente pelo inspector de hygiene.

§ 21.º Formular parecer sobre assumpto de saúde publica, que lhe for exigido.

§ 22.º Propôr directamente ao inspector todas as providencias que julgar uteis à saúde publica.

§ 23.º Organizar boletins trimensaes da mortalidade da capital, consignando nelles todos os dados meteorologicos que forem observados e que possam auxiliar a interpretação do apparecimento, estado e declinio das epidemias e endemias, assim como da frequencia de certas causas de morte; e logo que for possível, estender este serviço a todos os municipios do Estado.

§ 24.º Estudar e apresentar em relatório annual todas as questões attinentes à demographia, quer statica, quer dinamica, colligindo os documentos que puder obter e que servirem para determinar o grau de sanidade na capital e nos diferentes pontos do Estado.

§ 25.º Examinar, com a maior frequencia possível, as pharmacias e drogarias existentes no Estado, verificando si possuem licenças legaes e os livros indicados na respectiva tabella, o vasillame e os medicamentos necessarios, e pronunciando-se sobre a qualidade destes.

§ 26.º Entregar ao dono da pharmacia ou drogaria visitada um certificado de visita, no qual se declare estar o estabelecimento nas condições exigidas pela presente lei, ou não satisfazer os requisitos legaes, caso em que indicará no certificado os factos ou vicios encontrados, marcando prazo dentro do qual deverão ser corrigidos.

§ 27.º Comunicar ao inspector o teor dos certificados passados, o qual será copiado do talão rubricado pelo mesmo inspector, e que ficará em poder dos pharmaceuticos.

§ 28.º Fiscalisar a qualidade das drogas e preparados medicinaes importados, devendo, quando houver suspeita de falsificação, enviar ao analysador chimico, para a devida analyse, amostras dos productos suspeitos.

§ 29.º Formular os pareceres que lhes forem exigidos pelo inspector a respeito dos preparados pharmaceuticos, que podem ser expostos à venda.

§ 30.º Auxiliar os delegados de hygiene nos trabalhos em que sua competencia profissional for necessaria.

Art. 16.º O inspector de hygiene será substituido, em suas faltas ou impedimentos, pelo adjunto, e este pelo secretario.

Art. 17.º Aos delegados de hygiene compete, na parte que lhes for applicavel, o exercicio das attribuições commettidas ao adjunto do inspector de hygiene.

§ 1.º Os delegados de hygiene deverão corresponder-se com o inspector de hygiene sobre todos os factos notaveis, sob o ponto de vista sanitario, que occorrerem nas localidades em que servirem.

§ 2.º Até o dia 31 de outubro de cada anno, deverão os delegados remetter ao inspector um relatório das occorrencias havidas, assignalando a mortalidade local, referindo as causas e as molestias, e bem assim indicando os melhoramentos realisados e aquelles que se tornarem precisos.

Art. 118.º Ao secretario compete: § 1.º Dirigir os trabalhos da secretaria, fazer a respectiva escripturação, redigir as actas da Inspectoría de hygiene, e organizar e ter sob sua guarda o archivo da repartição.

As art. 415, 416 e 417 — Supprimam-se.

As art. 418 — Supprimam-se.

As art. 421, 422 e 423 — Supprimam-se.

As art. 424 — Substitua-se pela seguinte:

Artigo. Ficam em vigor as disposições do regulamento expedido para execução da lei n. 372 que não tiverem sido alteradas pela presente lei, ficando o governo auctorizado a complementar essas disposições com as da presente lei, expedindo para esse fim os regulamentos.

As art. 426 — Acrescentam-se as seguintes:

Artigo. A congregação estabelecerá nos estatutos da escola, em approvação do governo, não só o conveniente horario para as aulas, como também as condições dos exames das materias de cada anno, de modo, porém, que os exames durarão quatro aulas por semana, de hora e meia cada uma, sendo que as aulas praticas serão de quatro horas, e de resto os exames constarão de provas theoricas e practicas, começando pelas ultimas.

Artigo. Os concursos serão feitos em presença do presidente do Estado ou de pessoa de sua confiança, para este fim nomeada.

As art. 428 — Substitua-se pela seguinte:

Art. (para as disposições transitorias.) Terminados os trabalhos do actual anno lectivo, principiaes do primeiro de corrente anno, as aulas da escola de pharmacia se reanudarão no primeiro dia útil do mez de outubro proximo futuro, sendo tambem logo os exames da segunda epoca.

A tabella — Substitua-se pela seguinte:

TABELLA — B. Table with 3 columns: Item, 1890, 1891, Total. Rows include: Leito, Habitação ao director, Secretario habilitatorio, Leito substituto preparador, Amostrador, Porteiro, Contador, Taxa de matrícula, Taxa de exames, Taxa de diplomas, Dito de habitação em municipios, Dito de habitação em pharmacias, Dito de habitação em officinas, Dito de habitação em estabelecimentos de ensino, Dito de habitação em estabelecimentos de saúde.

A commissão de redacção apresenta a seguinte redacção final do projecto n. 27. Sala das commissões, 6 de julho de 1892. — J. P. Xavier da Veiga. — C. Brito.

PROJECTO N. 27, DO SENADO

O Congresso do Estado de Minas Geraes decreta:

TITULO I

DO SERVIÇO SANITARIO DO ESTADO

CAPITULO I

Do conselho de saúde publica

Art. 1.º Haverá na capital do Estado um conselho de saúde publica, especialmente incumbido de interpor parecer acerca das questões de hygiene e salubridade geral sobre que for consultado pelo governo.

Art. 2.º O conselho de saúde publica será composto: — do secretario do interior, como presidente; do inspector de hygiene, do adjunto do inspector, do director do instituto vaccinico, do director da Escola de Pharmacia, do consultor tecnico da secretaria de agricultura, commercio e obras publicas, do provedor e do medico da Santa Casa da Misericórdia e do presidente da municipalidade da capital, sendo este encargo facultativo quanto aos tres ultimos, devendo a acceptação ou não acceptação ser communicada ao governo.

Paraphrasso unico. O secretario do interior será substituido, em seus impedimentos, pelo inspector de hygiene.

Art. 3.º As sessões do conselho de saúde se effectuarão quando o secretario do interior o julgar conveniente, ou quando o inspector de hygiene o requerer; nella servirão de secretario o da Inspectoría de hygiene.

Art. 4.º Para haver sessão do conselho de saúde publica, é necessario que esteja presente a maioria dos membros do mesmo conselho, o qual funcione para na secretaria do interior.

§ 2.º Servir de secretario nas sessões do conselho de saúde publica.

Art. 19. Ao official da secretaria, bem como aos amanuenses, compete executar os trabalhos que lhes forem incumbidos pelo secretario.

Art. 20. Ao chimico compete:

§ 1.º Proceer, com a maior brevidade possível, ás analyses que lhe forem indicadas pelo inspector de hygiene, formulando o respectivo relatório.

§ 2.º Prestar informações que sobre a ordem dos trabalhos de analyses lhe forem requisitadas pelo inspector de hygiene.

§ 3.º Auxiliar o adjuncto e os delegados de hygiene, sempre que assim o determinar o inspector de hygiene.

CAPITULO IV

Do exercicio da medicina, da pharmacia, da obstetricia e da arte dentaria

Art. 21. Só é permitido o exercicio da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas:

As pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas faculdades de medicina do Rio de Janeiro ou Bahia, e, quanto á profissão pharmaceutica, as que se mostrarem habilitadas por alguma das referidas faculdades ou pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto.

As que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeiras, officialmente reconhecidas, se acharem habilitadas perante as ditas faculdades, na forma dos respectivos estatutos.

As que, tendo sido ou sendo professoras de universidade ou escolas estrangeiras officialmente reconhecidas, apresentarem licença do governo para o exercicio da profissão.

A's que, sendo graduadas por escolas ou universidades estrangeiras, officialmente reconhecidas, e sendo auctores de obras importantes de medicina, cirurgia ou pharmacologia, tiverem obtido do governo a necessaria licença.

A's pessoas que apresentarem diplomas das faculdades officinaes ou livres, que venham a crear-se, nos Estados ou no districto federal.

§ unico. A's disposições deste artigo serão applicadas ás pessoas que se propuzerem a exercer a profissão pharmaceutica.

Art. 22. Os medicos, cirurgiões, pharmaceuticos, parteiras e dentistas, deverão matricular-se, apresentando os respectivos titulos ou licenças na Inspectoria de hygiene afim de serem registrados.

O registro se fará em livro especial e consistirá na transcrição do titulo ou licença, com as respectivas apostillas. Feito o registro, o inspector de hygiene porá no verso do titulo ou licença o — visto — indicará a folha do livro em que a transcrição tiver sido effectuada, datará e assignará.

§ unico. Serão considerados sem valor, para o exercicio da profissão, os titulos ou licenças que não tiverem sido registrados na forma deste artigo; e equiparados os seus possuidores, para os effeitos das penas impostas nesta lei, aos que exercerem a medicina, em qualquer de seus ramos, sem titulo legal.

Art. 23. Nenhum titulo registrado em outro Estado será valido neste Estado, sem que seja apresentado na Inspectoria de hygiene, bastando para a validade o — visto — a que se refere o artigo antecedente.

Art. 24. A Inspectoria de hygiene organizará e publicará uma relação dos profissionais matriculados, a qual será annualmente revista e publicada, com as alterações que se tiverem dado por morte, ausencia ou mudança.

Os delegados nos municipios organizarão, para serem publicadas, relações semelhantes que enviarão, por copia, á Inspectoria de hygiene annualmente.

Art. 25. Os facultativos escreverão as receitas em portuguez e por extenso, as formulas dos remedios e nome das substancias componentes, excepto as formulas officinaes, sem abreviaturas, signaes e algarismos, e segundo o sistema decimal. Indicarão as doses e o modo por que se devem usar os remedios, especialmente si interna ou externamente, o nome do dono da casa e, não havendo inconveniente, o da pessoa a quem são destinados: bem assim a data em que passaram a receita, que será assignada.

Art. 26. As — parteiras, no exercicio de sua profissão, limitar-se-ão a prestar, os cuidados indispensaveis ás parturientes e aos recém-nascidos, nos partos naturaes. Em caso de dystosia, deverão sem demora reclamar a presença do medico e, até que este se apresente, empregarão tão somente os meios conhecidos para prevenir qualquer accidente que possa comprometter a vida da parturiente ou a do feto.

São-lhes prohibidos: o tratamento medico ou cirurgico das molestias das mulheres e das crianças, os annuncios de consultas e receitas, salvo de medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes geraes que comprometam a vida da parturiente ou a do feto ou recém-nascido. Tais receitas deverão conter a declaração de — urgente.

Art. 27. Aos dentistas é prohibido: praticar operações que exijam conhecimentos especiaes; applicar qualquer preparação para produzir a anesthesia geral; prescrever remedios internos; vender medicamentos que não sejam dentifricios.

Art. 28. O exercicio simultaneo da medicina e da pharmacia é expressamente prohibido, ainda que o medico possua o titulo de pharmaceutico.

O medico, porém, estabelecido em lugar onde não haja pharmacia, poderá fornecer os medicamentos necessarios ao tratamento de seus doentes, si estes residirem a 3 kilometros, pelo menos, de distancia da pharmacia mais proxima, e si for urgente a administração dos medicamentos, sem que lhe assista, em qualquer hy-

pothese, o direito de ter pharmacia aberta ao publico.

Art. 29. É absolutamente prohibida a associação entre medico ou cirurgião e pharmaceutico, para a exploração da industria de pharmacia.

Art. 30. Nenhuma pharmacia será aberta ao publico sem licença da Inspectoria de hygiene.

Art. 31. Para que a licença, de que trata o artigo antecedente, seja concedida, é indispensavel que a pharmacia que se pretende abrir esteja já sufficientemente provida de drogas, vasilhame, utensis e livros, na conformidade das tabellas annexas a esta lei.

Art. 32. Itaquerrida e obtida a licença, cumpre á auctoridade sanitaria mandar proceder a rigoroso exame na pharmacia, afim de verificar si está nas condições exigidas pelo artigo antecedente; no caso negativo, será adiada a respectiva abertura, até que novo exame, requerido pelo dono, demonstre que forem corrigidas as faltas encontradas no primeiro.

Tanto em um como em outro caso, a auctoridade sanitaria que examinar a pharmacia lavrará, em acto continuo, dous termos de exame, especificando nelles as faltas que houver, ou declarando não ter encontrado faltas; esses termos deverão ser assignados pela referida auctoridade e pelo dono da pharmacia, em poder do qual ficará um delles, sendo o outro remetido á Inspectoria de hygiene.

§ unico. As licenças a que se refere este artigo são pessoas e serão renovadas sempre que a pharmacia mudar de proprietario ou responsável.

Art. 33. Quando o dono da pharmacia não obtiver licença da auctoridade sanitaria local e julgar-se prejudicado injustamente, poderá recorrer da decisão da mesma auctoridade para o inspector de hygiene.

Art. 34. Toda a pharmacia aberta ao publico deve possuir os remedios officinaes designados na respectiva tabella annexa a esta lei, e terá entrada o nome do pharmaceutico.

Para preparação dos ditos remedios seguir-se-á a pharmacopéa franceza, até que esteja organizada uma pharmacopéa brasileira.

Depois de publicada, com auctorização do governo, a pharmacopéa brasileira, os pharmaceuticos terão os remedios preparados segundo as formulas desta pharmacopéa, o que os inhibirá de tel-os segundo as formulas de outras para satisfazerem as prescrições dos facultativos, os quaes podem recitar como entenderem.

Art. 35. Os pharmaceuticos terão um livro destinado a registrar as receitas aviadas, e as transcreverão textualmente nos rotulos que devem acompanhar os medicamentos fornecidos.

As vasilhas ou envoltorios que contiverem os medicamentos serão lacrados e marcados com o nome e logar de residencia do pharmaceutico, e nos rotulos indicar-se-á, com toda a clareza, o nome do medico, o modo de administração dos remedios e o seu uso interno ou externo, havendo rotulo especial para os de uso externo.

Art. 36. Exceptuados os remedios de uso ordinario e inoffensivo, consignados na respectiva tabella, annexa a esta lei, nenhum outro medicamento ou preparado poderá ser vendido a quem quer seja, sem receita de medico, competentemente habilitado na forma do artigo 21.

Art. 37. É prohibido ao pharmaceutico alterar as formulas prescrites ou substituir os medicamentos; ficando-lhe salvo o direito de não aviar as receitas, quando lhe parecer que o remedio prescripto pode ser perigoso ao doente. Neste caso deverá o pharmaceutico transcrever no livro de que trata o art. 35 a formula da receita não aviada, com declaração de — não aviada — por ser perigosa, fazendo na mesma receita declaração igual, que será datada e assignada.

§ unico. Não assiste, porém, o direito ao pharmaceutico de não aviar qualquer receita do medico, desde que nella exista a seguinte nota, escripta pelo proprio medico: — *avio sob minha responsabilidade.*

Art. 38. Ao medico, cuja receita não for aviada pelo pharmaceutico, assiste o direito de submettel-a a exame da Inspectoria de hygiene, e do resultado do exame se lavrará termo, cujo theor poderá ser dado por certidão, a quem o requerer.

Art. 39. É absolutamente prohibida a venda de remedios secretos, sendo considerados taes os preparados officinaes de formula não consignada nas pharmacopéas e os não approvados pela Inspectoria de hygiene.

Art. 40. Todo o pharmaceutico que quizer vender preparados officinaes de invenção alheia, sob denominação especial, deverá, nos respectivos rotulos, indicar a pharmacopéa em que a formula dos preparados se achar inscripta, depois de obtida a necessaria auctorização da Inspectoria de hygiene, que determinará as mais declarações que devam ser impressas nos rotulos e prospectos: sendo considerados remedios secretos, e sujeitos os pharmaceuticos que os venderem ás penas desta lei, aquellos em que estas formalidades não tiverem sido cumpridas.

Art. 41. O inventor de qualquer remedio que quizer expor-o á venda deverá, para esse fim, requerer licença á Inspectoria de hygiene, apresentando um relatório no qual declare a composição do remedio e as molestias em que sua administração será proveitosa. Esse relatório poderá ser incluído em envoltorio lacrado, o qual será aberto pelo inspector de hygiene, que delle dará conhecimento ao adjuncto incumbido de formular parecer a respeito, depois do que será novamente lacrado e depositado no arquivo da repartição juntamente com o relatório; o inventor apresentará uma certa quantidade de remedio, que deverá ser remetida ao analysador chimico, que deverá emitir seu parecer sobre elle, podendo a Inspectoria de hygiene, si assim entender conveniente, depois de

conhecida a composição chimica do medicamento, ordenar experiencias therapeuticas, que serão praticadas em estabelecimento publico hospitalar ou de ensino, á requisição do inspector de hygiene.

Obtida a licença, o inventor poderá expor á venda o remedio, com declaração de ter sido approved pela Inspectoria de hygiene, sendo-lhe entretanto absolutamente prohibido annunciar, em jornaes, cartazes ou prospectos, qualidades therapeuticas do medicamento que não forem as verificadas ou admittidas pela mesma Inspectoria.

§ unico. Da composição da formula dará reservadamente o inspector de hygiene o conhecimento ao analysador chimico, quando tiver de ser analysado.

Art. 42. São considerados remedios novos:

1.º Os preparados pharmaceuticos em cuja composição entrar alguma substancia de emprego não conhecido na medicina.

2.º Aquelles em que se tiver feito uma associação nova, embora os componentes sejam de acção conhecida.

Art. 43. Todo e qualquer preparado licenciado pela Inspectoria de hygiene da União não poderá ser exposto á venda no Estado sem que a Inspectoria de hygiene conceda a necessaria licença, que deverá ser requerida, juntando o petionario todos os documentos que provem haver obtido approvação e licença da referida Inspectoria.

Art. 44. Nas localidades em que não houver pharmacia dirigida por profissional habilitado, o inspector de hygiene poderá conceder licença a um pratico para abrir pharmacia, dadas ainda as seguintes condições:

1.º Ser a abertura da pharmacia julgada necessaria pela municipalidade, reunida em sessão.

2.º Apresentar o pratico documentos que certifiquem a sua probidade.

3.º Ser a abertura da pharmacia julgada indispensavel pela auctoridade local, judiciaria ou policial, devido ao crescimento da população e a dificuldade de communicações promptas com a localidade onde exista pharmacia legalmente estabelecida:

4.º Exame pratico de manipulações pharmaceuticas, de noções das linguas portugueza e franceza e de arithmetica, especialmente do sistema metrico decimal, prestado perante uma commissão composta do professor da cadeira de pharmacia da respectiva escola, como presidente, e de dous membros nomeados pelo inspector de hygiene.

Art. 45. Requerida a licença de que trata o artigo antecedente, e depois de preenchidas as condições do mesmo artigo, o inspector de hygiene, á custa do requerente, fará publicar, por 8 dias successivos, no jornal official do Estado, o teor do requerimento; declarando que, si trinta dias depois do ultimo annuncio nenhum pharmaceutico formado communica ao mesmo inspector resolução de estabelecer pharmacia na localidade, será concedida ao pratico a licença requerida.

Si algum pharmaceutico comunicar que pretende estabelecer-se na referida localidade, o inspector de hygiene o intimará a comparecer na repartição e assignar um termo, no qual se comprometta a abrir a sua pharmacia dentro do prazo que for marcado.

Art. 46. Realizado o estabelecimento do pharmaceutico, nos termos do artigo antecedente, o inspector o fará declarar pelo jornal official; no caso contrario, será concedida licença ao pratico que ativer requerido em primeiro logar.

Art. 47. Concedida ao pratico licença para abrir pharmacia, subsistirá ella por dez annos, ainda mesmo que na localidade venham estabelecer-se pharmaceuticos formados; mas deixará de subsistir si o pratico licenciado tiver alienado sua pharmacia por qualquer modo, ou se tiver ausentado por qualquer tempo da localidade, superior ao concedido aos pharmaceuticos pelo art. 52, segunda parte, salvo, porém, si durante sua ausencia ficar a pharmacia administrada por profissional habilitado legalmente, que então assumirá toda a responsabilidade.

§ unico. As licenças concedidas aos praticos só terão effeito na localidade para onde forem concedidas; e expirado o prazo de dez annos, poderão ser prorogadas, a juizo da Inspectoria.

Art. 48. Só a pharmaceuticos formados compete o direito de requerer licença, preparar e expor á venda especialidades pharmaceuticas de invenção propria ou alheia, e só a elles se dará licença para abrir pharmacia dosimetrica, que não poderá instalar-se sem exame especial da auctoridade sanitaria com o fim de verificar si ella está ou não sufficientemente provida de medicamentos.

Art. 49. As pharmacias homeopathicas terão por objecto unico e exclusivo aviar as receitas dos medicos homeopaths, sendo-lhes absolutamente prohibida a venda de quaesquer medicamentos, além dos preparados pelo sistema hannemaniano, e ficirão submettidas á auctoridade e vigilância das autoridades sanitarias que verificarão frequentemente si o presente artigo é observado, applicando, no caso contrario, as penas desta lei.

Art. 50. Os estabelecimentos publicos, hospitaes, casas de saúde, hospicios, corporações religiosas, associações de soccorros industriaes, que tiverem pessoal numeroso, poderão possuir pharmacia, destinada a seu uso particular, com tanto que seja administrada por pharmaceutico legalmente habilitado, ao qual compete a direcção effectiva da mesma pharmacia. As pharmacias de taes estabelecimentos só poderão vender ao publico os remedios formulados ou indicados em receita de medico.

Art. 51. Os abusos commettidos no exercicio das profissões, de que trata este capitulo, serão punidos pelo modo seguinte:

§ 1.º A pessoa que exercer a profissão medica ou pharmaceutica sem titulo legal, registrado nas repartições sanitarias, será multada em 200\$000, e no dobro nas reincidencias; e, si, para illudir o publico, declarar que possui titulo legal, a multa será dobrada além das penas em que incorrer, segundo o codigo criminal.

§ 2.º O medico que não observar em suas receitas a forma especificada no art. 25 desta lei será multado em 25\$000, e no dobro nas reincidencias.

§ 3.º Os dentistas e parteiras que exercem a profissão sem titulo legal, devidamente registrado na Inspectoria de hygiene, incorrerão nas mesmas multas do paragrapho 1.º, e aquelles que infringirem o disposto nos artigos 26 e 27 pagarão iguaes multas, podendo, além disto, a Inspectoria de hygiene, conforme a gravidade do caso, suspendel-os do exercicio da profissão por um a tres mezes.

§ 4.º O pharmaceutico que, sem licença da Inspectoria de hygiene, abrir pharmacia e exercer a profissão, incorrerá na multa de 200\$000, e ser-lhe-á feclhada a pharmacia, até que obtenha aquella licença.

§ 5.º O pharmaceutico que alterar as formulas ou substituir os medicamentos prescrites nas receitas, será multado em 100\$000 e no dobro nas reincidencias, podendo a auctoridade sanitaria, no caso de nova reincidencia, mandar fechar a pharmacia, além das penas em que incorrer o pharmaceutico, segundo a legislação criminal.

§ 6.º O pharmaceutico, que der seu nome á pharmacia de propriedade alheia e não a dirigir pessoalmente, incorrerá na multa de 100\$000.

§ 7.º Na mesma pena do paragrapho antecedente incorrerá o pharmaceutico que, tendo-se comprometido, por termo assignado na Inspectoria de hygiene, a abrir pharmacia em localidade onde tal estabelecimento não existir, o não fizer no prazo marcado, salvo motivo de força maior, allegado e provado perante a mesma Inspectoria.

§ 8.º O pharmaceutico que não possuir em sua pharmacia os livros necessarios ou aquelle que não tiver convenientemente regularizada a respectiva escripturação, será multado em 50\$ e no dobro nas reincidencias.

Os livros serão rubricados, em todas as folhas, pelo adjuncto do inspector de hygiene.

§ 9.º O pharmaceutico que aviar receitas de medico não licenciado, e de parteira ou de dentista, excepto nas condições dos artigos desta lei, e aquelle que vender, sem a necessaria receita, medicamentos não indicados na respectiva tabella, será multado em 50\$000 e no dobro nas reincidencias.

§ 10. O pharmaceutico que em sua pharmacia der consultas, fizer curativos ou applicar appparelhos, a não ser em casos de desastres, accidentes de rua, ou outros semelhantes, será multado em 50\$ e no dobro nas reincidencias, além das penas do codigo, criminal, applicaveis ao exercicio illegal da medicina.

§ 11. O pharmaceutico que vender ou preparar remedios secretos será multado em 50\$ e no dobro nas reincidencias.

Estas penas serão tambem applicadas ás pessoas estranhas á profissão pharmaceutica ou de droguitas, que commetterem a mesma infração.

§ 12. O pharmaceutico que vender remedios falsificados ou fizer preparações de modo differente do prescripto no codex francez, ou na pharmacopéa brasileira, quando for publicada, e ainda os que na composição dos preparados officinaes substituirem umas drogas por outras, serão multados em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 13. O pharmaceutico que não estiver continuamente de posse das chaves do armario das substancias toxicas, ou o que as confiar a qualquer pessoa, salvo a hypothese do art. 47, incorrerá na multa de 50\$ e no dobro nas reincidencias; podendo ser suspenso si infração se verificar mais de duas vezes.

§ 14. O pharmaceutico que se oppuzer ao exame da respectiva pharmacia, quando este for exigido pela auctoridade sanitaria, incorrerá na multa de 200\$ e será obrigado a fechar o estabelecimento, não podendo reabril-o sem licença do inspector de hygiene publica, que mandará proceder na pharmacia o exame semelhante aquelle que o art. 32 determina para as pharmacias novas.

Art. 52. Nenhum pharmaceutico poderá dirigir mais de uma pharmacia; em seus impedimentos temporarios, poderá deixar encarregado da administração da pharmacia um pratico de sua inteira confiança, de cujo procedimento será responsavel perante as auctoridades sanitarias.

Entender-se-á por impedimento temporario aquelle que não trouxer ausencia do pharmaceutico por mais de quinze dias; cumprindo-lhe, si a ausencia se prolongar, deixar encarregado da pharmacia um pharmaceutico legalmente habilitado.

Art. 53. Os introductores de melhoramentos em formula já conhecida não poderão expor á venda o remedio assim melhorado, sem licença da Inspectoria de hygiene, á qual incumbe verificar si o melhoramento allegado é real; devendo entender-se por melhoramento qualquer modificação que torne a formula conhecida mais util, de uso mais facil ou de custo menor.

Concedida a licença para o medicamento novo, só poderá ser exposto á venda preparado por pharmaceutico formado.

CAPITULO V

Das drogarias e lojas de instrumentos de cirurgia

Art. 54. Nenhuma drogaria se poderá estabelecer na capital e nos municípios sem prévia licença da Inspectoria de hygiene.

A licença será requerida pelo dono da drogaria, que apresentará os documentos necessários para prova de sua idoneidade pessoal.

Art. 55. As drogarias terão por fim o commercio de drogas, preparados officinaes devidamente autorisados, utensis de pharmacia e aparelhos de chimica; sendo-lhes absolutamente interdito todo e qualquer acto que seja privativo da profissão de pharmaceutico, taes como:

- 1.º Aviar receita medicas, quer de formulas magistraes, quer de preparados officinaes;
2.º Vender qualquer substancia toxica, mesmo em pesos medicinas, ao publico;
3.º Vender a particulares em qualquer dose, substancias medicamentosas.

Art. 56. Os droguistas só podem vender substancias chimicas a pharmaceuticos e a industrias, exceptuadas as de uso ordinario e inoffensivo, constantes da respectiva tabella, as quaes poderão ser vendidas ao publico.

Art. 57. Deverão os droguistas registrar em livro especial, que será rubricado pela auctoridade sanitaria, as substancias que venderem para fins industrias, mencionando o nome, residencia e industria do comprador, data da venda e quantidade da substancia vendida.

Só serão validos em juizo os livros que tiverem a dita rubrica.

Art. 58. Nenhum droguista poderá anunciar a venda preparados officinaes que não tenham sido approvados pela Inspectoria geral de hygiene da capital federal e pela Inspectoria de hygiene do Estado, nem lhes será permitida ter pharmacia ou consultorio medico nas respectivas drogarias.

Art. 59. Os preparados officinaes importados do estrangeiro não poderão ser vendidos sem licença da Inspectoria de hygiene, e cumpre aos droguistas solicitar a mesma licença, fornecendo á Inspectoria de hygiene a quantidade dos ditos preparados que for necessaria para a analyse.

Art. 60. As lojas de instrumentos de cirurgia é absolutamente interdito o commercio de drogas e remedios.

CAPITULO VI

Da policia sanitaria

Art. 61. A policia sanitaria do Estado de Minas Geraes terá por fim a observancia do disposto nesta lei relativamente á prevençao e repressão dos abusos que possam comprometter a saúde publica.

Art. 62. Em relação ás habitações particulares e collectivas da capital e de outros centros populosos, observar-se-á o seguinte:

I Todas as casas novas ou reparadas, antes de serem habitadas, e as de aluguel que vagarem, serão examinadas pela auctoridade sanitaria local, que verificará si o predio está em condições de servir de residencia, e no caso de encontrar defeitos que possam comprometter a saúde dos moradores, procederá de conformidade com os §§ 8, 9 e 10 deste artigo;

II Si na habitação se tiver dado caso de molestia transmissivel, a auctoridade sanitaria ordenará as desinfecções e outras beneficiações que forem necessarias; e, sem que estas tenham sido praticadas, não poderá a casa ser posta em aluguel ou occupada, incorrendo o infractor na multa de 50\$, da qual não ha recurso.

III A auctoridade sanitaria, verificando que seacha excedida a lotação dos hotéis, casas de pensão, cortiços, estalagens e outras habitações do mesmo genero, multará os respectivos proprietarios ou sub-locadores em 20\$ e mais 2\$ por pessoa que exceder o numero fixado, e os intimará, por escripto, para que se cinjam á lotação dentro do prazo de 3 dias.

Findos os tres dias sem que a intimação tenha sido cumprida e levado o facto ao conhecimento do Inspector de hygiene, este representará ao governo, que providenciara por intermedio das auctoridades policiaes, para que sejam fechados os predios pelo prazo que fixar.

IV Quando não estiver feita a lotação a que se refere o paragrafo antecedente, a auctoridade sanitaria a fará, intimando logo os proprietarios ou sub-locadores para que a tornem efectiva dentro de tres dias.

Si, findo este prazo, a intimação não tiver sido cumprida, proceder-se-á de conformidade com a segunda parte do citado paragrafo.

V Quando, a juizo do inspector de hygiene, os predios de que trata o n.º III não puderam, por suas máes condições hygienicas, continuar a servir sem perigo para a saúde publica, a auctoridade sanitaria, alem de impôr as multas que no caso couberem, intimará logo os proprietarios ou sub-locadores para que os fechem dentro de tres dias, e só poderão ser reabertos depois de feitos os melhoramentos julgados necessarios.

Não sendo cumprida a intimação, o inspector de hygiene dará conhecimento do facto ao governo, o qual providenciara para que os predios sejam fechados.

VI As disposições do numero antecedente serão extensivas, no que for applicavel, ás casas de pasto, ás de pequena mercancia de generos alimenticios, tavernas, estabulos e cavallariças.

VII A Inspectoria de hygiene e os delegados nos municípios, no intuito de fiscalisarem a natureza e o regimen dos utensis sanitarios instalados nas habitações particulares e collectivas e verificarem si são observadas as indispensaveis condições hygienicas nos domicilios, a bem da saúde publica, procederão regularmente a visita de todos os predios, com sciencia previa do morador, e, no caso de opposição deste, recorrerão

ao auxilio da auctoridade policial mais graduada do lugar.

VIII Nas visitas feitas em virtude do disposto no numero antecedente, a auctoridade sanitaria verificará si a casa carece de condições hygienicas por ineuria do inquilino ou do proprietario ou por defeitos e vicio de construção ou de instalação dos aparelhos sanitarios.

No primeiro caso, intimará o inquilino para, dentro de prazo razoavel, corrigir taes defeitos ou abusos encontrados e o mais que for necessario, sob pena de multa de 10\$000 a 20\$000, dobrada nas reincidencias; nos outros dous casos, intimará o proprietario, sob as mesmas penas, para proceder ao asseio, reparos e melhoramentos convenientes, dentro do prazo que na occasião fixará.

IX Oito dias depois de cumprida a intimação, na primeira hypothese de que trata o numero anterior, deverá a auctoridade sanitaria fazer nova visita, para verificar si é mantido o estado do asseio recommendado, e poderá assim continuar a proceder emquanto julgar necessario, impondo multa, de conformidade com o citado numero, cada vez que encontrar faltas.

X Si, findo o prazo marcado nas outras hypotheses do n.º VII, os melhoramentos e reparos indicados não tiverem sido executados, a auctoridade imporá a multa comminada e marcará novo prazo, que poderá ser menor, sob pena do dobro da primeira multa.

Findo o segundo prazo sem que a intimação tenha sido cumprida, será applicada nova multa e proceder-se-á nos termos da segunda parte do n.º III.

XI Nas visitas que a auctoridade fizer nos hotéis, casas de pensão, hospitais, casas de saúde, maternidades e enfermarias particulares, ser-lhe-á facultada a entrada sempre que assim o exigirem os interesses da saúde publica, a juizo da mesma auctoridade, procedendo requisição á administração do estabelecimento, quando este pertencer ou estiver a cargo de alguma associação pia, legalmente instituida.

XII Em taes estabelecimentos, bem como nos collegios e officinas, marcará a auctoridade sanitaria a respectiva lotação, ficando os donos dos estabelecimentos sujeitos, no caso de infração, ás multas do n.º III. Além disso, serão os proprietarios dos estabelecimentos obrigados a fechá-los, desde que, a juizo da referida auctoridade, as casas em que funcionarem apresentarem graves e insanaveis defeitos hygienicos.

Das determinações da auctoridade sanitaria local, neste caso, haverá recurso com effeito suspensivo para o inspector de hygiene.

Art. 63. Nas visitas a que a auctoridade sanitaria proceder nas casas em que se fizer commercio de generos alimenticios, observar-se-á o seguinte:

I Quando a auctoridade sanitaria encontrar em qualquer dessas casas generos alimenticios em estado de manifesta decomposição, os mandará inutilisar immediatamente, requisitando, si for necessaria para esse effeito, a presença do fiscal ou da auctoridade policial, correndo a despesa de remoção por conta do dono.

II Si a decomposição do genero não for manifesta, mas houver motivo para acreditar-se que elle se acha alterado, a auctoridade sanitaria interditará a venda do mesmo genero, até ulterior decisão da Inspectoria de hygiene, e remetterá amostras delle ao analysador chimico, nos municípios, afim de ser convenientemente examinado.

No certificado, que a referida auctoridade deverá entregar ao dono da mercadoria, indicará a especie, quantidade e marcas, si houver, do genero alterado, logar em que se acha, e todos os outros signaes que servirem para reconhecimento do mesmo genero, responsabilizando o respectivo dono por qualquer falta que mais tarde se verifique.

No talão do certificado serão escriptos os dizeres do documento entregue ao dono da mercadoria, exigindo a auctoridade sanitaria a assignatura deste.

III A auctoridade sanitaria marcará no certificado o prazo que durará a interdição do genero e mandará communicação immediata ao inspector de hygiene, afim de que ordene a analyse com urgencia.

Si dentro do prazo marcado nenhuma decisão houver, ficará o dono da mercadoria isento de qualquer pena e com direito pleno de dispôr do genero interdito como lhe aprouver.

IV Si, antes de expirado o prazo marcado de conformidade com o numero antecedente, o dono da mercadoria vendê-la, toda ou em parte, ou simplesmente retirá-la do respectivo estabelecimento, sem prévia licença da auctoridade sanitaria local, incorrerá na multa de 50\$, da qual não haverá recurso, e será obrigado, sob pena de igual multa, a entregar a mercadoria, ou indicar o logar em que se acha, afim de ser sequestrada ou inutilisada, conforme o seu estado.

V A mercadoria que, nas condições dos numeros antecedentes, ficar sequestrada, será submettida a exame e restituída ao seu dono, si estiver em bom estado, sendo inutilisada, no caso contrario.

Art. 64. Nas fabricas de leores, vinhos artificiaes, aguas mineraes, gorduras, comestiveis, conservas alimentares e outros generos de igual natureza, a auctoridade sanitaria fará visitas frequentes destinadas a verificar:

I Si as substancias empregadas no fabrico de taes generos são de má qualidade;

II Si na composição do producto entra qualquer materia nociva á saúde publica;

III Si nas ditas fabricas se usam rotulos falsos.

Serão considerados falsos, quanto ás fabricas de vinhos artificiaes, os rotulos que, indicando o producto sob a denominação usual de qualquer

dos vinhos naturaes, não contiverem a declaração de — artificial.

Nas duas primeiras hypotheses, a referida auctoridade procederá do modo prescripto no artigo antecedente, impondo aos donos das fabricas as multas comminadas nos respectivos paragrafos; e na terceira hypothese, communicará immediatamente o facto ao inspector de hygiene, para os devidos effeitos.

§ unico. As fabricas de que trata este artigo submeterão a exame da Inspectoria de hygiene as formulas dos seus productos, as quaes, depois de approvadas, ficarão sob sigillo no archivo da repartição.

Art. 65. Em todas as fabricas a auctoridade sanitaria examinará si são ellas insalubres pelas suas condições materiaes de instalação, perigosas á saúde dos moradores visinhos, ou incommodas.

Nos dois primeiros casos, ordenará os melhoramentos necessarios, ou, si estes não forem praticaveis, a remoção do estabelecimento para predio ou localidade conveniente.

Sendo fabrica simplesmente incommoda, a mesma auctoridade só ordenará a remoção si não houver meios de tornar o estabelecimento toleravel, devendo, no caso contrario, indicá-los.

Em todos estes casos, a auctoridade marcará prazo para execução de suas determinações.

Findo o prazo marcado, si as ordens da auctoridade sanitaria não tiverem sido cumpridas, será o dono da fabrica multado em 100\$000 e marcado novo prazo, expirado o qual incorrerá o mesmo dono em multa igual e poderá a auctoridade mandar fechar o estabelecimento pelo tempo que for preciso para o cumprimento das ordens, sem o que não poderá ser reaberto.

Do acto da auctoridade que ordenar a remoção ou o fechamento, haverá recurso com effeito suspensivo, o qual, devidamente fundamentado e documentado, deverá ser interposto dentro de cinco dias, contados da data do acto ou decisão recorrida.

Art. 66. Quando em qualquer fabrica a auctoridade sanitaria verificar que os processos industriaes empregados não são os mais convenientes para a saúde dos operarios, aconselhará os que devam ser adoptados.

Art. 67. Nas visitas que a auctoridade sanitaria fizer nos estabulos, cavallariças e outros estabelecimentos em que se recolham animais, deverá ella prescrever medidas hygienicas convenientes, marcará a respectiva lotação e imporá, nos casos de infração, a multa de 20\$000, do dobro nas reincidencias, e de 5\$000 por animal que exceder o numero marcado.

§ unico. Si taes estabelecimentos apresentarem defeitos hygienicos insanaveis, a auctoridade sanitaria procederá de conformidade com o disposto no art. 62, § 4.º

Art. 68. Nas visitas ás drogarias, a auctoridade sanitaria verificará cuidadosamente si o disposto nos artigos 57, 58, 59 e seguintes é observado; e no caso de infração, qualquer que seja ella, imporá a multa de 50\$000 e do dobro nas reincidencias.

Art. 69. Si encontrar nas drogarias substancias alteradas ou falsificadas, procederá como determina o artigo em relação ás substancias alimenticios, observando as regras nello estabelecidas e impondo as mesmas multas.

Art. 70. Nas lojas de instrumentos de cirurgia, a auctoridade sanitaria indagará si o disposto no artigo é cumprido; e no caso negativo imporá a multa de 50\$000 e do dobro nas reincidencias.

Art. 71. Nenhum estabelecimento, excepto as pharmacias e drogarias, poderá vender medicamentos e drogas sob qualquer pretexto que seja, incorrendo os infractores na multa de 50\$ e o dobro nas reincidencias.

Art. 72. As maternidades particulares e casas de saúde só poderão funcionar debaixo da direcção de um medico, responsavel perante a Inspectoria de hygiene, por tudo quanto nas mesmas maternidades occorrer sob o ponto de vista sanitario.

§ 1.º Deverão as maternidades ter um livro especial de registro, no qual serão inscriptas as mulheres recebidas a tratamento, com especificação do nome, naturalidade, idade, profissão, estado e numero de filhos; e se mencionarão a data da entrada da mulher, a marcha da prenhez, a época do nascimento do filho e da morte deste, caso falleça; bem assim a do aborto, com designação de sua causa, certa ou provavel, e os accidentes que sobrevierem á mulher, depois do parto ou aborto.

Esse livro será conforme o modelo que a Inspectoria de hygiene determinar; terá as respectivas folhas rubricadas pelo inspector de hygiene ou pelo adjuncto, e só será exhibido ás auctoridades sanitarias.

§ 2.º Logo que qualquer mulher, recolhida a uma maternidade, abortar ou der á luz um feto, vivo ou morto, o medico director da maternidade o participará á auctoridade sanitaria local.

§ 3.º A auctoridade sanitaria levará a participação ao conhecimento do inspector de hygiene, afim de que este providencie como for conveniente.

§ 4.º No caso de constar á auctoridade sanitaria que em uma maternidade se praticam abortos criminosos, poderá proceder ás pesquisas que entender convenientes, e do resultado dará conhecimento ao inspector de hygiene para que este o transmita á auctoridade policial. Verificado o aborto criminoso, será cassada a licença concedida á maternidade, alem do procedimento criminal que no caso couber.

§ 5.º Quando em uma maternidade ou casa de saúde occorrer qualquer caso de molestia puerperal ou transmissivel, o respectivo director deverá immediatamente participar o occorrido á auctoridade sanitaria, que tomará as providencias necessarias.

§ 6.º O inspector de hygiene e o seu adjunto exercerão, por si ou por seus delegados nos municípios, activas fiscalisações nas maternidades e casas de saúde.

§ 7.º As casas de saúde terão igualmente um livro especial de registro para inscripção dos doentes recebidos a tratamento, com especificação do nome, naturalidade, idade, profissão, estado, data, diagnostico, marcha e terminação da molestia.

As infracções do disposto nos §§ 1.º a 5.º deste artigo serão punidas com a multa de 50\$000 e do dobro nas reincidencias.

Art. 73. Quando reinar qualquer molestia epidemica, proceder-se-á do seguinte modo:

§ 1.º Si a auctoridade sanitaria verificar o apparecimento de molestia transmissivel em algum estabelecimento ou casa de habitação particular, communicará immediatamente o facto ao inspector de hygiene, ou aos delegados nos municípios, e applicará sem demora as medidas que forem mais urgentes para obstar a propagação da molestia, de accordo com as instruções do inspector de hygiene.

§ 2.º Por ordem da Inspectoria de hygiene ou dos delegados nos municípios, serão praticadas as beneficiações de que o predio carecer, a inutilisação das roupas e outros objectos susceptiveis, que tenham servido ao doente ou ao defunto, e á desoccupação do mesmo predio, com prohibição de ser de novo habitado, antes de feitas as desinfecções e mais beneficiações determinadas.

§ 3.º Si o doente achar-se em estabelecimento ou habitação onde houver agglomeração de pessoas, sem o conveniente tratamento, a auctoridade sanitaria mandará removê-lo para o hospital ou logar apropriado, ficando a habitação ou estabelecimento sujeitos ao disposto nos dois §§ antecedentes.

§ 4.º Ordenada a desinfecção pela auctoridade sanitaria, nenhum poderá eximir-se de praticá-la, correndo as despezas com os desinfectantes por conta do morador da casa ou do dono do estabelecimento, salvo si a desinfecção se realizar na residencia particular de pessoa reconhecidamente pobre, caso em que as referidas despezas serão feitas por conta do Estado.

As desinfecções serão repetidas o numero de vezes que a auctoridade sanitaria julgar preciso, conforme a natureza da molestia.

Si se tratar de compartimentos isolados do resto da habitação, poderá o empregado encarregado da desinfecção fechá-los, e só entregar as respectivas chaves depois de acharem-se os mesmos compartimentos purificados.

§ 5.º Si para a desinfecção da casa ou estabelecimento se tornar necessaria a mudança dos moradores para outro predio ou si voluntariamente elles se retirarem, a auctoridade sanitaria local dará parte immediata do occorrido ao inspector de hygiene, e este deverá mandar visitá-las as vezes que julgar conveniente, indagando si alguma dellas se acha contaminada durante o prazo correspondente á incubação maxima da molestia transmissivel, contado da data da ultima communicação com o doente ou defunto.

§ 6.º Si alguma das pessoas de que trata o § antecedente for acommettida de molestia transmissivel, proceder-se-á como fica estabelecido neste artigo.

§ 7.º Quando a Inspectoria de hygiene ou os delegados nos municípios julgarem conveniente, poderão mandar afixar na porta exterior do predio sujeito á desinfecção a declaração impressa, de que elle se acha infeccionado, e requisitarão da auctoridade policial providencias para que não seja destruida a indicada declaração, que será conservada emquanto a desinfecção não estiver completa.

§ 8.º As passos que se oppuzerem ás determinações da auctoridade sanitaria incorrerão em multa de 50\$ a 100\$000, podendo a mesma auctoridade solicitar o auxilio policial sempre que se tornar preciso.

§ 9.º O medico que primeiro verificar em doente, de que trata, algum caso de molestia transmissivel, deverá participar immediatamente o facto á auctoridade sanitaria. A infração será punida com a multa de 50\$000.

Art. 74. São molestias transmissiveis, cuja notificação é compulsoria, na forma do § precedente, as seguintes: febre amarella, cholera-morbus, peste, sarampo, escarlatina, variola, diptheria e febre typhoide.

Art. 75. Sempre que as auctoridades sanitarias, nas visitas e mais diligencias a que procederem em virtude de suas attribuições, verificarem a infração do estatuto municipal, deverão dar conhecimento do facto ao fiscal respectivo, e tambem, quando convier, á camara municipal.

TITULO II

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

CAPITULO I

Disposições geraes

Art. 76. As infracções desta lei, a que não estiver comminada pena especial, serão punidas com a multa de 20\$000 a 50\$000 dobrada nas reincidencias.

Art. 77. Fica o Governo auctorisado a expedir os necessarios regulamentos para o processo referente á applicação das penas disciplinaes estatuidas na presente lei, e bem assim para a melhor distribuição e bom funcionamento dos serviços pela mesma creados.

Art. 78. As auctoridades municipaes e policiaes prestarão ás sanitarias o auxilio de que estas tiverem necessidade para a execução do disposto nesta lei.

Art. 79. O inspector de hygiene organizará e submeterá á approvação do Governo o regimento interno da repartição.

Art. 80. A Inspectoria de hygiene procederá á revisão annual das tabelas de medicamen-

tos e drogas, indicando os melhoramentos que mereçam ser introduzidos.

Art. 81. Servirão para as analyses a que a Inspectoria de hygiene tiver de mandar proceder, os laboratorios da Escola de Pharmacia.

Art. 82. São mantidas as licenças concedidas, até a data desta lei, a praticos que abrirem pharmacia.

Art. 83. Todos os medicos, pharmaceuticos, praticos, dentistas e parteiras são obrigados a apresentarem os seus titulos á repartição de hygiene, para serem conferidos, e terem o visto — dessa repartição.

Art. 84. Serão multadas com a pena de 100\$ a 200\$000, pelo chefe de policia na capital, e pelos juizes de direito nas comarcas, as autoridades sanitarias que violarem:

I O livro gozo e exercicio dos direitos individuais.

II Que por odio, affeição, contemplação ou para promover interesse pessoal seu ou de outrem, procederam com abuso de poder, a pretexto de exercicio de suas funcões.

§ unico. Estas penas serão impostas administrativamente, mediante queixa ou denuncia da parte lesada ou de qualquer cidadão, instruidas com provas sufficientes, e sem prejuizo da acção criminal pelos crimes definidos no titulo 4.º e 5.º do codigo penal, ou outras disposições penaes de que se tornem passíveis.

Art. 85. Ficam approvadas as tabellas anexas a esta lei, não só as que se referem a vencimentos e a emolumentos, como as relativas ás substancias medicamentosas, ao vasilhame, utensilios, rotulos e livros que são indispensaveis a toda a pharmacia, e bem assim as que se referem ás condições de venda das substancias medicinas.

Art. 86. Fica o governo autorizado a despendar annualmente com a Inspectoria de hygiene, incluido o instituto vaccinico e suas dependencias, até a quantia de 60 contos de réis, que deverá ser contemplada nos orçamentos do Estado.

Art. 87. Fica alterada a lei n. 12 de 13 de novembro de 1891, nos seus arts. 4.º, 5.º e 6.º, e bem assim os arts. 14 nos seus §§ 5.º e 6.º, e 17, ficando com inteiro vigor as demais disposições da referida lei, inclusive a constante do § 4.º do art. 15.

CAPITULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 88. Desde que entre em vigor a presente lei, as despesas com o serviço sanitario, inclusive as do instituto vaccinico, serão feitas até que para ellas haja no orçamento verba sufficiente, pelas verbas saúde publica, soccorros publicos e instituto vaccinico.

Art. 89. Ficam revogadas as disposições em contrario.

N. 1

TABELLA DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DA INSPECTORIA DE HYGIENE PUBLICA

Inspector de hygiene (medico)	6:000\$000
Adjunto do inspector (medico)	4:000\$000
Secretario	3:000\$000
Analysador chimico	3:000\$000

N. 2

TABELLA DE EMOLUMENTOS

Licença para abertura de pharmacia	25\$000
Licença para abertura de drogaria	50\$000
Licença para abertura de maternidade, casa de saúde, etc.	100\$000
Licença de habilitação para pratico dirigir pharmacia	50\$000
Licença para dentista	30\$000
Registro de diploma de medico, de pharmaceutico, de dentista, de parteira, e de licença concedida a pratico para dirigir pharmacia	75\$000
Visto em carta de medico ou de pharmaceutico (taxa de expediente)	1\$000
Rubrica de livro (cada livro)	5\$000
Exames chimicos e analyticos (por quantidade)	15\$000
Exames chimicos e analyticos (por qualidade)	15\$000
Exames chimicos e analyticos (por substancias desconhecidas)	100\$000

N. 3

TABELLA DAS SUBSTANCIAS QUE DEVEM INDISPENSAVELMENTE EXISTIR NAS PHARMACIAS

A

Açafrão (stigmas).
Acetato de ammonio.
Acetato de chumbo (neutro).
Acetato de chumbo (sub).
Acetato de potassio.
Acido arsenioso.
Acido azotico (officinal).
Acido benzoico.
Acido borico.
Acido chlorydrico (officinal).
Acido chrysophanico.
Acido citrico.
Acido gallico.
Acido osmico.
Acido phenico.
Acido sulphurico (officinal).
Acido tartarico.
Aconitina (crystallisada).
Adonis vernalis.
Agua de alcatrao.
Agua de Labarraque.
Agua distillada.

Agua distillada de alface.
Agua distillada de canela.
Agua distillada de flôres de laranjeira.
Agua distillada de funcho.
Agua distillada de hortelã pimenta.
Agua distillada de louro cerôjo.
Agua distillada de melissa.
Agua distillada de rosas.
Agua distillada de tília.
Agua distillada de valeriana.
Agua oxygenada.
Agua sedativa de Raspail.
Alcaçuz (raiz e pó).
Alcatrao vegetal.
Alcool rectificado.
Alcoolato de cochlearia composto.
Alcoolato de melissa composto.
Alcoolato vulnerario.
Alcoolatura de aconito.
Alcoolatura de belladona.
Allylo (tribromureto de allylo).
Almiscoar.
Alôes soccoctrino.
Aloina.
Althia (raiz e flôres).
Alumen crystallizado (pedra hume).
Alumen calcinado.
Amendoas amargas.
Amendoas doces.
Amido camphorado.
Ammonia liquida.
Andira inermis.
Anemomina.
Anilina.
Aniz (herva doce.)
Aniz estrelado (da China ou badiana.)
Anti-febrina.
Anti-pyrina.
Apocoeina.
Apomorphina (chlorhydrato.)
Arbutina.
Araroba.
Aristol.
Arseniato de ferro.
Arseniato de quinino.
Arseniato de soda.
Arseniato de selychnim.
Aseptol.
Aveloz (leite.)
Assafetida.
Avenca.
Azotato (sub) de bismutho.
Azotato acido de mercurio.
Azotato de pil. carpina.
Azotato de potassio.
Azotato de prata crystallizado e fundido.

B

Balsamo de copahiba.
Balsamo de curjão.
Balsamo Fioravante.
Balsamo peruviano.
Balsamo de tolu.
Balsamo tranquillo.
Belladona (pó.)
Benzoato de ammonia.
Benzoato de lithio.
Benzoato de sodio.
Bi antimoniato de potassio (oxydo branco de antimonio.)
Bi-carbonato de potassio.
Bi-carbonato de sodio.
Bi-chlorureto de mercurio (sublimado corrosivo.)
Bi-sulphato de quinina.
Borato de quinina.
Borax (bi-borato de sodio.)
Borragem (flores.)
Bromhydrato de cafeina.
Bromhydrato de cicutina.
Bromhydrato de morphina.
Bromhydrato de quinina.
Bromureto de ammonio.
Bromureto de camphora.
Bromureto de ethylo.
Bromureto de potassio.
Bromureto de sodio.

C

Cafeina.
Calina (raiz.)
Cal viva.
Calomelanos a vapor.
Calumba.
Camomilla romana.
Camphora.
Canella.
Carbonato de ammonio.
Carbonato de calcio.
Carbonato de chumbo (alvaiado.)
Carbonato de ferro.
Carbonato de lithio.
Carbonato de magnesia (magnesia alva.)
Carbonato de potassio (sub.)
Carbonato de sodio (sub.)
Caroba (folhas).
Carvão vegetal.
Casca de cundurango.
Casera sagrada (pó.)
Casera amarga.
Castoreo (pó.)
Cayapouina.
Centeio espigado.
Ceroto simples.
Cevada commum.
Chloral hydratado.
Chlorato de potassio.
Chlorhydrato de ammonia.
Chlorhydrato de cocaina.
Chlorhydrato de morphina.
Chlorhydrato de perelrina.
Chlorhydrato de pylocarpina.
Chlorhydrato de quinina.
Chlorhydrato de phosphato de calcio.
Chlorodina.
Chlorophormio.
Chlorureto de cal (hypo-chlorito).
Chlorureto de ferro (per-chlorureto, solução normal).

Chlorureto de ouro e sodio.
Chlorureto de zinco.
Cipó chumbo.
Citrato de cafeina.
Citrato de ferro ammoniacal.
Citrato de magnesia.
Cocaina.
Cochlearia.
Codeina.
Collodio elastico.
Conserva de rosas.
Conserva de tamarindos.
Convallaria maialis cotoina.
Cremor de tartaro.
Cremor de tartaro solúvel.
Creolina.
Creosoto (vegetal e mineral).
Crotonol.
Cubebas (pó.)
Cyanureto de potassio.
Cynoglossa (massa para as pilulas do.)

D

Damaiana.
Danais fragrans.
Digitalina (crystallisada.)
Digitalis (folha e pó.)
Dormideiras (cabecas.)

E

Elaterina (extracto de elaterio.)
Electuario de senna.
Elixir paregorico (Pharm. de Dublin Codex.)
Emplastro adhesivo.
Emplastro de cicuta.
Emplastro diachylio gommado.
Emplastro de jurubela.
Emplastro de sensitiva.
Emplastro de timbó.
Emplastro de vigo.
Enxofre dourado de antimonio.
Enxofre em bastões.
Enxofre precipitado (magisterio do enxofre.)
Enxofre sublimado e lavado.
Ergotina de Honjean e de Yvon.
Ergotina chrySTALLISADA.
Ergotinina.
Escamonia de Alepo.
Eserina (sulphato.)
Esparrapado de thapsia.
Esparrapado vesicante de Asbespeyer.
Espelina.
Essencia de alfazema.
Essencia de cajepit.
Essencia de cravo da India.
Essencia de hortelã pimenta.
Essencia de mostarda.
Essencia de therebentina rectificada.
Ether normal (ou officinal do cod.)
Eucalyptol.
Evonymna.
Eskalgina.
Extracto de absinthio.
Extracto de aconito (alcoólico.)
Extracto de alcaçuz (duro e molle.)
Extracto de belladona.
Extracto de calumba.
Extracto de cannabis indica.
Extracto de carola.
Extracto de cicuta.
Extracto de colchico.
Extracto de coloquintida composto.
Extracto de convallaria maialis.
Extracto de digitalis.
Extracto de stramonio.
Extracto de sel de boi.
Extracto de steo macho (ethereo.)
Extracto de genciana.
Extracto de ipecacuanha.
Extracto de jurubela.
Extracto de lupulo.
Extracto de meimandro.
Extracto de mulungú.
Extracto de noqueira (folha.)
Extracto de nox-vomica (alcoólico.)
Extracto de opio (gommoso.)
Extracto de polygala.
Extracto de quina (molle.)
Extracto de ratanhia.
Extracto de rhubarbo.
Extracto de salsaparrilha.
Extracto de scilla.
Extracto de sensitiva.
Extracto de timbó.
Extracto de valeriana.

F

Ferro reduzido pelo hydrogenio.
Folhas de laranjeira.
Funcho (sementes).
Fuxina.

G

Gelsemina.
Genciana.
Gigoga.
Glycerina pura.
Gomma alcatra (pó.)
Gomma-ammoniacal.
Gomma-angico.
Gomma-arabica (grão e pó.)
Gomma gutta (pó.)
Gomma vermelha.
Gottas amargas de Beaumé.
Gramma officinal.
Grindelia robusta.
Guaranã.

H

Hamamelis virginica.
Hamamelina.
Helerina.
Herva silvina.
Herva tostão.
Hoaug-nau.
Hortelã pimenta.
Hemoglobulina.
Hyosciamina (granulos.)

Hydrasti canadense.
Hydrocotila asiatica.
Hydrastina.
Hypnoma.
Hypo-phosphito de calcio.
Hypo-phosphito de sodio.
Hydrocotyla asiatica.
Hypo-sulphito de sodio.

I

Ichtyol.
Iodo sublimado.
Iodoformio.
Iodol.
Iodureto de ammonio.
Iodureto de arsenico.
Iodureto de calcio.
Iodureto de chumbo.
Iodureto de enxofre.
Iodureto de ethylo.
Iodureto de ferro (sal de proto.)
Iodureto de mercurio (proto e deuto.)
Iodureto de potassio.
Iodureto de sodio.
Ipecacuanha (raiz em pó.)
Iridina.

J

Jacarandã lancifoliata.
Jaborandy.
Jalapa (raiz e pó.)
Japocanga.
Jataby (resina.)
Jequitilã (cascas.)

K

Kava-kava.
Kermes mineral.
Kouso (pó.)

L

Lactato de ferro.
Lacto-phosphato de calcio.
Lactucario.
Lanolina.
Lantanina.
Laudano de Sydenham.
Leptandrina.
Licor ammoniacal anisado.
Licor arsenical de Fowler.
Licor de Van Switen.
Linhaça (pó.)
Linho (sementes.)
Linimento de salão com opio.
Lycopodio (pó.)
Lobelia.
Lobellina (granulos.)
Lupulina.
Lupulo.

M

Magnesia calcinada.
Magnesia fluida.
Marcella gallega.
Malvas (flores e folhas.)
Manna commum.
Manna em lagrimas.
Mannita.
Manteiga de cacáu.
Marmellos (sementes.)
Melissa.
Mel de abelhas.
Mel rosado.
Menthol.
Methylal.
Methylo (iodureto.)
Moscas de Milão.
Mostarda negra (semente e pó.)
Mudur.
Murta (pó.)
Musgo da Corsega.
Musgo Islandico.

N

Napellina.
Naphtalina.
Naphtol.
Netrito de amyla.
Nox-vomica (pó.)

O

Oleo de amendoas doce, simples e camphorado.
Oleo de anduassu.
Oleo de batipota.
Oleo de cade.
Oleo de cajepit.
Oleo de cammomilla.
Oleo de croton tiglium.
Oleo de figado de bacalhau.
Oleo de gautheria.
Oleo de meimandro.
Oleo balsamico de tamararó.
Oleo de ricino.
Oxalato de cerio.
Oxydo de mercurio (bi-, pós de Joannes.)
Oxydo de zinco.
Oxymel scillito.
Oxymel simples.

P

Pancreatina.
Papaina.
Papayotina.
Papoulas (flores.)
Paraldehyde.
Parietaria.
Parreira brava.
Pastilhas de balsamo de tolu.
Pastilhas de chlorato de potassio.
Pastilhas de cocaina.
Pastilhas de hortelã pimenta.
Pastilhas de ipecacuanha.
Pastilhas de kermes mineral.
Pastilhas de santonina.
Pau preira.
Pedra divina.
Pepsina.
Pereirina.
Permanganato de potassio.
Peroxydo de ferro hydratado.
Persicaria.
Phenacetina.
Phenol.
Phosphato de calcio.
Phosphato de sodio.
Phosphureto de zinco.

Phytolaccina.
Pichi.
Piperina.
Picrotoxina.
Podophyllina.
Polygala da Virginia.
Pommada de belladona.
Pommada mercurial (simples e dupla.)
Pontas de veado (rasuradas e calcinadas.)
Pós de Dover.
Pós de Seidlitz.
Pyridina.
Pirophosphato de ferro citro-ammoniacal.

Q

Quassia (rasuras.)
Quassina.
Quebracho.
Quillaya.
Quinolina.
Quina amarella (pó e cascas.) cinzenta e verm.
Quinio.

R

Resina de guaiaco.
Resina de jalapa.
Resina de jatohy.
Resorcina.
Rhuibarbo da China (pó).
Rob de amoras.
Romeira (cascas do fructo e da raiz).
Rosas pallidas e rubras.

S

Sabão medicinal.
Sabugueiro (flores.)
Salicylato de bismutho.
Salicylato de mercurio.
Salicylato de quinina.
Salicylato de sodio.
Salipyrina.
Saliol.
Salsaparilha.
Sanguinaria.
Santonina.
Semen (contra pó).
Senne (foliolas e pó).
Serpentaria da Virginia.
Silicato de potassio.
Simaruba.
Solamina.
Sulphato de atropina.
Sulphato de cobre.
Sulphato de ferro.
Sulphato de magnesio.
Sulphato de morphina.
Sulphato de pelletierina.
Sulphato de quinina.
Sulphato de sodio.
Sulphato de sparteina.
Sulphato de strychnina.
Sulphato de zinco.
Sulphonal.
Sulphureto de carbono.
Sulphureto de potassio (figado de enxofre.)
Sulphureto (mono) de sodio crystalizado.
Suppositorios de manteiga de cacau.

T

Tannato de bismutho.
Tannato de pelletierina.
Tannato de quinina.
Tanino.
Tartaro sulfado.
Tartaro de ferro ammoniacal.
Tartaro de ferro e potassio.
Tartaro de potassio e sodio (sal de Seignette.)
Terrentina ordinaria.
Terebentina purificada.
Therpana.
Therpinol.
Thymo.
Tila (flores).
Tinctura de absinthio simples.
Tinctura de acafrao.
Tinctura de aconito (folhas e raizes.)
Tinctura de almiscar.
Tinctura de albos.
Tinctura de aniz.
Tinctura de arnica.
Tinctura de assafetida.
Tinctura de balsamo de tolu.
Tinctura de belladona.
Tinctura de benjoim simples e composta.
Tinctura de bryonia.
Tinctura de calumba.
Tinctura de camomilla.
Tinctura de canella.
Tinctura de cannabis indica.
Tinctura de cantharitas.
Tinctura de cardamomo (simples e composta).
Tinctura de cascariha.
Tinctura de cascas de laranjas amargas.
Tinctura de castoreo.
Tinctura de cato.
Tinctura de cochonilha.
Tinctura de cochlearia.
Tinctura de colchico (bulbos e sementes).
Tinctura de digitalis.
Tinctura de eucalyptus.
Tinctura de estramonio.
Tinctura de genciana.
Tinctura de guaco.
Tinctura de guaiaco.
Tinctura de iodo.
Tinctura de jaborandy.
Tinctura de jalapa (simples e composta).
Tinctura de lobelia inflata.
Tinctura de mimendro.
Tinctura de myrrha.
Tinctura de nox-vornica.
Tinctura de opio.
Tinctura de pipi.
Tinctura de phosphoro etherea.
Tinctura de pulsatilla.
Tinctura de quassia amara.
Tinctura de quina.
Tinctura de quina composta (vinho de Huxham.)
Tinctura de ratanhia.

Tinctura de rhuibarbo.
Tinctura de scilla.
Tinctura de strophantus.
Tinctura de tingueiba.
Tinctura de valeriana (alcoolica e etherea).
Tritinita (solução centesimal).
Turbitto mineral.

U

Unguento da althéa.
Unguento de Arcens.
Unguento de basilicão.
Unguento de populeão.
Unguento rosado composto.
Unguento de summos.

V

Valeriana.
Valerianato de ammonea.
Valerianato de atropina.
Valerianato de cafeina.
Valerianato de pereirina.
Valerianato de quinina.
Valerianato de zinco.
Vanillina.
Vaselina (commum e liquida).
Veratrina.
Vieirino.
Vinagre aromatico.
Vinho de absinthio.
Vinho anti-scorbutico (Codex).
Vinho aromatico.
Vinho de Calumba.
Vinho chalybeado (Codex).
Vinho de colchico.
Vinho emetico.
Vinho de genciana.
Vinho de jurubeba.
Vinho de quina (simples e ferruginoso).
Vinho de quinio.
Vinho de rhuibarbo.
Vinho de scilla composto diuretico, amargo. (Codex).

X

Xarope de acafrao.
Xarope de alcatrio.
Xarope de althéa.
Xarope anti-scorbutico de Cortal.
Xarope de balsamo de tolu.
Xarope de capillaria.
Xarope de scilla.
Xarope de caroba.
Xarope de cascas de laranjas amargas.
Xarope de chicoria composto.
Xarope de cinco raizes aperientes.
Xarope de codeina.
Xarope de diacodio.
Xarope de Easton.
Xarope de flores de laranjeira.
Xarope de genciana.
Xarope de helix.
Xarope de ipecacuanha simples.
Xarope de ipeca composto (Desessarty).
Xarope de lactucario.
Xarope de opio.
Xarope de phellandrio.
Xarope de polygala.
Xarope de quina, vinhoso.
Xarope de rabano composto (Codex.)
Xarope de salsaparilha.
Xarope simples.

Z

Zimbro.

N. 4

TABELLA DO VASILHAME

Vasilhame dito offic'nal

Frascos de vidro, de bocca larga e estreita, com e sem rolha de vidro, sem cor e escuros, de diferentes capacidades, para solidos e liquidos.

Potes de louca não porosa, de diferentes capacidades, para extractos, preparações graxas, etc.

Vasilhame, etc., para expediente do reccituario.

Frascos de vidro, de bocca larga e estreita, com e sem rolha de vidro, de diferentes capacidades, sem cor e escuros, sendo os escuros para as substancias decomponiveis á acção da luz.

Potes de louca, não porosa, com e sem fôrpa, de diferentes capacidades, para preparações graxas, etc.

Bocetas de papelão.

Capsulas de Gorlin e Limousin.

N. 5

TABELLA DOS UTENSILIOS

Alambique de cobre estanhado, com banho-maria.

Almofariz de bronze ou ferro estanhado, para pulverisação, tamanho regular.

Amassa-rolhas.

Apparelho de vidro, para deslocação.

Alcoometro centesimal de Gay-Lussac e outros areometros de peso constante.

Balança para kilogrammas.

Balança granataria.

Balões de vidro.

Canecas de louca ou porcellana.

Capsula de porcellana.

Coadouros de algodão, linho e lã.

Copos graduados, de diferentes capacidades.

Corta-raizes.

Espatulas de aço e de marfim.

Espumadeiras.

Fornalha fixa ou portatil, em condições de prestar-se ás diferentes operações pharmaceuticas.

Funis de vidro e de massa.

Grãos de vidro, de pó de pedra ou de porcellana.

Lampada para alcool.

Papel de filtro.

Pedra marmore para unguento.

Peneiras de crina, de seda e de me'al.

Piluleiros com diversos numeros de sulcos.

Porta-funis.

Pratendor para pilulas.

Pressa para tinturas.

Vasos de ferro batido, esmaltado e de cobre para decorações e outras operações a fogo nu ou banho-maria.

Além disso, terá tambem o pharmaceutico, para ensaio chimico das substancias medicinas.

Os reactivos indispensaveis:

Tubos de vidro e de borracha, calices, prove-tes, pinças, agitadores, tubos para reacções, garrafinha de lavar precipitados, siphão, papéis re-activos, etc.

N. 6

TABELLA DOS LIVROS E ROTULOS

Codex medicamentarius, P harmacopéa fran-cesa.

Dorvault-Officina ou Reportorio Geral de pharmacia pratica.

Boucharlat—Formulario magistral.

Chienoviz e Langgard—Formularios.

Um livro destinado a registrar as receitas avaidas, rubricado de accordo com a lei.

Rotulos com o nome do pharmaceutico, iso-lado, onde devem ser transcritas textualmente as receitas avaidas, as quaes acompanharão os medicamentos fornecidos.

Rotulos com declaração de medicamentos para uso externo, impressos em papel de cor verme-lha alteravel para acompanharem, sem pre-juizo dos primeiros, os medicamentos destinados ao uso externo (art. 58 do regulamento.)

Rotulos com a declaração seguinte—*vasculeje antes de ser usado*—para acompanharem os medicamentos que precisem sê-lo antes de sua administração.

N. 7

PHARMACIAS DOSIMETRICAS

As pharmacias dosimetricas serão obrigadas a ter o seguinte:

Granulos de acido phosphorico.
Ditos de acido salicylico.
Ditos de aconitina.
Ditos de adonidina.
Ditos de agaricina.
Ditos de anemonina.
Ditos de apomorphina.
Ditos de arbutina.
Ditos de acido arsenioso.
Ditos de arseniato de antimoneo.
Ditos de arseniato de ferro.
Ditos de dito de sodio.
Ditos de dito de cafeina.
Ditos de dito de quinina.
Ditos de ditos de strychnina.
Ditos de asparagina.
Ditos de atropina.
Ditos de benzoato de ammoneo.
Ditos de benzoato de sodio.
Ditos de benzoato de lithio.
Ditos de bromhydrato de cicutina.
Ditos de bromhydrato de morphina.
Ditos de bromhydrato de quinina.
Ditos de brucina.
Ditos de dryonina.
Ditos de cafeina.
Ditos de camphora monobromada.
Ditos de citrato de cafeina.
Ditos de calomelanos.
Ditos de cannabina (tannato.)
Ditos de cloridrato de morphina.
Ditos de cloridrato de quinina.
Ditos de cloridrato de cocaína.
Ditos de creton Cloral.
Ditos de cocaína.
Ditos de cicutina.
Ditos de codeina.
Ditos de colchicina.
Ditos de colocintina.
Ditos de convallamarin.
Ditos de cotoina.
Ditos de cubebina.
Ditos de cyanureto de zinco.
Ditos de cyclamina.
Ditos de daturina.
Ditos de digitalina.
Ditos de duboisina.
Ditos de emetina.
Ditos de emetico.
Ditos de ergotina.
Ditos de eserina.
Granulos de evonymira.
Granulos de gelsemina.
Granulos de guaranina.
Granulos de helenina.
Granulos de hydrastina.
Granulos de hydro-ferro-cynato de quinina.
Granulos de hyosciamina.
Granulos de hypo-phosphato de cal.
Granulos de hypo-phosphato de cal.
Granulos de hypo-phosphato de sodio.
Granulos de iodoformio.
Granulos de iodureto de arsenico.
Granulos de iodureto de mercurio.
Granulos de iodureto de enxofre.
Granulos de iridina.
Granulos de iodureto de morphina.
Granulos de jalapina.
Granulos de jaglandina.
Granulos de kermes mineral.
Granulos de kosseina.
Granulos de lactato de ferro.
Granulos de leptandina.
Granulos de lobelina.
Granulos de lycopsina.
Granulos de narceína.
Granulos de nitro-glicerina.
Granulos de pelletierina.

Granulos de pepsina.
Granulos de phosphato de ferro.
Granulos de phosphoreto de zinco.
Granulos de picrotoxina.
Granulos de pilocarpina.
Granulos de piparina.
Granulos de podophyllina.
Granulos de quassina.
Granulos de sal de Gregory.
Granulos de salicylato de antimonio.
Granulos de salicylato de ferro.
Granulos de salicylato de lithina.
Granulos de salicylato de quinina.
Granulos de salicylato de soda.
Granulos de santonina.
Granulos de scillitina.
Granulos de sulphato de quinina.
Granulos de sulphato de strychnina.
Granulos de sub-nitrato de bismutho.
Granulos de sulphureto de calcio.
Granulos de valerianato de atropina.
Granulos de valerianato de ferro.
Granulos de valerianato de cafeina.
Granulos de valerianato de quinina.
Granulos de valerianato de zinco.
Granulos de veratrina.

N. 8.

TABELLA DAS SUBSTANCIAS QUE PODEM SER VENDI-DAS PELOS PHARMACUTICOS E DROGUISTAS AO PUBLICO SEM RECEITA MEDICA.

N. 1.

Substancias que podem ser vendidas pelos pharmaceuticos e droguistas ao publico:

A

Absinthio.
Abutua.
Acafrão.
Alumem chrysalizado.
Alumem calcinado.
Amendoas doces.
Acetato de potassio.
Acido acetico.
Acido benzoico.
Acido borico.
Acido tartarico.
Alcaçuz.
Alcatrio vegetal.
Alcool rectificado.
Alforbos (sementes).
Althéa (raiz e flores).
Angelica.
Angico.
Anil.
Aniz estrellado.
Arruda.
Assucar de leite.
Avenca.

B

Balsamo de copahiba.
Balsamo peruviano.
Balsamo de tolu.
Bardana.
Baunilha.
Benjoim.
Bennina.
Bi-carbonato de potassio.
Bi-carbonato de sodio.
Bistorta.
Borax.
Borragem.

C

Cainca.
Calamo aromatico.
Calumba.
Camomila romana.
Camphora.
Canella.
Carbonato de magnesio.
Caroba.
Carvão animal e vegetal.
Cascas de laranjas amargas.
Cascariha.
Cera branca e amarella.
Carmim.
Cevada commum.
Chicorea.
Chlorureto de sodio puro.
Cipó chumbo.
Cipó suma.
Citrato de magnesio.
Cochlearia.
Colla de peixe.
Colophonla.
Cravo da india.

D

Dormideiras.

E

Enxofre em bastões.
Enxofre precipitado.
Enxofre sublimado lavado.
Espargos.
Espermaceo.
Essencias diversas.
Estoraque.
Eucalyptus.

F

Fedegoso.
Ferro reduzido pelo hydrogenio.
Fragaria.
Folhas de laranjeiras.
Funcho.

G

Gelatina.
Gengibre.
Glycerina.
Gomma alcetira.
Gomma angico.
Gomma arabica.
Gomma officinal.
Guayaco.
Guaraná.

- H
 - Herva silvina.
 - Herva tostão.
 - Hortelã pimenta.
- I
 - Ipecacuanha.
- J
 - Japocanga.
 - Jequitiba.
 - Jurubeba.
- L
 - Lanolina.
 - Linho (semente).
 - Lupulo.
 - Lycopodio.
- M
 - Magnesia.
 - Macella gallega.
 - Malvas.
 - Mannã.
 - Mannita.
 - Manteiga de cacáu.
 - Marmellos (sementes).
 - Melissa.
 - Mel de abelhas.
 - Monesia.
 - Mostarda negra (semente).
 - Musgo da Corsega a Islandico.
- N
 - Nóz de galhas.
 - Nóz moscada.
- O
 - Oleo de amendoas doces.
 - Oleo de figado de bacalháu.
 - Oleo de ricino.
- P
 - Papoulas (flores).
 - Parietaria.
 - Páu Pereira.
 - Persicaria.
 - Pez de Borgonha.
 - Pez de resina.
 - Polygala.
 - Pontas de veado (resuradas e calcinadas).
 - Pós de Seidlitz.
- Q
 - Quassia.
 - Quina.
- R
 - Ratainha.
 - Rumeira (casca).
 - Resina de guayaco.
 - Resina de jataly.
 - Rosas pallidas e rubras.
- S
 - Sabão medicinal.
 - Sabugueiros (flores).
 - Salsaparrilha.
 - Salsa officinal.
 - Saponaria.
 - Sassafrás.
 - Serpentaria.
 - Simaruba.
 - Sulphato de ferro.
 - Sulphato de magnesia.
 - Sulphato de sodio.
- T
 - Therebentina.
 - Therebentina purificada.
 - Tilia.
- V
 - Vaselina (commum e liquida).
 - Violetas (flores).
- Z
 - Zimbro (bagos).

SUBSTANCIAS QUE SÓ PODEM SER VENDIDAS PELOS PHARMACEUTICOS

- A
 - Acetato de ammonia.
 - Agua de alcatrião.
 - Agua de cal.
 - Agua distillada.
 - Agua de alface.
 - Agua de cammomilla.
 - Agua de canella.
 - Agua de flores de laranjeiras.
 - Agua de hortelã pimenta.
 - Agua de melissa.
 - Agua de rosas.
 - Agua de tilia.
 - Agua de valeriana.
 - Agua sedativa de Raspail.
 - Alcoolato de melissa composto.
 - Alcool camphorado.
 - Amido camphorado.
 - Aristol.
 - Assafetida.
- B
 - Balsamo tranquillo.
- C
 - Ceroto de spermacete.
 - Ceroto saturno.
 - Ceroto simples.
 - Collodio elastico.
 - Conserva de rosas.
 - Conserva de tamarindos.
 - Cremor de tartaro.
 - Cubebas.
- E
 - Emplastro adhesivo.
 - Emplastro de ciouta.
 - Emplastro de aquillão gommado.
 - Emplastro de Jurubeba.
 - Emplastro de pez da Borgonha.

- Emplastro de sensitiva.
- Emplastro de timbó.
- Emplastro de vigo.
- Extracto de alcaçuz.
- Extracto de caroba.
- Extracto de genciana.
- Extracto de jurubeba.
- Extracto de lupulo.
- Extracto de quina.
- Extracto de ralanha.
- Extracto de salsaparrilha.
- I
 - Iodol.
 - Iodoformio.
- J
 - Jaborandy.
 - Jalapa.
- L
 - Lacto-phosphato de cal.
 - Linhaça (pó).
 - Lirimento de sabão com opio.
- M
 - Mel rosado.
 - Murta (pó).
 - Mostarda (pó).
- O
 - Oleo de amendoas camphorado.
 - Oleo de arruda.
 - Oleo de camomilla.
 - Oleo de meimendro.
 - Oleo de trombeta.
 - Oxymel scilítico.
 - Oxymel simples.
- P
 - Pastilhas de toli nacionaes.
 - Pastilhas de chlorato de potassio nacionaes.
 - Pastilhas de enxofre nacionaes.
 - Pastilhas de hortelã pimenta.
 - Pastilhas de kermes.
 - Pepina.
 - Phosphato de calcio.
 - Pomada alvissima.
 - Pomada de belladonna.
 - Pomada camphorada.
 - Pomada mercurial simples.
 - Pomada de pepinos.
 - Pomada de cicuta.
 - Pomada de enxofre.
- R
 - Rob de amoras.
 - Rob de sabugueiro.
- S
 - Senne (folioles).
 - Sulfureto de potassio.
- T
 - Tannino.
 - Tartrato de potassio e sodio.
 - Tintura de aniz.
 - Tintura de arnica.
 - Tintura de balsamo de toli.
 - Tintura de baunilha.
 - Tintura de benjoin simples e composta.
 - Tintura decaferana.
 - Tintura de calumba.
 - Tintura de camomilla.
 - Tintura de canella.
 - Tintura de cardomomo simples e composta.
 - Tintura de cascarrilha.
 - Tintura de cascas de laranjas.
 - Tintura de cato.
 - Tintura de cochlearia.
 - Tintura de eucalliptus.
 - Tintura de genciana.
 - Tintura de guaco.
 - Tintura de guayaco.
 - Tintura de pipi.
 - Tintura de quassia.
 - Tintura de quina simples e composta.
 - Tintura de ralanha.
 - Tintura de tinguaciba.
- U
 - Unguento de althéa.
 - Unguento de Arcus.
 - Unguento de basilicão.
 - Unguento de púpilio.
 - Unguento rosado composto.
 - Unguento de sumos.
- V
 - Vinagre aromatico.
 - Vinho aromatico.
 - Vinho chalybiado.
 - Vinho de calumba.
 - Vinho de genciana.
 - Vinho de jurubeba.
 - Vinho de quina simples e ferruginoso.
 - Vinho de quina nacional.
 - Vinho de rhuibarbo.
- X
 - Xarope de alcatrião.
 - Xarope de althéa.
 - Xarope de toli.
 - Xarope de capillaria.
 - Xarope de caroba.
 - Xarope de cascas de laranjas.
 - Xarope de chicoreia composto.
 - Xarope de flores de laranjeira.
 - Xarope das cinco razas.
 - Xarope de genciana.
 - Xarope de helix.
 - Xarope de ipecacuanha simples e composto.
 - Xarope de polygala.
 - Xarope de quina.
 - Xarope de rabano.
 - Xarope de salsaparrilha.
 - Xarope simples.

Além destas substancias, os pharmaceuticos e droguitas poderão vender ao publico todas as especialidades nacionaes e estrangeiras, devidamente approvadas pela Inspectoria de hygiens. — *Silviano Brandão.*

Sala das commissões, 6 de julho de 1892. — *J. P. Xavier da Veiga. — C. Brito.*

O SR. ANTONIO MARTINS requer dispensa de impressão e de interstício para serem discutidas já as redações.

Este requerimento é approved.

Entram, portanto, em discussão estas redações, as quaes são approvadas.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa para a ordem do dia seguinte:

PRIMEIRA PARTE

Até uma hora da tarde:
Leitura da acta, expediente, apresentação de pareceres, projectos, indicações e requerimentos.

SEGUNDA PARTE

Até 4 horas da tarde:
Discussão unica das emendas approvadas pelo senado ao projecto de força publica e regeitadas pela camara.

Quarta discussão do projecto n. 11, da camara, sobre custas judicarias.

Primeira discussão ao projecto n. 30, do senado, auctorizando o governo a conferir premios aos cultivadores de plantas textis.

Primeira dita do de n. 4, da camara, auctorizando igualmente o governo a auxiliar anualmente a diversos collegios de orphans e ao asylo de Caethé.

Levanta-se a sessão.

ACTA DA REUNIÃO AOS 7 DE JULHO DE 1892
PRESIDENCIA DO SR. BIAS FORTES

Ao meio dia, feita a chamada, acham-se presentes os srs. Bias Fortes, Carlos Alves, Rebello Horta, Gomes Valladão, Costa Reis e Kubitschek, faltando com causa participada os srs. Frederico Augusto, Antonio Carlos, Alvaro Matta, Oliveira Penna, Manoel Eustachio e Costa Sena, e sem ella os mais srs.

O SR. PRESIDENTE declara que não ha sessão por falta de numero e que a ordem do dia seguinte é a mesma que vinha para hoje.

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 4 DE JULHO DE 1892

O sr. Costa Sena: — Pedi a palavra, sr. presidente, para resumidamente desfazer as duvidas que ainda pairam no espirito do honrado senador que me precedeu, relativamente ao contracto sobre a vaccina anti-carbunculosa, e igualmente sobre a subvenção do Estado á Escola de Minas de Ouro Preto.

Sr. presidente, admitindo-se que a União quizesse sustentar sempre o contracto celebrado com o distincto physiologista dr. Lacerda para o fornecimento da vaccina anti-carbunculosa, em quantidade sufficiente para 100.000 rezes, admitto que a União quizesse continuar a nos favorecer com este fornecimento, ainda assim eu, si fosse presidente do Estado, não hesitaria um momento em celebrar contracto especial com aquelle illustre physiologista, para poder occorrer a esse tão importante serviço do Estado.

Declaro que não me negaria de modo algum a prestar este auxilio aos criadores mineiros que, sem favores dos cofres publicos, têm desenvolvido entre nós tão poderosa fonte de riqueza. Penso que o illustre e honrado Governador procurou e conseguiu satisfazer a necessidade bem palpante, como era a da vaccina anti-carbunculosa para o Estado de Minas (Geraes).

O SR. M. FRANCO: — Não contestei suas habilitações.

O SR. C. SENA: — S. exc. foi o primeiro a declarar que neste contracto com o governo geral se tratava de vaccina anti-carbunculosa para cem mil rezes. Tal era a obrigação do illustre physiologista dr. João Baptista de Lacerda, para com todos os Estados da União.

Ora, v. exc. conhece que este mal, chamado peste da manqueira, infelizmente invade todos os Estados onde ha certo desenvolvimento na criação do gado.

O SR. M. FRANCO dá um aparte.

O SR. C. SENA: — Em Matto Grosso e Goyaz talvez seja pior do que aqui.

Em Matto Grosso está se desenvolvendo; e o que os roceiros chamam — croara é muito provavelmente a mesma cousa que — mal de anno ou peste da manqueira.

Nestas condições, pergunto a v. exc. si tinha alguma significação real e pratica o orneçar-se a vaccina para cem mil rezes em todos os Estados?

Incontestavelmente, de todos os Estados da União, é o de Minas um dos mais importantes quanto á criação de gado.

O SR. M. FRANCO: — O laboratorio é da União.

O SR. C. SENA: — Mas, era justamente este laboratorio que devia fornecer vaccina para cem mil rezes.

Podia o governo de Minas julgar este fornecimento sufficiente, ainda que fosse todo só para o Estado de Minas?

Evidentemente não.

Era insufficiente e por conseguinte, ainda mesmo no caso de querer o governo da União continuar a nos fazer esse favor, eu censuraria acerbamente a qualquer governo ou presidente que deixasse de fazer contracto especial para este Estado, convencido de que o favor do governo da União ficaria aquem de nossas necessidades.

Ora, si nestas condições eu penso que se devia exigir do governo a celebração deste contracto, convico da insufficiencia dos favores da União, é bem claro que, com muito maior força de razão, devia-se exigir o contracto, quando o governo da União nos privou destes auxilios.

V. exc. deve saber que o governo provisório ou o governo da União suspendeu o fornecimento gratuito da vaccina aos Estados, e até mesmo pessoas altamente collocadas officiam aos governos de certos Estados, fazendo-lhes ver a necessidade de contractos especiaes, porque, estando já montado o laboratorio do dr. J. Baptista de Lacerda, muito mais economico seria para o Estado contractar com aquelle physiologista o fornecimento de vaccina, do que tentar estabelecer ad hoc um laboratorio em seu territorio.

Ora, v. exc. comprehende perfeitamente a razão disto.

Para se montar um laboratorio de physiologia em condições de não ser phantasmagoria, outras seriam as despesas; e montado este laboratorio, onde iriamos nós buscar physiologista para elle? Teriamos já algum reservado para este fim? Penso que não, e neste caso julgo que o governo de Minas, celebrando contracto especial com o dr. Lacerda, prestou relevantes serviços ao Estado, attendendo a uma necessidade palpante.

O SR. A. MARTINS: — Quando assim não fosse, era contracto e por isso a verba é perfeitamente justificavel.

O SR. C. SENA: — Prestou um relevante serviço ao Estado e a confirmação do que acabo de dizer se acha nos pedidos constante, que recebe o governo, desta vaccina.

Eu mesmo tenho remetido a criadores de diversos municipios essa vaccina para mais de trinta ou quarenta mil rezes.

Ainda ha tres dias recebi cincoenta tubos para satisfazer a constantes pedidos.

Os criadores são os primeiros a fazer o elogio do medicamento, são os primeiros a dizer que, si o governo assim continuar, dentro em breve teremos consideravel abundancia de gado.

Ora, eis aqui os esclarecimentos que, segundo penso, devem satisfazer ao meu illustre collega.

Passando ainda a responder a uma parte do discurso do meu nobre collega, direi: supponhamos que fosse este contracto mal feito, supponhamos que a União quizesse ainda continuar com este favor, — devemos nós por acaso vibrar tão desapiedados golpes sobre este contracto?

Devemos n. s. a imitação de um raio de encomenda, ir maltratar alface e repolhos (risadas) deixando intactos os jequitibas e arceiras?

Não devemos começar a examinar, a entrar em minudencias nestes actos, relativamente pouco importantes, do Governo provisório...

O SR. A. MARTINS: — Já é contracto.

O SR. C. SENA: — Penso que elle não tinha bastante importancia para merecer a attenção do povo, que sem protestos accitou a mudança da forma do governo com todas as suas consequências.

Uma vez que não teve a nação bastante força para chamar o Governo provisório a campo, á explicação de actos que affectavam a vida economica e social da nação, entendo que seria (permittam-me a expressão) cousa ridicula e pequenina ficar tratando destas cousinhas, para mostrarmos nossa heroicidade e valentia.

Já que encampamos o facto consumado, encampemos tambem suas consequências (Muitos apoiados).

O SR. COSTA REIS: — Engolir calafio. (Hilaridade).

O SR. C. SENA: — Seria eu inteiramente infenso a este systema de, não se podendo combater pela frente o dragão que nos ataca, irmos depois procurar arrancar-lhe algumas escamas na cauda. (Risadas)

O SR. M. FRANCO: — V. exc. acha que é dragão?

O SR. C. SENA: — Entendo que seria ridiculo aquelle que, não tendo bastante coragem para enfrentar com o dragão, quizesse catar escamas na cauda. É apenas uma comparação.

Actos do Governo provisório existem, que seriam dignos da mais alta censura e, no entanto, contra elles não se ergueram vozes, nem nos Congressos estaduais e nem no da União.

Por conseguinte, já que encampamos esses actos, encampemos com prazer este, que foi incontestavelmente justo e que continúa a prestar serviços ao nosso Estado.

Nestas condições, penso que o governo fez muito bem em celebrar o contracto com o dr. Lacerda; e ainda mesmo que tivesse feito muito mal, antes de atacarmos a questão da vaccina, antes de atacarmos esse péssimo de mostarda, devemos atacar os jequitibas. (Apoiados)

Não vem fora de proposito a expressão de Pedro Gringoire quando disse a Luiz XI: *Vós de reis castigar os poderosos e grandes, e não a mim, que sou um pobre philosopho e poeta; lembrai-vos, senhor, que o raio de Deus não cae sobre alface.*

Penso, por conseguinte, que neste momento devemos estar de accordo e levantar um verdadeiro voto de agradecimento a quem teve a feliz idea de celebrar este contracto com o dr. João Baptista de Lacerda.

O SR. M. FRANCO: — Não contesto.

O SR. C. SENA: — A segunda parte do discurso do nobre senador referiu-se á Escola de Minas, e tratou da subvenção dada á mesma escola.

Sr. presidente, esta subvenção constitue um verdadeiro compromisso de honra para o Estado de Minas.

Quando a deputação mineira, não tendo força bastante para fazer com que o governo do antigo imperio effectuasse nesta escola uma reforma de accordo com as necessidades do ensino, teve de fazer uma transacção na qual tomaram parte mineiros que hão de sempre constituir uma gloria deste Estado; um destes era o eminente estadista, o sr. visconde de Ouro Preto, o outro era o sr. dr. Gonçalves Chaves, que concorreu immensamente para a reforma que salvou a escola.

Estes illustres mineiros compenetraram-se de que sem essa transacção seria impossivel a re-

forma, e que sem a reforma seria fatal a morte do estabelecimento, porque não estamos ainda no caso de poder sustentar escolas especiais: querer sustentar em Minas uma escola em que se formassem engenheiros unicamente para trabalhos metalurgicos e de minas, seria pretender uma utopia, seria o mesmo que um medico que tentasse transformar-se em oculista em qualquer dos nossos arraiaes centrais, a Escola de Minas morreria fatalmente, porque os seus alumnos não encontrariam collocação; e a prova e que os poucos que de lá sahiram, não encontram emprego na sua especialidade, refugavam-se nas estradas de ferro. Era, pois, indispensavel uma reforma que alli introduzisse o curso de estradas de ferro.

Os mineiros que tinham assento na camara geral tiveram pela frente a opposição da Escola Polytechnica, corporação respeitavel, e que achando-se mais proxima ao governo, tinha perante esse mais força do que nós que estamos ausentes, e foi graças aos esforços de distintos mineiros que o governo escolheu, concordando na criação das cadeiras especiaes de estradas de ferro, reforma que salvou incontestavelmente a vida da escola, sem alterar de modo algum o seu fim especial, porque, criando cadeiras de engenharia, desenvolveu consideravelmente o estudo de materias que constituem a base de seu ensino.

Foi assim que o curso de geologia se desdobrou em dois annos, e o curso de metalurgia e exploração de minas igualmente em dois.

Essa reforma, pois, longe de desvirtuar o fim da escola, veio a ella vez mais confirmal-o.

O governo de Minas e a patriótica assembleia mineira concorreram com a quota necessitaria...

O SR. SILVIANO BRANDÃO:— Eu tive a satisfação de votar por ella.

O SR. C. SENA:— Justa as despezas a fazer-se com o curso da engenharia civil. E ainda mais, a assembleia provincial levou a sua dedicação para com aquelle estabelecimento no ponto de decretar duas leis em que autorisava o governo a empregar nas obras da escola, nos melhoramentos de seus laboratorios, as sobras que se verificassem na verba por ella fornecida.

Quando se tratou da reforma — Benjamin Constant — homem incontestavelmente bem intencionado e cheio de conhecimentos, mas cuja idéa, a meu ver, ainda não eram applicaveis as nossas circumstancias, o governo da União dirigiu-se ao do Estado de Minas e perguntou-lhe com quanto concorreria o Estado para as despezas resultantes da nova reforma da escola.

O SR. X. DA VEIGA:— Este e que e o ponto fraco que não merece lottvor, porque o governo da União devia estender a Minas os mesmos favores que dispensa a S. Paulo e a Bahia, sustentando em um a faculdade de direito e em outro a de medicina.

O SR. C. SENA:— Estou de perfeito accordo com v. exc.; mas agora não estou encarando a coisa como devia ser, porém sim como e a realidade.

O SR. X. DA VEIGA:— Sem duvida; eu apenas esto indicando que da parte da União não tenha havido em relação a Minas a mesma generosidade que houve em relação a S. Paulo e a Bahia.

O SR. C. SENA:— Isso ainda e o resultado da opposição que nos fez a Escola Polytechnica.

O Presidente do Estado respoudeu patrioticamente ao sr. Benjamin Constant que o Estado de Minas augmentaria a subvenção, proporcionalmente a despeza que fizesse a União com a nova reforma. Eu desaho a quem quer que seja que venha ter um procedimento mais correcto e patriótico.

O Presidente de Minas não tinha base alguma para respouder que o Estado concorreria com 10, 20 ou 30 contos, e portanto muito acertadamente andou, respondendo que o Estado augmentaria a subvenção na proporção do augmento da despeza da União.

O Presidente não podia proceder de outra forma, porque, si o Estado negasse a subvenção, quem sabe si a União não se aproveitaria desta circumstancia para supprimir o curso de engenharia da escola, do que certamente resultaria seu desaparecimento?

O nobre senador referiu-se tambem a limitação do numero de alumnos admissiveis no curso superior?

Creio o nobre senador que e uma necessidade imposta aquelles que descaam fazer do ensino uma coisa seria. E uma necessidade porque não temos laboratorios indefinidos.

O SR. M. FRANCO:— E uma injusticia.

O SR. SILVANO:— Si e injusticia, ella dá-se em todas as escolas estrangeiras.

O SR. C. SENA:— Então tambem seria injusticia não crearmos escolas de estudos superiores em todos os Estados da União; injusticia seria privar o Estado, por exemplo, do Rio Grande do Sul, de uma escola completa de zootechnia, e de fozca de uma escola de medicina etc. Dessejamos, porém, o que e pratico.

Na Escola de Minas tem-se de ensinar chimica theorica e practica, tem-se de fazer manipulações durante muitas horas; em certos dias da semana, e eu tenho grande satisfação em declarar, alto e bom som, que os nossos alumnos ao entrarem no laboratorio, quando se trata, por exemplo, de preparar o phosphoro, encontram junto a seus apparatus um pouco de cizas de ossos, e sete ou 8 horas depois, ao retirarem-se, entregam ao professor o phosphoro extrahido por elles.

E um systeme de ensino, a meu ver, o unico proveitoso.

O SR. M. FRANCO:— Nas outras escolas o numero não e limitado.

O SR. C. SENA:— Dahi resulta que nessas outras escolas não se tem conseguido dar ao ensino o verdadeiro caracter e orientação que

deve ter, não se tem conseguido fazer das outras escolas do Estado o que até hoje tem sido a Escola do Minas do Ouro Preto. Neste estabelecimento os exercicios e trabalhos practicos não acabam com a hora, acalam com o trabalho.

Não poucas vezes, professores e alumnos comecam seus trabalhos ás 10 horas da manhã e vão sem interrupção até 6 da tarde.

Com um grande numero de alumnos, mesmo divididos em turmas, torna-se quasi impossivel esse serviço.

Nestas condições, attendendo ao que v. exc. hoje aqui expoz, attendendo a este inconveniente de ser tão limitado o numero, e diante da difficuldade de não podermos dispor de laboratorios para um numero qualquer de alumnos, adoptou-se um meio termo; não se tem um numero fixado a priori; no principio de cada anno, em vista do espaço e recursos de laboratorios e instrumentos de que dispomos, a congregação da escola fixa o numero de alumnos.

Feito o concurso para a entrada no curso superior, sahirão dentre os concorrentes os mais habilitados, tendo cada um delles a classificação que lhe der o merecimento.

Nem pense v. exc. que seja isto demasido rigor; matriculam-se oitenta ou mais, nos diversos annos; como, porém, nem todos podem acompanhar os cursos de modo regular, dahi resulta que, nos ultimos annos, o numero já se acha bastante reduzido.

Nem pense v. exc. que nas outras escolas não o tenha dado cousa semelhante.

Quando em 1874 matriculei-me na Escola Polytechnica, eramos perto de trezentos alumnos; só na segunda turma, eramos noventa e tantos, e no entanto, tendo eu de prestar exame na 1.ª turma, por motivo de molestia, vi com espanto que, de quasi cem alumnos de que se compunha a turma, eramos apenas dezoito ou vinte approvados.

Vê v. exc. que a mesma cousa se dá em outras escolas; matriculam-se muitos e formam-se poucos, mesmo não havendo numero limitado.

Para que possa haver trabalho pratico e realmente util nos laboratorios, não ha remedio senão termos numero limitado. Bem sei que ha neste inconveniente, porém, na expressão popular, devemos adoptar dos males o menor.

Já este anno a congregação propoz ao governo, no projecto de regulamento, que o numero de alumnos do 1.º anno do curso superior seja fixado pela congregação, em vista dos recursos e da extensão dos laboratorios.

Nestas condições, não querendo tomar mais tempo ao senado, penso ter explicado, na medida de minhas forças, a conveniencia do acto patriótico do sr. governador que assignou o contracto com o dr. João Baptista de Lacerda, a conveniencia das seus actos louvaveis e correctos, quando continuou a subvencionar a Escola de Minas, a qual, embora seja eu o ultimo de seus professores (nao apoiados geraes), digo com prazer, e um estabelecimento que pode ser considerado, não como modelo, mas como estabelecimento regular de ensino superior, mesmo confrontado com seus congeneres da Europa.

Dizem alguns que sabem caros os alumnos; mas, por acaso, não sabem caros os alumnos das escolas normaes?

Ainda ha poucos dias o illustre collega, dr. Carlos Alves, desenvolveu diante de nós um quadro que pôde-se chamar a estatística negra e poneo lizozeira da nossa instrução publica; um verdadeiro sudario que manifesta o pouco que vale a instituição das escolas normaes.

Os que acham que ficam muito caros os nossos alumnos dirão que temos o recurso de mandar os estudantes para a Europa, e eu direi que este será recurso de importarmos tambem medicos e engenheiros.

E, sr. presidente, era o que nos faltava! Acabarmos com as nossas escolas e academias, e mandarmos para a Europa os que mostrassem mais aptidão, somente porque essas escolas nos custam um pouco caro!!!

Nem sempre irão os de maior merecimento, porque infelizmente a aza negra do afluído se estende por toda parte; iriam algumas a mostris da nossa fidelguia ornar os theatros e jardins europeus, voltando depois com diplomas alcançados, salvas honrosas excepções, sem se saber como, nem porque.

Volta-riam das terras estrangeiras mais proprios para lá servirem do que para serem verdadeiramente uteis ao paiz que para lá os enviou e remetteu.

Volta-riam, como diz um consul nosso na Belgica, trazendo um *trop mineur bagage scientifique*.

Penso, sr. presidente, que hoje necessitamos de dar desenvolvimento aos nossos estabelecimentos de instrução, dotando-os de professores estrangeiros, unicamente para sciencias que entro nós ou não cultivadas ou são professadas mais pelo compendio do que pelo professor.

E preciso avivar e dar força ao espirito nacional.

Terminando, sr. presidente, declaro estar convencido de que e digno dos louveras e applausos dos mineiros o distincto patriota que na qualidade de governador de Minas salvou o compromisso de honra do nosso Estado para com a União, salvando ao mesmo tempo a vida e prosperidade do nosso primeiro estabelecimento de ensino superior.

7.ª SESSÃO DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAES, EM 11 DE JULHO DE 1892.

PRESENCIA DO SR. BIAS FORTES

As 11 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os srs. Bias Fortes, Simão da Cunha, Ferreira Alves, Gomes Freire, Gomes Valladão, Ignácio Murta, Alexandre Barbosa, Levindo Lopes, Manoel Alves, Rodrigues Chaves, Abailard, Eloy Reis, Costa Reis, Carlos

Marques, Olegario Maciel, Camillo de Brito, Souza Moreira, João Luiz, Nogueira, Camillo Prates, Targino Silva e Costa Sena, faltando com causa participada os srs. Lindolpho Caetano e Ribeiro de Oliveira, e sem ella os mais srs.

A convite do sr. presidente, serve de 1.º secretario o sr. Simão da Cunha.

Não havendo numero legal, espera-se meia hora, na forma do regimento do senado.

As 11 e meia, comparecendo os srs. Kubitschek, Xavier da Veiga, Faria Lobato, Monte Raso, Bernardino de Lima, David Campista, Henrique Diniz, Antonio Carlos, Eugenio Salles, Octavio Ottoni, Marianno de Abreu, Mello Franco, Sabino Barroso Junior, Tavares de Mello, Viriato Mascarenhas, Augusto Clementino, Rocha Lagoa, Adalberto Ferraz, Francisco Salles, Viotti, Severiano de Rezende, Silva Fortes, Silviano Brandão, Manoel Eustachio, Manoel da Silva, Rebelo Horta e Teixeira da Costa, que occupa o lugar de 1.º secretario, e verificando-se por 2.ª chamada que ha numero legal —

Abre-se a sessão.

E' lida e approvada a acta da antecedente.

O sr. PRESIDENTE declara que na forma do edital do Congresso publicado no jornal official, o fim da presente sessão e receber o parecer da commissão especial sobre a eleição a que se procedeu para presidente do Estado, e por isso convida a commissão a mandar esse parecer.

O sr. Octavio Ottoni, relator da commissão, pela ordem, declara que tendo vindo a ultima hora actas que não tinham sido apuradas, pede ao sr. presidente alguns minutos para a commissão fazer essa apuração, suspendendo-se a sessão.

O sr. PRESIDENTE suspende a sessão por meia hora.

Fimda a meia hora, reabre-se a sessão.

O sr. Octavio Ottoni, relator da commissão especial, obtendo a palavra, lê e manda a mesa o parecer reconhecendo eleito Presidente deste Estado, por quasi unanimidade de votos, o exmo. sr. conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna.

Na forma do edital, o sr. presidente manda imprimir o parecer que será discutido no dia 14 deste mez.

O sr. C. Prates (pela ordem) diz que, visto os termos claros do parecer e a consciencia que todos têm de que a eleição do sr. conselheiro Affonso Penna não soffre absolutamente contestação alguma, e havendo urgencia de entrarem as camaras nas suas sessões ordinarias, afim de verem si e' possivel votar-se ainda nos poucos dias que restam de trabalho as leis organicas que ainda não estão votadas, como a da instrução publica, por exemplo, entende que a votação do mesmo parecer e urgente, e portanto requer que seja consultada a casa si dispensa a impressão do mesmo afim de ser immediatamente discutido e votado, e que em seguida se faça a respectiva comunicação ao sr. conselheiro Affonso Penna e ao Vice-presidente do Estado.

Consultada a casa, concede a dispensa pedida. Entra em discussão e e' sem debate approvado o parecer.

Em seguida, o sr. presidente levanta-se, acompanhando-o todos os presentes, e em alta voz proclama eleito Presidente do Estado de Minas Geraes o sr. conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna, manda que se lhe expeça telegramma e se officie ao Vice-presidente do Estado, na forma do requerimento do sr. Camillo Prates, e declara que a posse do Presidente eleito se fará a qualquer hora que para esse fim comparecer elle, e

Levanta-se a sessão.

INDUSTRIAS

A INDUSTRIA DO FERRO

(Continuação do n. 22)

O sr. Thiré aconselha para os primeiros estabelecimentos uma montagem modesta, capaz de produção apenas de 3.000 toneladas de ferro guiza preparado a carvão de madeira, para o que são indispensaveis:

- 1.º um alto forno;
 - 2.º officina de apuração, comprehendendo 4 fogos de refinação;
 - 3.º officina de moldagem para segunda fusão.
- (pag. 12)
- Os serviços accessorios a crear são:
- (a) forja de ferreiro;
 - (b) officina de carpintaria;
 - (c) uma fabrica de tijolos;
 - (d) escriptorio de contabilidade, correspondencia e caixa;
 - (e) armazem e laboratorio (pag. 20).

Depois de examinar e determinar cada uma das seções acima indicadas, o sr. Thiré organisa o pessoal de cada uma e o resume a pag. 30 do modo seguinte:

« A frente do estabelecimento um engenheiro director, habitando na usina;

Pessoal para:	
Exploração do minerio . . .	20 pessoas
Fabricação do carvão . . .	100 »
Alto forno e dependencias	
Immediatas	21 »
Officinas do apuramento . . .	25 »
Dita de moldagem	6 »
Serviços diversos	20 »

Esse pessoal, remunerado na média a \$3000 diários, torna obrigatoria a despeza annual de 172:800\$000.

Juntemos:	
Honorario do director . . .	12:000\$000
Ajudante	8:000\$000
Imprevistos	7:200\$000

Somma 200:000\$000

Ora, a montagem de um estabelecimento nessas condições para operar sobre 5.000 toneladas de minerio, e o fabrico de 6.000 toneladas de carvão e produzir 3.000 toneladas de ferro guiza e ferro fundido se elevaria em França (diz o sr. Thiré, pag. 31) a trezentos mil francos. Seja entre nós 120 contos, no que pelo calculo do sr. Thiré está incluido o custo da propriedade, (terras, minas bosques etc.)

A esse encargo de primeiro estabelecimento cumpre-nos addicionar os fundos indispensaveis ao movimento, que o sr. Thiré não especifica, mas aconselha calcular de modo que elles sejam sufficientes para as despezas de custeio e pagamento do pessoal ao menos durante um anno, até que a fabrica possa reembolsar o preço das primeiras venas de productos.

Esses fundos não podem ser portanto inferiores aos 200 contos da despeza annual; addicionemos mais 80 contos para differença em salarios e imprevistos, quer no preço de aquisição da propriedade, quer nos preços de construção das officinas, e ainda para cobrir a differença em cambio quanto ao custo de materias importadas, e teremos a quantia de 400 contos de réis como capital indispensavel para a montagem e custeio de um estabelecimento modesto, mas capaz de produzir 3.000 toneladas de ferro, do qual se auferirá a renda bruta de 278 contos (Thiré, pag. 38, já citada.)

Da renda bruta de 278:000\$000

deduzamos a despeza annual de 200:000\$000

Restar-nós-á 78:000\$000

E 78 contos para o capital de 400 contos está na razão de 19,5 % de renda liquida.

Um tal resultado e' apenas a consequencia dos modestos e prudentes meios aconselhados pelo sr. Thiré, opposto a montagens dispendiosas porque diz elle: *à ce point de vue, on ne saurait avoir trop de prudence, ni trop se tenir en garde contre les entrainements irreflexifs.* (pag. 12).

De accordo; mas feitas todas as installações, a fundação de mais um alto forno não seria penoso, e a produção dobraria. O folheto a que já nos referimos da companhia Forjas e Estaleiros, empresa esta que dispõe na sua direcção do que ha de mais distincto, competente e respeitavel na engenharia brasileira, consignam para as uzinas de Monlevade e Esperança uma renda liquida de 22 % concluidas as installações; (na uzina Esperança haverá mais um forno além do que já funciona; e na de Monlevade se montarão 5 pequenos fornos, systema americano, um dos que já trabalha.)

Notemos tambem que das 3.000 toneladas de ferro produzidas pelo estabelecimento pelo modo do sr. Thiré, produzem os 278 contos somente 2.740 toneladas (sendo despesadas 240 toneladas talvez por engano de correcção na composição do impresso) (vide pag. 26 e 38.)

Estas 2.740 toneladas que produzem 278 contos equivalem 2.780,000 kilogrammas ao preço cada um de 100 réis ou 1,500 réis a arroba de ferro fundido ou não. O producto estrangeiro ao cambio actual deve custar mais que o dobro; e portanto si elevarmos a renda liquida das uzinas do typo Thiré a 22 %, não commetteremos erro sensivel; do mesmo modo a montagem de mais um ou dois fornos nessas uzinas, sem acrescimo das officinas accessorias, pode avigorar e firmar a renda do estabelecimento.

Na nossa opinião, o capital de cada uzina deve ser elevado a 500 contos pelo menos, e ainda assim a renda de 78 contos liquidos seria equivalente a 15,6 %.

Com esse acrescimo de capital, cada uzina seria enriquecida com uma ferraria que tendo a mão a materia prima, a fundição, laminação, poderia fabricar todas as peças de que possa precisar a industria do paiz.

A uzina seria eschola pratica aos nossos engenheiros e industrias; a ferraria, porém, crearia grande numero de mechanicos que iriam em poucos annos fabricar em outras localidades, disseminando-se por toda parte, a semelhança dos caixeiros do commercio, que abandonam os patrões e vão estabelecer-se com o mesmo genero de negocio, levando pouco capital, porém, grande pratica.

Com esse acrescimo de capital, os meios aconselhados pelo sr. Thiré, prestigiados pelo seu conhecimento profundo do assumpto e pela sua respeitabilidade, com mais razão resolverão o problema altamente interessante sob todos os aspectos, que joga com todos os nossos interesses do presente e futuro.

Não bastam porém esses meios; não bastam os ricos elementos da industria mineira, e não basta ainda a confiança profunda de alguns industrias que comecam a lucta ingente contra a rotina antiga.

Não basta mesmo o grande consumo de ferro de que são as nossas extensas vias ferreas fazem grande provisão ainda no estrangeiro.

Erão precisas vias de comunicação na zona metalurgica, e já temos a Central. E ainda precisamos algumas estradas vicinias ligando a Central (e mesmo a Leopoldina) algumas das nossas principaes jazidas de ferro, e é forçoso subvencionar-as ou garantir-lhes juros ao capital modesto.

Era e é urgente provocar o apparecimento de capitais que venham fecundar o nosso solo com a exploração de nossas minas de tanta pujança.

A garantia de juros a estradas de ferro está aceita, e e' sempre votada, uma vez provada a vantagem da concessão.

A subvenção a uzinas de ferro foi pela primeira vez aconselhada pelo proprio sr. Thiré; e quando a metalurgia florescer em Minas, o nome do illustre e sabio professor será repetido por todo o Estado com respeito e gratidão, porque sua iniciativa influirá como factor valioso no nosso engrandecimento e emancipação.

O problema de um estabelecimento metalurgico em Minas segundo, o illustre professor, pode ser resolvido:

ou pela industria privada, a suas expensas, ou pelo Estado, ou pela industria privada apoiada pelo Estado.

O sr. Thiré nada esperando da industria privada, reconhece o retrahimento de capitães e limita-se a deplorar a sua existencia. Do mesmo modo, o sr. Thiré não toma a responsabilidade de aconsellar ao Estado a iniciativa de crear por conta propria uma usina com o concurso de seus proprios engenheiros, porque diz elle: *personne ne conseillerait serieusement de faire à Minas un second Ipanema; não obstante, e ao mesmo tempo, o sr. Thiré não poude deixar de enunciar-se da seguinte maneira: «Decant l'abstention de l'industrie privée, et en raison de l'importance capital qu'il a à créer à Minas Geraes l'industrie de fer, le gouvernement pourait prendre l'initiative etc.»*

Por isso, das tres soluções apontadas, o sr. Thiré conclue pela terceira, isto é, pela subvenção do Estado, excluída a garantia de juros, nui applicavel a estradas de ferro, mas não ás uzinas que necessitam de plena liberdade de accção e não se condnam com o regimen de vigilância que a garantia acarreta (pagina 33 a 34).

Com effeito, os aperfeiçoamentos introduzidos nos ultimos tempos na arte de fabricar ferro têm sido tantos e tão rapidamente substituídos, que as fabricas se renovam e modificam constantemente; e nestas condições a fiscalisação directa se tornaria — grande obstaculo à marcha progressiva das uzinas.

No artigo seguinte mostraremos como o sr. Thiré entende dever ser concedida a subvenção e daremos a tal respeito a nossa opinião, embora não auctorizada.

balhos, e quanto à ultima o sr. presidente manda officiar ao senado sciencificando-lhe que ha uma emenda supprimindo um artigo do projecto.

O sr. SILVA PORTES, pela commissão de requerimentos e petições, apresenta os pareceres ns. 82, 83 e 84.

O sr. SABINO BARROSO, pela commissão de commercio, industria e artes, fundamenta e manda à mesa um projecto de lei, sob n. 36, deferindo a petição de Manoel Alves da Lemos. Continuando-se a discussão da moção do sr. A. Itabirano, sendo-lhe dada a palavra elle fundamenta a referida moção e conclue resignando o seu mandato de deputado.

O sr. ADALBERTO FERREZ analisa a moção e faz ver a sua inconstitucionalidade. Encerra-se a discussão e é annunciada a votação que, a requerimento do sr. C. Prates, é nominal.

O sr. PRESIDENTE declara que na forma do regimento vai pôr a votos, em primeiro lugar, o substitutivo cuja approvação importa rejeição da moção, e que vai se proceder a chamada à qual responderão «sim» os srs. que approvaram o substitutivo, e «não» os que o rejeitarem.

Feita a chamada, responderam «sim» todos os srs. deputados presentes, em numero de 33. Não ha resposta «não».

E' approvado unanimemente o substitutivo ficando prejudicada a moção.

O sr. L. CERQUEIRA obtendo a palavra para uma explicação pessoal, depois de explicar o seu voto decl ara que, como o sr. Arthur Itabirano, renuncia o seu mandato.

Passa-se à 2.ª parte da ordem do dia. São lidos e entram em discussão unica as emendas do senado ao projecto de orçamento para 1893.

Depois de algum debate é encerrada a discussão, sendo confirmada a decisão anterior da camara sobre os de ns. 1 a 8, 12, 13, 20 e 22 a 28, sendo approvadas as de ns. 9 e 29, na 2.ª parte.

Vai à mesa uma declaração de voto do sr. C. Prates.

E' approvada em 3.ª discussão, sem debate, o projecto n. 19. — Val à commissão de redacção.

Entra em 1.ª discussão, que encerra-se sem debate, e é approvado o projecto n. 20, do senado, o qual vai à commissão de orçamento.

Entra em 3.ª discussão, que encerra-se sem debate, e é rejeitada a emenda do senado ao projecto sobre custas judicarias.

E' approvada em 1.ª discussão, que encerra-se sem debate, o projecto n. 34, que vai à commissão de legislação.

O sr. C. Prates, relator da commissão, obtendo a palavra pelo ordem, manda a mesa o parecer sobre o projecto n. 20, do senado, para 2.ª discussão, e o parecer n. 85 declarando nada ter a camara que res lver sobre a mensagem em que o presidente do Estado pede approvação da alteração do contracto celebrado com a Companhia Viação Fereza Sapucahy.

E' dado para ordem do dia 10 o seguinte:

Até uma hora da tarde:

Leitura e approvação da acta, expediente.

Até duas horas da tarde:

Segunda leitura dos projectos e dos pareceres das commissões, depois de impressos e distribuidos.

Apresentação de pareceres das commissões.

Apresentação de projectos, requerimentos, representações, indicações, interpeilações ou moções.

Apresentações de redações finais.

SEGUNDA PARTE

Até 4 horas da tarde:

Discussão da emenda do senado ao projecto n. 21, sobre ferias forenses.

Discussão da preferéncia entre o projecto n. 33 e o substitutivo, sobre E. F. de Montes Claros a Minas Novas, e 2.ª discussão do que for preferido.

Primeira discussão do projecto n. 35, sobre E. F. de Mattosinhos a um porto do Rio das Velhas.

Discussão dos pareceres ns. 26, 27 e 81.

Approvação de redações finais.

Bibliotheca da Escola de Pharmacia — Obras de sciencias naturaes:

BALHANI. — *Génération des vertébrés* 1 vol. BAILLON. — *Botanique médicale*, 1 vol. FOZ. — *Manuel de la viticulture*, 1 vol. HERAIL ET BONNET. — *Manipulation de botanique*, 1 vol.

BROTIERO. — *Compendio de botanica*, 2 vol. CAUVET. — *Botanique*, 1 vol.

PERRIER. — *Les colonies animales*, 1 Vol. QUATREFAGES. — *L'homme fossil*.

DE SELLE. — *Minéralogie et Géologie*, 2 vol. TENICHEFF. — *L'activité des animaux*, 1 vol.

BEL. — *Maladie de la vigne*.

MARTINS. — *Flora braziliensis*, 109 fasciculos.

VELOSO. — *Flora fluminensis*, 10 vol. PHUEN. — *L'évolution des formes animales*, 1 vol.

Meteorologia. — Foram tomadas no dia 14 as seguintes notas meteorologicas no observatorio da Escola de Minas:

Table with meteorological data: Barometro a 0°, Temperatura maxima, minima, media, Maxima thermometer absoluta, Thermometro secco, molhada, Humidade relativa, Tensão do vapor, Evaporação à sombra em 24 h., Céo, Vento, Ozono.

Mercado de Antonio Dias — Foram estes os preços dos generos vendidos no dia 14 do corrente:

Table with market prices: Farinha de mandioca, Milho, Aguardente, Frangos, Rapaduras.

Pelos hotels — Hospedaram-se nos diversos hotels desta capital os seguintes srs:

No Hotel Antunes: — Fernando Emilio de Menezes e Antonio José Rodrigues. No Hotel Martinelli: — Arthur Lobo. No Grande Hotel: — João de Castro.

TELEGRAMMAS

SERVIÇO ESPECIAL DO «MINAS GERAES»

RIO, 15

A camara votou hoje o projecto de amnistia, e approvou o substitutivo do Sr. Vitorino Vieira, o art. 1.º que faz a lei abranger os deportados, presos politicos, implicados na sedição das fortalezas da Lagoa, St. João e Santa Cruz. Este substitutivo foi approvado por unanimidade. Antes foram approvados em votação symbolica, por 79 votos a conclusão do parecer que approva medidas de excepção tomadas pelo governo e por effeitos do movimento de 10 de abril. Lamounier requereu votação nominal, o que foi rejeitado. Foram antes de todas estas votações reconhecidos deputados por Goyas, Alves Castro e Urbano Coelho.

RIO, 15

O senado continuou a votação sobre a emenda da camara ao projecto de organização do distrito federal, reconheceu poderes os senadores Gumbão Lyra, Alagoas, Ubaldino do Amaral e Paraná.

RIO, 15

O cambio fechou a 103 1/4, fixo.

RIO, 15

A renda da Alfandega durante esta quinzena foi de 4.377.333\$49, e a igual período do anno passado foi de 3.611.043\$01.

RIO, 15

Pela commissão de orçamento da camara está de accordo o ministro da fazenda, Leopoldo Bulhões apresentou hoje o projecto auctorizando o Governo a converter juros de 4% em ouro das apolices de junho de 1890, em 5% em papel; outrosim fazer, dentro ou fóra do país, qualquer operação de credito embolsando os possuidores dos referidos titulos que não queiram accoitar a conversão. O projecto além disto auctorisa o Governo a effectuar operações de credito necessario a consolidar a divida fluctuante e supprir qualquer differença da renda em exercicio vigente.

ELEIÇÕES

APURAÇÃO DA COMARCA DE THEOPHILO OTTONI

Table with election results for Presidente do Estado, Para senadores, Para deputados.

SECÇÃO AVULSA

Escolas Normaes

Faço publicar a honrosa mensagem que me foi endereçada pela illustre congregação da Escola Normal de Paracatu porque fazer conhecido esse documento, é enaltecer aquelles que tão generosamente sabem retribuir serviços que, si são arduos, significam tambem cumprimento da sagrada e elemental obrigação minha.

Aos meus illustres collegas, signatarios da mensagem, dou aqui o publico testemunho de minha gratidão. — Camillo Prates.

Ouro Preto, 12 de julho de 1892.

Illustres excm. collega.

A congregação da Escola Normal de Paracatu, em sessão extraordinaria de hoje, tendo em alta consideração a cavalheirosa defesa que levantastes da tribuna do Congresso deste Estado em contraposição ao violento e injusto ataque assacado do seio do Senado Mineiro contra a classe de que nos orgulhamos de fazer parte, vem sinceramente felicitar-vos pelo alludido facto, significando-vos ainda mais que em indelevel lembrança conservará a memoria de que muito nos mereceis pela brilhante attitudde que soubestes assumir, como um dos mais conspicuos membros da classe a que pertencemos.

Parabéns. Saude e fraternidade.

—O director, padre Manoel da Assumpção Ribeiro, Clarindo de Mello Franco, secretario, Julio Roquette Franco, Antonio Lureiro Gomes Junior, René Lapesqueur, João Moreira Gonçalves Longuinho, Victor José de Paula, dr. Sergio Gonçalves d'Uihôa, Julio Cezar de Mello Franco.

EDITAES

Secretaria do Interior. Onro Preto 13 de junho de 1892.

Acha-se nesta secretaria para ser entregue, depois de pagos os respectivos direitos apertaria do ministerio da agricultura, commercio e obras publicas datada de 18 do mez proximo passado, pela qual foi nomeado o sr. dr. Carlos Ribeiro de Castro para exercer neste Estado as funções de correspondente do Jardim Botânico da capital federal.

O secretario interino do interior. Theophilo Ribeiro.

Camara municipal

O dr. presidente e agente executivo da camara municipal de Ouro Preto etc.

Considerando que dentro do perimetro da sesmaria municipal não ha terreno que seja excluído do dominio; porque as mesmas extensões isentas do pagamento de foros pela carta Regia incorporam-se ao patrimonio si acaso abandonados, e nenhuma prova existe mais conclusiva de que as ruinas e confusão em que se acham;

Considerando que mesmo para os terrenos de sesmarias vizinhas prevalece aquelle direito de incorporação nas partes que entravam pelas divisas da sesmaria municipal, tanto assim que pela carta Regia não se permite que se realce o dominio dos proprietarios que as tenham uma vez abandonado;

Considerando que o mesmo direito regia e rége as datas e outras concessões mineras, cuja superficie, pelo abandono dos serviços, revêrte ao patrimonio da camara;

Considerando ainda que tão vastosterro nos pódem e devem ser repovoados, como êneces sario e exigido ao grande desenvolvimento da cidade, cujos arrebaldes não pódem continuar entregues à solidão e à esterilidade: Resolve, 1.º ficam incorporados ao patrimonio municipal os terrenos devolutos e abandonados em toda serra de Ouro Preto; e bem assim toda superficie das antigas datas e concessões mineras que tenham caducado, e estejam dentro dos limites da sesmaria municipal; 2.º Fica marcado o prazo de 60 dias para quaesquer reclamação oppostas a este edital, findos os quaes serão aforados os referidos terrenos.

Faço da camara municipal de Ouro Preto, 12 de julho de 1892. Eu, o tenente coronel Jacintho Dias Coelho, secretario que esta fiz escrever e subcrevi. — Dinio Luis d'Almeida de Vasconcellos.

O dr. Diogo Luiz d'Almeida Pereira de Vasconcellos, presidente e agente executivo da camara municipal de Ouro Preto, etc.

Faço saber que nas provisões de aforamento de terrenos e expressa a clausula seguinte: — e assim mais obriga-se a começar edificar no prazo de tres mezes, e a concluir a obra de frente no prazo de nove mezes, sob pena da camara declarar caduca a concessão.

E por isso, como grande numero de lotes, não obstante não expressa condição, acham-se abertas sem inicio algum, e outros com obras paralisadas, todas tendo excedido os prazos estabelecidos:

Resolve declarar caducas as concessões, ficando os foreiros no direito de preferencia a novas provisões.

Para conhecimento dos interessados se expede o presente edital, que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa.

Dado e passado nesta secretaria, aos 12 de julho de 1892. Eu, o tenente-coronel Jacintho Dias, Coelho secretario da camara que o subscrevi.

Diogo Luiz d'Almeida Pereira de Vasconcellos.

CONCURSO

O Doutor Jose Maria de Moura Leite, Juiz de Direito da Comarca da Formiga.

Faço saber a todos que o presente edital virem e d'elle conhecimento tiveram que, nos termos do art. 104, combinado com o art. 110 da lei n.º 18 de 28 de Novembro do anno proximo findo, para que possam ser considerados serventuários vitalícios os escriptores dos districtos (antigos de paz e subdelegados) e dependam ser nomeados por este juiz em concurso, fica aberto o mesmo concurso perante este juiz, durante o prazo de 60 dias, a contar desta data, para os pretendentes aos officios de escriptores dos districtos d'esta Cidade, das freguezias dos Pains, Arco e Porto Real, virem habilitar-se na forma do art. 104 da citada lei que dispõe o seguinte:

Serão admittidos a concurso os cidadãos que mostrarem-se habilitados em exame de sufficiente, de calligraphia, de lingua nacional, de arithmetica, e tiverem 21 annos, moralidade e aptidão physica necessaria. No referido concurso serão observadas as prescripções do regulamento de 28 de abril de 1885, na parte em que lhe for applicavel. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou levar o presente, que será afixado no lugar do costume, e igual nos districtos e reproduzido pela imprensa e outros de igual teor que será remetido ao exm.º dr. presidente do Estado a fim de ser reproduzido pela imprensa da Capital, Formiga, 28 de Junho de 1892. Eu Jose Pedro de Gusmão Silva, escriptore juramentado e substituto legal do segundo tabelião Antonio Felipe da Silva, que o escrevi.

Jose Maria de Moura Leite

O desembargador Adolpho Augusto Olyntho, vice-presidente do tribunal da Relação e presidente da junta apuradora da eleição de senadores e deputados procedida a 30 de maio proximo passado, por suspensão jurada do presidente do mesmo tribunal:

Faço saber aos que o presente edital virem ou d'elle noticia tiveram que, de conformidade com a lei estadual n.º 20 de 26 de novembro de 1891, arts. 184 a 192, e 9.º de suas disposições transitórias, no dia 29 do corrente, ás 10 horas da manhã, no pazo da camara municipal desta capital, funcionará a referida junta, da qual fazem parte os tres juizes de paz e os tres immediatos do primeiro districto desta capital, que serão, no caso de falta, substituidos pelos tres juizes de paz e pelos tres immediatos do segundo districto da mesma capital, fazendo tambem parte da mesma junta os presidentes das juntas apuradoras municipais, ou um de seus membros eleito pelos outros na epoca da eleição de cuja apuração se trata, si comparecer para esse fim.

Outrosim faz saber que serão admittidos fiscaes dos candidatos, que deverão ser eleitores residentes no Estado e munidos de procuração com poderes especiaes, quando os proprios candidatos não puderem fiscalisar. Finalmente faz saber que para auxiliar a junta na apuração designou os tabeliães de notas do primeiro e segundo officio desta capital, Juvenal Augusto da Silva e o capitão Pedro de Alcantara Feijó de Carvalho.

E para constar mandou passar o presente que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade de Ouro Preto, aos 12 de julho de 1892. — Eu Benedito Tiburcio de Souza, amanuense, o escrevi. — Eu Jose Coelho de Magalhães Gomes, secretario, o subscrevi. — Adolpho Augusto Olyntho,

doutor José Gonçalves de Souza, juiz de direito da comarca de Pitanguy.

Faço saber que, nos termos do art. 104 combinado com o art. 110 da lei n.º 18, de 28 de novembro de 1891, para que possam ser considerados serventuários vitalícios os escriptores dos districtos (antigos de paz e subdelegados) dependem de ser nomeados em concurso por este juiz, por isso fica aberto o mesmo concurso perante este juiz, durante o prazo de 60 dias, a contar desta data, para os pretendentes aos officios de escriptores dos districtos desta cidade, Onça, Cercado, Conceição do Pará, Maravilhas, Pompeu e Abadia, virem se habilitar na forma do art. 104 da lei citada, que dispõe o seguinte:

Serão admittidos a concurso os cidadãos que se mostrarem habilitados em exame de sufficiente, de calligraphia, de lingua nacional, de arithmetica, tiverem 21 annos, moralidade e aptidão physica necessaria. — No referido concurso serão observadas as prescripções do reg. de 28 de abril de 1885, na parte em que lhe for applicavel. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou levar o presente, que será afixado no lugar do costume, iguaes nos districtos e publicado pela imprensa, remetendo copia ao exm.º sr. dr. Presidente do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Pitanguy, aos 23 de junho de 1892. — Eu, Antonio Januario Bahia da Fonseca, escriptore do segundo officio, o escrevi. — José Gonçalves de Souza.

Certifico que affixe o edital supra na porta da casa da camara municipal desta cidade. O referido é verdade e dou fe.

Pitanguy, 26 de junho de 1892. — O porteiro, Bento Antonio da Fonseca.

Camara municipal

O dr. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, presidente da camara municipal de Ouro Preto, etc. etc.

Faço saber que, tendo-se verificado no dia 22 do corrente a eleição para o preenchimento das vagas de dois membros do conselho districtal do Rio de Pedras, deste municipio, fica marcado o prazo de 30 dias, a contar daquela data, para se proceder á apuração geral que se verificará em sessão do dia 22 de junho vindouro.

Para constar, lavra-se o presente edital para conhecimento de todos e dos interessados, o qual será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa.

Pazo da camara municipal de Ouro Preto, 28 de maio de 1892.

Eu, Pedro Augusto Tassara de Padua, na ausencia do secretario, que o escrevi.

Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos.

COPIA. — O dr. Francisco de Paula Fernandes Rabello, juiz de direito da comarca de Marianna etc.

Faço saber que nos termos do art. 104 combinado com o art. 110 da lei n.º 18, de 28 de novembro de 1891, para que possam ser considerados serventuários vitalícios os escriptores dos districtos antigos de paz, e subdelegados, dependem de ser nomeados em concurso por este juiz; fica aberto o concurso por este juiz durante o prazo de sessenta dias a contar desta data, para os pretendentes ao officio de escriptore do districto desta cidade, virem se habilitar na forma do art. 104 da citada lei, que dispõe o seguinte: Serão admittidos a concurso os cidadãos que mostrarem-se habilitados em exame de sufficiente, de calligraphia, de lingua nacional, de arithmetica e tiverem 21 annos, moralidade e a aptidão physica necessaria. No referido concurso serão observadas as prescripções do regulamento de 28 de abril de 1885, na parte em que lhe for applicavel, visto como o titulo exhibido pelo actual serventuario deste districto não foi julgado legal.

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei levar o presente que será publicado e afixado no lugar do costume.

Marianna, 28 de junho de 1892. — Eu, Joaquim Affonso Rodrigues de Moraes, escriptore o escrevi: Francisco de Paula Fernandes Rabello.

E o que continha em o dito edital e bem fielmente copiei e assigno. — Joaquim Affonso Rodrigues de Moraes, confere — Moraes.

Certifico que o edital supra foi publicado e afixado no lugar do costume.

Marianna, 28 de junho de 1892. — JOAQUIM AFFONSO RODRIGUES DE MORAES.

O dr. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, presidente da camara municipal de Ouro Preto, etc. etc.

Faço publico para conhecimento de todos e dos interessados que, em virtude da resolução da camara de 24 de maio do corrente anno, fica d'ora em diante expressamente prohibido o transito de carroças pelas ruas — *ladeira do Pilar e Escadinhas*, em vista do perigo que pode occasionar e dos estragos que faz no calçamento: ficando sujeito á multa de 10\$000 o carroceiro que infringir esta resolução.

E para constar lavra-se o presente edital, que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa.

Pazo da camara municipal de Ouro Preto, 28 de maio de 1892.

Eu, Pedro Augusto Tassara de Padua, na ausencia do secretario, que o escrevi e subscrevi.

Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos.

Officio de justiça

COPIA. — O doutor Pedro Baptista de Azevedo Vianna, juiz de direito da comarca de Santa Luzia do Rio das Velhas etc.

Faço saber que nos termos do artigo 104 combinado com o artigo 110 da lei numero 18, de 28 de novembro de 1891, deste Estado, para que possam ser considerados serventuários vitalícios os escriptores dos districtos, antigos de paz, e subdelegados, dependem de ser nomeados em concurso por este juiz, fica aberto o concurso por este juiz durante o prazo de sessenta dias, a contar desta data, para os pretendentes aos officios de escriptores dos districtos da cidade, Lagoa Santa, Fidalgo, Mattosinhos, Capim Branco, Ribeirão e Pau Grosso, virem se habilitar, na forma do art. 104 da citada lei, que dispõe o seguinte:

Serão admittidos a concurso os cidadãos que mostrarem-se habilitados em exame de sufficiente, de calligraphia, de lingua nacional, de arithmetica, e tiverem 21 annos, moralidade e a aptidão physica necessaria. No referido concurso serão observadas as prescripções do regulamento de 28 de abril de 1885, na parte em que lhe for applicavel; sem prejuizo daquelles que tiverem nomeação definitiva e que tiverem pago os direitos nacionaes, os quizes poderão reclamar perante este juiz, dentro do prazo, apresentando os respectivos titulos legaes.

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou levar o presente que será publicado e afixado no lugar do costume e outro de igual teor que será remetido ao sr. dr. secretario do Estado, a fim de ser reproduzido pela imprensa da capital, remetendo-se iguaes copias aos juizes de paz dos districtos acima mencionados para serem alli afixados. Santa Luzia do Rio das Velhas, 6 de julho de 1892. Eu, Alvaro Teixeira da Costa, 1.º tabelião interino o escrevi. Pedro Baptista de Azevedo Vianna. E o que continha o dito edital, o qual bem e fielmente copiei. Eu, Alvaro Teixeira da Costa, 1.º tabelião interino o escrevi e assigno. — Alvaro Teixeira da Costa.

Está conforme. — A. Teixeira.

Certifico e dou fe que o edital supra foi publicado e afixado no lugar do costume desta cidade. Santa Luzia, 6 de julho de 1892. — Alvaro Teixeira da Costa.

O dr. Antonio Raymundo Tavares Belfort, juiz de direito da comarca de S. João Nepomuceno, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem, ou d'elle noticia tiveram, que se acha em concurso o officio de partidor desta comarca, creado pela lei n.º 2077 de 30 de novembro de 1880, conservado pelo n.º 3 do art. 8.º da lei n.º 18 de 28 de novembro de 1891, e vago pela desistencia do serventuario vitalicio, José Gonçalves Couto, sendo que o concurso é só para partidor, por estarem providos vitaliciamente os officios do contador e distribuidor — art. 4.º das disposições prov. da lei n.º 18.

Os que pretenderem ser providos no referido officio deverão apresentar a este juiz, dentro do prazo de trinta dias, de conformidade com a lei n.º 3322 de 14 de julho de 1887, art. 1.º, os seus requerimentos datados, assignados por si ou seus procuradores e acompanhados de exame de sufficiente, certificado de exame da lingua portugueza e arithmetica até a theoria das proporções, folha corrida, certidão de idade, attestado medico de capacidade physica, certidão, no caso de ser menor de trinta annos, de ter satisfeito á obrigação da lei n.º 2556 de 26 de setembro de 1874, procuração especial, si requererem por procurador (todos esses documentos são essenciaes e deverão ser apresentados em original) e mais documentos que forem convenientes para a prova de capacidade profissional, sendo todos estes papais devidamente sellados — arts. 164, 169 e 210 do decreto n.º 9420 de 28 de abril de 1885.

São dispensados de apresentarem folha corrida os que exercerem funcções publicas por nomeação effectiva — art. 218, citado decreto, e de exame de sufficiente, os doutores e bachareis em direito, os advogados almeida que provisionados, e os serventuários de officio de igual natureza. Decreto citado, art. 168.

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei levar o presente edital que será afixado no lugar do costume, passando o portelero dos auditorios a certidão em duplicata de o haver feito, e outro de igual teor para ser remetido ao exm. presidente do Estado.

Dado e passado nesta cidade de S. João Nepomuceno, aos 8 de junho de 1892. Eu, José Gregorio da Silveira Gato, escriptore, o escrevi.

Antonio Raymundo Tavares Belfort.

INDICADOR

ADVOGADOS

Drs. Bernardo Pinto Monteiro e Donato Joaquim da Fonseca — Aceitam causas perante a Relação do Estado e o fôro de primeira instancia, nesta capital; bem como se encarregam de negocios em todas as repartições publicas, tendo como seu companheiro de escriptorio o capitão Bento Antonio Romeiro Veredas.

ESCRITORIO: — Rua do Tiradentes, em frente á Secretaria das Finanças.

Dr. Francisco de Paula Ramos Horta.

ESCRITORIO: — Rua do Tiradentes.

Benjamin de Miranda Lima — encarrega-se nesta capital de quaesquer serviços administrativos ou judiciaes.

ESCRITORIOS DE PROCURATORIOS

Raymundo de Paula Dias — Com escriptorio de procuratorios nesta capital inculpe-se de todos os negocios relativos á sua profissão, perante todas as repartições publicas, continuando a manter a sua commissão de dous por cento pelas cobranças, de vencimentos de magistrados e professores publicos.

ESCRITORIO: — Ponte de Antonio Dias.

Juvenal Periquito e Souza Rodrigues — Com escriptorio de procuratorios nesta capital desde o anno de 1878, continúa a incumbir-se de todos os negocios atinentes á sua profissão, perante todas as repartições publicas.

As procurações que lhe forem enviadas devem conter poderes para substabelecer.

ESCRITORIO: — Rua de S. José.

ANNUNCIOS

Juiz de Fôra
FABRICA DE SABAO

DE
J. NEPHTALIM & GOMES

Preços correntes:

Sabão economico de uma	
até 20 caixas	2\$800
De 21 á 100 caixas	2\$600
De 101 caixas á 500.	2\$500
Sabão virgem até 5 caixas	9\$000
De 6 á 10 caixas	8\$500
De 11 á 50 caixas.	8\$000

15 — 9)

PRECISA-SE de um cosinheiro — na rua Tiradentes, n. 8.

Leonidas Botelho Damasio.
(5 v. — 1).

O engenheiro civil Julio Cezar de Quelroz Guimarães e o advogado Benjamin de Miranda Lima communicam a seus amigos deste Estado que fundaram no Rio de Janeiro, Largo da Prahna n. 8, uma casa de commissaes de café e mais generos do palz, sob a firma GUIMARÃES & LIMA, ficando o primeiro na gerencia da mesma casa e o segundo no exercicio de sua profissão nesta capital.

G. M.